

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

LIDIANE ÁLVARES MENDES

**NA ESTEIRA DA LOUCURA:
COLÔNIA DE ALIENADOS EDUARDO RIBEIRO
PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES NA ALA FEMININA
MANAÓS/AM (1894-1930)**

Manaus/AM
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

**NA ESTEIRA DA LOUCURA:
COLÔNIA DE ALIENADOS EDUARDO RIBEIRO
PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES NA ALA FEMININA
MANAÓS/AM (1894-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado em História - da Universidade Federal do Amazonas como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Cultura e Representações.

Orientador: Prof.º Dr.º Antônio Emílio Morga

Manaus/AM
2016

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M538n Mendes, Lidiane Álvares
Na esteira da loucura : Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro - práticas e representações na ala feminina, Manaós (1894/1930) / Lidiane Álvares Mendes. 2016
114 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Antônio Emílio Morga
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Loucura. 2. Feminilidade. 3. Médico-alienista. 4. Urbanização.
5. Espaço Público. I. Morga, Antônio Emílio II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Emílio Morga
Orientador - Presidente

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós
Membro Interno

Prof^ª. Dr^ª. Maria Bernadete Ramos Flores
Membro Externo – UFSC

Prof. Dr. Auxiliomar Ugarte Silva
Membro Interno – Suplente

Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva
Membro Externo – UFPE - Suplente

As características mais visíveis da informação histórica, entendida no sentido restrito e usual do termo, foram muitas vezes descritas. O historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda. Nenhum egiptólogo viu Ramsés; nenhum especialista das guerras napoleônicas ouviu o canhão de Austerlitz. Das eras que nos precederam, só poderíamos portanto falar segundo testemunhas. Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime no qual não assistiu; do físico, que, retido no quarto pela gripe, só conhecesse os resultados de suas experiências graças aos relatórios de um funcionário de laboratório. Em suma, em contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria necessariamente indireto. Que haja nessas observações uma parte de verdade, ninguém pensará em negá-lo. Elas exigem, no entanto, serem sensivelmente nuançadas.

March Bloch.

Dedico
Aos meus pais Juarez e Lia,
pela essência de ser!

AGRADECIMENTOS

Quando as dúvidas em relação ao projeto de pesquisa me cercaram, lembrei-me de minha infância no interior do Mato Grosso e de figuras que perambulavam pelas ruas da pequena cidade de Dom Aquino, arrancando risos e lágrimas da gurizada que brincava ao entardecer.

Gonçalo, Bidá, Izabel, Cacú, Sara, nomes que moram em minha lembrança e que de certa forma inspiraram-me a problematizar sobre a questão da loucura. Em minha memória afetiva residem as características ínfimas da loucura e ao mesmo tempo a sua dura doçura. Foi através dessas reminiscências que busquei questionar num outro tempo e noutro lugar a alienação, a desrazão, a loucura então!

Para além dos meus questionamentos em relação à escrita da dissertação, este é o momento de agradecer, pois há sempre em nosso caminhar um outro alguém. Nossas memórias e trajetórias sempre estarão amparadas em outras vidas. Uns ficam pelo caminho e outros passam a fazer parte dele! Outros caminhos somos nós que fazemos parte e, desde que nasci, existem pessoas que estão em minha vida - Juarez e Lia - meus pais, fazem e são parte do meu caminhar, a vocês todo meu amor!

Aos meus irmãos, Jardel e Eneida e meus sobrinhos, Rodolfo, Ingrid Caroline, Jardel Filho, Beatriz e Eduarda, pela ausência e pela presença!

Junto a nós caminham sempre nossos familiares, meus avós maternos e paternos (*in memoriam*) tios, tias, primos e primas, em especial aos meus padrinhos Sadi e Dilamar.

Junto a nós caminha sempre um amigo (a), que está marcado em nossa memória pelos árduos e/ou festivos dias. Agradeço a vocês Mariluce Ferreira, Alessandra Soares, Janaina Rodrigues, Lucélia Bezerra e Adair Freitas, por fazerem parte das minhas memórias.

Pelas observações das fontes documentais que contribuíram para fomentar e edificar todo o processo desta escrita e pela amizade construída nesse caminhar: Isabel Saraiva, Laiana dos Santos, Maria do Carmo, Regina Corrêa, Pedro Marcos e Jailson Mota. A vocês minha gratidão!

Junto a nós caminha sempre um orientador. Ao senhor Professor Doutor Antônio Emílio Morga minha gratidão, respeito e admiração pela sua dedicação e competência em conduzir de forma ímpar as discussões para a construção dessa dissertação.

Junto a nós caminham sempre pessoas que direta ou indiretamente marcaram nossas vidas. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, aos docentes, e aos discentes da turma de 2014, e ao Laboratório de Estudos de Gênero.

Muito Obrigada!

RESUMO

O objetivo precípua desta dissertação é analisar as práticas e representações que ocorreram na Manaus da virada do século XIX para o XX. Tais práticas são referentes aos projetos de urbanização, reestruturação, higienização e medicalização do espaço público, em detrimento aos novos conceitos de civilidade, eram normalizadas através da criação de instituições e na exclusão contundente dos doentes sociais e, em específico nesta problematização dos loucos que perambulavam pelas ruas. Neste contexto, nos fundamentamos em fontes documentais representadas pela fala de indivíduos de outros tempos, através dos jornais locais, relatórios e mensagens de governadores e prefeitos, que sinalizavam para construção de um local adequado para internação dos loucos, e consequentemente abriam espaços para o tratamento de alienados em Manaus. Dentro desta proposta também refletiremos sobre o papel do médico alienista na intervenção social, da fisiologia feminina e dos conceitos ambíguos que cerceiam a loucura.

Palavras Chave: Loucura. Feminilidade. Médico-alienista. Urbanização. Espaço público.

ABSTRACT

The main objective of this text is analyse the practice and represents that happened in Manaus in the change of century XIX to XX. This practice, are relative the projects of urbanization, restructuring, sanitation and medicalization of public space, through new concepts of civility. Were mormalize through tthe creation of institution and in the exclusion of social patients is specific in this problem of crazy that walk around the streets. In this context, we have like fundaments in docments fonts for the speaks of each one in others time, through local news, reports and messages of mayor and local politics, that signalize for a construction an specific end appropriate local to hospital stays of this crazy person, and with this open spaces for the treatment of alienate in Manaus. In this suggest, we can also think about the paper of the doctor in this area to social intervention, of female body and the ambiguous concepts that his around the craziness.

Key words: Craziness. Female. Medical alienist. Urbanization. Public space.

SUMÁRIO

Considerações Iniciais.....	12
Capítulo I – A urbe, os cidadãos e os discursos de modernização.....	17
1.1 – Povoação de Manaós.....	17
1.2 – Reurbanização do espaço público: os discursos estabelecidos na construção da Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro (1894-1930), Manáos.....	21
1.3 – Delimitação do Espaço Público.....	36
1.4 – Lugar de louco é no hospício.....	39
1.5 – A encenação na construção da ala feminina.....	48
Capítulo II – Cenas cotidianas: as representações da loucura nos periódicos manauara.....	55
2.1 – Práticas de leitura: o florescer da imprensa em Manaós.....	55
2.2 – Medicina e Imprensa.....	62
2.3 – Cenas cotidianas: as representações da loucura nos periódicos manauara....	68
Capítulo III – Na esteira da loucura.....	83
3.1 – Sob o sol da loucura.....	83
3.2 – Discursos alienistas: a construção da loucura na <i>Terra Brasilis</i>	88
3.3 – Representações femininas.....	92
3.4 – A loucura na literatura.....	100
Considerações finais.....	104
Fontes Documentais.....	107
Referências Bibliográficas.....	111

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1894. Manaós. Escondendo-se do sol escaldante do verão da floresta, sentando no Café dos Terríveis¹ com uma indumentária um tanto quanto quente para aquele dia de sol, bebericando um refresco alcoólico. Em mãos, um folhetim local distrai solenemente o viajante europeu, que analisa as notícias manauaras e, displicentemente anota em sua caderneta de viagem as particularidades desta terra. A preguiça, já descrita por outros viajantes, que assolava os cidadãos, os hábitos, costumes e valores; a economia, a moda, os modos; o vai e vem dos entregadores de mercadorias; caixeiros, jornaleiros, comerciantes, marinheiros, estrangeiros, prostitutas, mendigos, falastrões, bêbados, loucos, homens das leis e das letras, empresários do látex, mulheres e homens de bem e do mal. As contradições e ambiguidades de uma cidade que busca sua revitalização e em troca institucionalizava, excluía, segregava e impunha através da civilidade importada do Velho Mundo.

A descrição acima é obra da minha imaginação. Pensar uma cidade que se reestruturava é pensá-la como homem de seu tempo, e isso é tarefa árdua para os pesquisadores da história social, cultural e das práticas representativas. Remeter-nos a Manaus da Primeira República, assim como os viajantes, curiosos, especialistas da fauna e flora, médicos, desenhistas, pintores, literatos, que atravessavam o Atlântico sozinhos ou em expedições a fim de catalogar todas as peculiaridades que mistificavam o Brasil é remeter-nos às visões que foram documentadas através de seus diários de bordo, livros, pinturas, manuscritos, e que hoje são fontes documentais de suma importância para a construção das problematizações, de como essa sociedade se transformou ao longo dos projetos cientificistas elaborados para a jovem república brasileira.

Simbolicamente, Manaós passava por transformações oriundas dos projetos de reurbanização do espaço público. Essa cidade, construída no meio da floresta amazônica buscava ares de civilização copiados do Rio de Janeiro, Salvador, Belém, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Paris, Londres entre outras capitais, nacionais ou estrangeiras, que copiavam e se deixavam copiar. Era a *Belle Époque*, que sugeria para esta sociedade em formação um pouco mais de elegância, discrição, normas, condutas, reurbanização e higienização dos espaços de sociabilidade.

¹ Café dos Terríveis, localizava-se na antiga Praça do Comércio, atual Praça da Matriz.

Nesse contexto, suntuosos prédios públicos foram construídos, erguidos pelos arroubos da economia gomífera que insuflava na sociedade local e no poder público a necessidade em transformar essa cidade. Esse processo ocorre ancorado nos códigos de posturas, leis, decretos, projetos de saneamento, de profilaxia e de instituições que foram criadas para manutenção da ordem: penitenciárias, escolas de ofícios, hospital de alienados, orfanatos, leprosários, hospital de mendicidade. Alocar cada cidadão em seu espaço estava intrínseco nos discursos construídos para suprimir as desordens sociais, sendo esses preceitos de ordem e progresso característicos da jovem república.

Durante a Primeira República, o Amazonas viveu o apogeu e declínio econômico, a borracha que fomentara os projetos intervencionistas perde mercado internacional para o látex asiático. A partir de 1915, toda a efervescência em fazer de Manaus uma capital nos moldes europeus, se transforma e letra morta.

Neste olhar para o passado escolhemos problematizar Manaus entre os anos de 1894 a 1930, ou seja, do ano da fundação oficial do Asilo de Alienados. Finalizando o recorte cronológico em 1930, período marcado pela mudança do hospício para o espaço físico no qual funciona até os dias atuais.

O período em questão envolve as fumaças das modernizações que outrora estabeleciam dinâmicas diferentes para essa cidade que se reconstrói e se movimenta, dando visibilidade a indivíduos que antes habitavam o submundo. Os causadores das doenças sociais passaram a ser alvo dos projetos de higienização e segregação do espaço público e das características intervencionistas da medicina no espaço privado.

Alguns pontos devemos esclarecer para melhor entendimento da proposta de reflexão dessa dissertação, a começar pelo título no qual referimo-nos: “A esteira da loucura” onde analisaremos as consequências das internações realizadas muitas vezes pela polícia, pelos médicos ou pela família. Veremos nas fontes documentais que a loucura era assinalada a qualquer um que transgredisse a ordem. Nela cabiam os indigentes, as mulheres de má fama, os homens viciados em jogos e os loucos que, por vezes, recebiam um atestado de loucura dos médicos que clinicavam na cadeia pública. Nesta esteira da loucura todos estavam a mercê.

As práticas e representações utilizadas para compor o título são relativas às práticas médicas, alienistas e higienistas que compunham este cenário de transformações. Nesta linha, as representações que fazem par com as práticas é aqui utilizada como conceito simbólico das discussões ou, como nos afirma Sandra Pesavento quando aponta que, as representações produzidas sobre o mundo são matrizes

geradoras de condutas e práticas sociais, e as representações construídas sobre a realidade dão sentido ao mundo.²

Ou, como nos propõem Roger Chartier, quando assinala que

A problemática do “mundo como representação”, modelado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada por leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real.³

Neste sentido, apresentaremos, durante o texto, as representações dos viajantes, dos projetos urbanísticos, dos métodos científicos de segregação, dos conceitos de exclusão utilizados em jornais, e das falas do poder público em torno das discussões propostas para a reinvenção de Manaus; além das fontes documentais das referências bibliográficas regionais, nacionais e estrangeiras, são consultas perenes para a consolidação deste trabalho. Salientamos que em algumas citações diretas ou indiretas, a grafia foi transcrita tal como estava escrito no documento original.

A estrutura desta dissertação está dividida em três capítulos. Intitulamos o Primeiro Capítulo “A urbe, os cidadãos e os discursos de modernização”, estruturado em cinco tópicos. Analisamos a povoação de Manaus, sob o olhar de alguns viajantes; a reurbanização do espaço público e os discursos levantados na construção da Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro, bem como a delimitação desse espaço e a encenação na construção da ala feminina.

As discussões em torno deste capítulo são problematizadas nos posicionamentos do poder público, da elite e das leis vigentes que proclamavam a loucura como doença social e segregavam os loucos nas instituições para observações e possíveis formas de tratamento. A internação dos vesânicos era a maneira mais segura de controlar os espaços de sociabilidade, mantendo a tão esperada ordem burguesa e faxinando as ruas de indivíduos indesejáveis, pois,

Na época em que doença e pobreza se tornavam pela primeira vez coisas privadas, da esfera apenas dos indivíduos ou das famílias, a loucura, por isso mesmo, exigiu um estatuto público e a definição de um espaço de confinamento que garantisse a sociedade contra os perigos.⁴

A loucura exhibe em suas múltiplas facetas o desengrenar da razão, as polivalências da doença e de seus doentes, inspiraram-nos às problematizações que

² PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p.39.

³ CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. São Paulo: Difel, 1990, p.p.23-24.

⁴ FOUCAULT, Michel. História da Loucura na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 2012, p.424.

cerceiam e mistificam os vesânicos. Desta forma, o Segundo Capítulo vem promover as discussões inseridas no grande cenário – a cidade – e suas contraposições. “Cenas cotidianas: as representações da loucura nos periódicos manauaras” está condicionado em três tópicos. Num primeiro momento conceitualizamos as práticas de leitura no florescer da imprensa em Manaus, que devido às diferenças étnicas fizeram com que as primeiras letras no Amazonas só tomasse prumo nos primeiros anos de 1860. Procuramos mostrar o aspecto sensacionalista da medicina nos jornais manauaras. As cenas cotidianas travadas entre as figuras dos vesânicos e as representações que a imprensa manauense publicava. Fontes documentais nos remetem ao passado linguístico, econômico e social através de suas crônicas, artigos e colunas que relatam e ilustram as práticas cotidianas, visto que os jornais atendem a uma outra demanda nas pesquisas históricas, trazendo em suas folhas as imagens das “cousas recorrentes.”

March Block contribui para essa reflexão quando afirma que,

A diversidade dos testemunhos históricos é de quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele. É curioso constatar o quão imperfeitamente as pessoas alheias a nosso trabalho avaliam a extensão dessa possibilidade.⁵

São as inúmeras fontes documentais construídas nos diversos segmentos individuais, coletivos, científicos, literários, econômicos, sociais, religiosos das mais variadas maneiras, documentos privados, oficiais ou públicos, que instigam o historiador em suas pesquisas a analisar as preocupações que atormentavam os homens de seu tempo, das práticas e representações inseridas no cotidiano da sociedade.

“Na esteira da loucura” encerram as discussões desta reflexão. Este terceiro e último capítulo traz em suas problematizações os estigmas da loucura na fisiologia feminina; as percepções da loucura na literatura, os quatro tópicos deste capítulo são apresentados no imaginário de uma esteira, onde os objetos de pesquisa possuem temporalidade e são cíclicos em suas observações. Considerando que as dificuldades encontradas na construção deste capítulo foram relativas as fontes documentais, abordamos a loucura em vários segmentos.

Foucault afirma-nos que,

Se a loucura é um exemplo no mundo do internamento, se ela é manifestada enquanto se reduz ao silêncio todos os outros signos do desatino, é porque ela atrai sobre si todos os poderes do escândalo. Ela percorre todo o domínio do desatino, reunindo suas duas margens opostas, a da escolha mora, da falta relativa de todas as fraquezas, e a da raiva animal, da liberdade acorrentada

⁵ BLOCH, Marc. Apologia da História, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.p.p.79-80.

ao furor, da queda inicial da liberdade escura. Acumulada num único ponto, a loucura é o todo do desatino: o dia culpado e a noite inocente.⁶

O contexto do internamento envolve não somente os parâmetros médicos alienistas, envolve toda a gama social que o louco e sua loucura representavam o escândalo, a culpa e a inocência, a transgressão moral a degeneração do corpo e da mente. De forma geral, o tempo histórico e a compreensão do pensamento, das atitudes e das regras construídas em um determinado espaço de tempo, são representações das práticas sociais que respingam nas estruturas e nas dinâmicas determinantes dos comportamentos e dos espaços de sociabilização. E são sobre estes espaços republicanos e das tentativas de reorganização social que esta narrativa centra sua reflexão.

⁶ FOUCAULT, *ibidem*, p.161.

CAPÍTULO I

A urbe, os cidadãos e os discursos de modernização

1.1 Povoação de Manaus

Como é realmente a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde. Calvino.

Em meados do século XVII, a intensa busca de indígenas para serem utilizados como mão-de-obra escrava, na colonização portuguesa, adentra as terras que hoje são conhecidas como o Amazonas, ao Norte dos limites considerados pelos Tratados firmados entre espanhóis e portugueses. Este território passa a ser parte do contexto tanto da caça aos índios quanto da povoação de Portugal e da extração das drogas do sertão (canela, cravo, anil, cacau, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, madeira, salsaparrilha, etc.). Para além das linhas imaginárias e dos tratados firmados em prol dos interesses ibéricos, consta nas fontes documentais que a primeira edificação construída nesses rincões tratava-se de uma fortificação de barro e palha, erguida às margens do Rio Negro, e que inicialmente, chamou-se de Fortaleza da Barra, dando início ao povoado, que mais tarde passou a ser conhecido como Vila da Barra do Rio Negro. Estas paragens eram habitadas por uma população que naquele período não ultrapassavam seis mil habitantes, formada por indígenas e mestiços.

A possibilidade de investigar este momento de povoação do Amazonas nos é dada através de relatos de curiosos viajantes europeus, médicos, botânicos, naturalistas, pintores e escritores, que vieram em busca de retratar, nas terras além-mar, o quão peculiar eram os hábitos, costumes e tradições do povo da *Terra Brasilis*.

Sob a ótica desses relatos é que a formação política, cultural, econômica, social e urbanística dessa época se constrói, através destes olhares que nos são revelados e, como a cidade se apresentava “[...], ruas esburacadas, casas de um só pavimento, cobertas de telhas vermelhas e assoalhos de tijolos [...]”⁷

⁷ WALLACE Alfred Russel. Viagens pelos rios Amazonas e Negro. Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979, pp. 200-201.

Para alguns viajantes, as impressões da então Vila da Barra do Rio Negro, nos ides de 1846, localizava-se num espaço que não passaria de um elo perdido em meio à exótica fauna e flora que a rodeava. Para outros expedicionários como o casal Agassiz⁸, num futuro distante poderia a Vila se transformar num importante entreposto comercial.

Senso comum entre todos os relatos desse período gira em torno das condições de vida da população, com seus hábitos rudimentares, ruas de traçados irregulares e insalubres. Preguiçosos na concepção europeia viviam sob a rotina das águas: com alimentação precária, no embalo das redes, e profanando ao cair da lua.

Esse cenário de penúria, abandono, descaso e de relativa pacatez sem grandes perspectivas de vida social, econômica e cultural altera-se profundamente nas últimas décadas do século XIX, somando-se a um conjunto de fatores da economia nacional. A seca que assolara o Nordeste nos anos de 1877 a 1880, dizimando entre cem e duzentas mil almas, além das plantações e do gado, deixando um quadro acabrunhador. A isso junta-se a dificuldade que os grupos dominantes da região tiveram em manter essas pessoas na terra, e o interesse e incentivo das propagandas oficiais em recrutar mão-de-obra para a extração do látex, matéria-prima tirada dos lugares mais longínquos da floresta amazônica, e de enorme interesse dos norte-americanos e europeus para a produção de produtos manufaturados fazendo emergir na selva uma nova urbe.

A migração impulsionada e subsidiada pelos comerciantes e seringalistas, a dinamização da exploração da borracha e as imigrações transformaram intensa e rapidamente o cotidiano da população que ali habitava.

Pode-se dizer que esse intenso fluxo migratório foi responsável pelas transformações ocorridas em Manaus em 1872, ano do primeiro censo demográfico oficial realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, residiam em Manaus 29.334 mil habitantes⁹; entre negros, brancos, pardos, mestiços e caboclos.

No ano de 1890 foi realizado o segundo censo oficial, ou seja, no período áureo da extração da borracha a população residente no município aumentara para 38.720 mil habitantes¹⁰, e em 1900, esse número se eleva para 50.300 mil habitantes.

Para todo o território do Amazonas, a população em 1872, era de 57.610 mil habitantes e, em 1890, este contingente triplica para 147.913 mil habitantes. Devemos considerar que o centro político, administrativo, comercial e cultural era a capital. Dessa

⁸ AGASSIZ, Louis. AGASSIZ, Elizabeth. Viagem ao Brasil: 1865 – 1866. Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

⁹ Fonte: Anuários Estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹⁰ Idem, IBGE.

forma, todos que migravam e imigravam para o Amazonas, desembarcavam no porto de Manaus. Alguns partiam para o interior, sozinhos ou com suas famílias, mas muitos, ao aportarem na cidade, que já contava com iluminação elétrica e meio de transporte, deparavam-se com um frescor de efervescência que encantavam os olhos do capiau e do colono. Assim, o desejo de manter-se na cidade em meio a selva que se estruturava com ares franceses se consolidava, aumentando a população local.

Esse aumento populacional não ocorre somente em Manaus. Em todo território nacional os ideais de modernidade eram implantados, principalmente nas capitais. Em São Paulo, entre os anos de 1890 a 1920, a cidade passa por um aumento de contingente de aproximadamente 55%, sobretudo pela produção cafeeira, sendo Campinas o entreposto comercial e, em Santos, por abrigar o maior porto do país, portão de embarque e desembarque de estrangeiros e mercadorias.

Na então Capital Federal, Rio de Janeiro, o número de habitantes cresce de maneira étnica e de estrutura ocupacional¹¹, pois a população em 1872 era de 274.972 mil habitantes e em 1920 esse quadro altera-se profundamente chegando a estimativa de 1.157.873 mil habitantes.

Em todas as capitais brasileiras esse aumento populacional aconteceu devido às configurações que se estabeleceram no cenário nacional, dentre elas a abolição da escravidão, a seca no Nordeste e o êxodo rural. Na conjuntura internacional, a imigração ocorre devido as perseguições religiosas, os rumores de uma Primeira Guerra Mundial, o desencadeamento de crises econômicas que geraram desemprego e fome fizeram com que milhares de pessoas imigrassem para o Brasil em busca de trabalho, de liberdade e de fazer a América.¹²

Assim, as variantes de uma cidade em crescimento trazem consigo indivíduos de todas as camadas sociais. Na cidade de Manaus são múltiplos os episódios que sucedem à harmonia local: brigas, roubos, vadiagem, prostituição, festas, bebedeiras, escândalos, crimes. Os olhares repressores iam em busca dos personagens desses acontecimentos, organizando, dividindo e reurbanizando a cidade que se multiplicará em diversas facetas. Segundo Lira, “[...], a cidade de Manaus, nos últimos anos do século XIX e nos

¹¹ CARVALHO, José Murilo. Os Bestializados: o Rio de Janeiro que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.16.

¹² Expressão usada para imigrantes que vieram para o Brasil, desde o período colonial, na intenção de ganhar dinheiro e voltar para seu país de origem.

anos iniciais do século XX, entrava numa dinâmica urbana diferente da dinâmica apresentada através dos registros dos viajantes.”¹³

É esta a dinâmica que nos interessa investigar neste capítulo: as transformações urbanísticas, sociais, econômicas, comportamentais, médico-sanitaristas que chegaram juntamente com a exploração da borracha, dos novos costumes e dos ares de modernização vindas do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Belém, Belo Horizonte e, sobretudo, do Velho Mundo.

A desodorização do espaço público e privado, a profilaxia das ruas, ruelas, becos e moradias, e principalmente, a desinfecção destes locais, isolando os personagens que ora não eram vistos mas que, com os novos moldes implantados através das modernizações copiadas da Europa, passaram a fazer parte do cotidiano manauara incomodando os olhos da elite que se formava.

Intrínsecos nesse discurso estavam os *a-sociais*¹⁴, indivíduos que devido às suas condutas morais e a má fama que carregavam não poderiam mais trafegar livremente no espaço citadino que se modernizava. Nesse panorama, os alienados tornaram-se visíveis, e é sob essa teia de exclusão, do processo normatizador da reurbanização do espaço público, da intervenção do espaço privado, da profilaxia das ruas, da higienização, do discurso médico-alienista-sanitarista é que construiremos as discussões que serão apresentadas nesta pesquisa.

Tais representações nos falam através das fontes documentais dispostas no Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas. São elas: relatórios de governantes, códigos de postura, mensagens de governadores, jornais do período. Também são reveladas como fonte de investigação artigos, crônicas e discussões contidas nas referências bibliográficas.

¹³ LIRA, Bárbara Rebecka Gomes de. A Difícil Vida Fácil: O mundo da prostituição e suas representações na cidade de Manaus. (1890-1925). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Manaus:AM.2014.p.27

¹⁴ FOUCAULT, 2012.p.06.

1.2 Reurbanização do espaço público: os discursos estabelecidos na construção da Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro (1894-1930), Manaus

Com uma população estimada em 38.720 mil habitantes em 1890, Manaus também fora envolvida pela *Belle Époque*. O afrancesamento teve suas facetas instauradas na capital do Amazonas com a ajuda da economia gomífera que, naquele momento que estava em seu auge. Com o comércio interno e a venda do látex para o mercado externo, formatava a nova dinâmica local, o entra e sai de pessoas e mercadorias nesse período dava-se “[...], através do porto que desempenha papel vital na cidade, sendo a um só tempo ponto de ligação com o mundo e expressão de movimento modernizante [...]”¹⁵ e é através desta economia que o dinheiro caía nos cofres públicos em quantidades exorbitantes, possibilitando a reurbanização proposta naquele momento. Além disso, migrantes e imigrantes chegavam a Manaus ou partiam para seus arredores em busca do tão sonhado Eldorado da borracha, onde processos de civilidade, urbanidade e sociabilidade eram construídos espelhando-se nos costumes, valores, tradições e arquiteturas vindas particularmente de Londres e Paris.

Governando Manaus nesse período estava Eduardo Gonçalves Ribeiro¹⁶, que objetivando modernizar a cidade, infraestruturou-a com abastecimento de água e esgoto. Como meio de transporte, os bondes encurtaram as distâncias. Juntaram-se a isso a iluminação elétrica e os meios de comunicação. Quanto ao embelezamento da urbe, realizou-se os alargamentos das avenidas e ajardinamento de ruas; construíram praças, chafarizes, escolas, hospitais, enfermarias e asilos.

Algumas dessas obras se destacam pela imponência de suas construções, como o Mercado Adolfo Lisboa, o Palácio da Justiça, a Alfândega, o Teatro Amazonas, o Porto Flutuante. Para essa nova cidade, os cinemas vieram constituir horas de lazer. O Teatro Amazonas, por sua vez, recebia em seu palco espetáculos de todos os lugares do mundo: peças teatrais, corais e óperas, com cantores e atores famosos. Nas noites de apresentações, os assentos destinados ao público comum eram disputados por aqueles que queriam fazer parte desta onda cultural e social que envolvia a urbe. Para os abastados haviam camarotes onde ficavam salvaguardados dos olhares indiscretos e fofoqueiros dos cidadãos comuns.

¹⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1889-1925). Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.p.01.

¹⁶ Eduardo Gonçalves Ribeiro, governou o Amazonas entre os anos de 1892 a 1896.

Os lugares públicos como as praças, os cafés e as livrarias tornaram-se redutos das famílias endinheiradas. Nos jornais eram constantes os anúncios das lojas informando que as mercadorias da moda em voga estavam em suas prateleiras. Aliás, todos os tipos de anúncios são vistos nos jornais do período. Quinquilharias para todos os gostos faziam a alegria dos mais abastados e tornavam-se sonhos de consumo dos menos favorecidos. Jornais, livros e revistas de todos lugares informavam dos acontecimentos, transformações e inovações tecnológicas das outras capitais e de outros continentes.

Os vapores, entre chegadas e partidas para viagens domésticas ou internacionais, traziam consigo as novidades descritas acima e, junto delas, todo tipo de gente, todos os tipos de saberes, de mazelas, de crenças, enfim, toda sorte e todo azar de um sonho a ser conquistado - o sonho de uma vida melhor.

Parteiras, médicos, modistas, advogados, amas de leite, cozinheiras, babás, banqueiros, caixeiros, dentistas, farmacêuticos, seringueiros e seringalistas, enfim, uma gama de profissionais e de mão-de-obra anunciavam seus serviços. Também era através dos jornais que a população ficava a par das notícias do Brasil e do mundo.

Além dos jornais que imprimiam suas imagens em relação as transformações, os órgãos públicos, através de seus relatórios, anunciavam que as ingerências estavam sendo realizadas, contribuindo para que os espaços de socialização estivessem dentro das normas estabelecidas pelos urbanistas e pelo corpo médico do período.

Manaus passava por intervenções sociais, culturais e econômicas e, estas correntes transformações expurgavam dos locais públicos pobres urbanos, trabalhadores, prostitutas, carregadores do porto, meninos de recado, bêbados, órfãos, leprosos, hansenianos, tuberculosos, diaristas, indigentes e alienados – todos os que transgredissem a ordem, a moral e as boas maneiras não eram mais aceitos no campo de visibilidade no qual ocorria em larga escala, a modernização do espaço público.

Verificamos em Costa que:

[...], em Manaus como em outros espaços urbanos em processos de transformação no país, nos discursos oficiais da década de 1890 uma das tônicas foi a ênfase dada à sanitização/desodorização do espaço urbano, devidamente respaldada pelo discurso médico e pautada, segundo a ótica desse mesmo discurso, no benefício de todos, [...].¹⁷

¹⁷ COSTA, Deusa. Quando viver ameaça a ordem pública – Trabalhadores de Manaus (1890-1915). Manaus: Valer e FAPEAM, 2014. p.109.

Segundo o historiador Antônio Emílio Morga esse processo de urbanização e avidez pelo mundo cosmopolita na cidade de Nossa Senhora do Desterro – atual cidade de Florianópolis – fora imprimida num processo de contradições e ambiguidades. Os agentes da modernidade na Ilha de Santa Catarina, pelas páginas dos jornais questionavam os usos e os costumes da população apontando que,

A modernidade na Ilha de Santa Catarina chegava lenta diante das transformações ocorridas em outros centros, mas, de forma concisa e ininterrupta. Soando firme sobre a vida privada e pública, ela percorria ruas, biroscas, ruelas, pântanos, esquinas, locandas, lojas, salões de festas, residências familiares e igrejas. Nada passava inocule ao novo olhar que operacionalizava e administrava as mudanças de urbanidade e sociabilidade.¹⁸

A jovem república brasileira inspirava a modernização pelos quatro cantos de seu vasto território. As autoridades de becas usufruem de seus conhecimentos trazidos do Velho Mundo e instauram no país o saneamento, a higienização e a desodorização, não só dos espaços públicos de sociabilidades, mas adentram os espaços privados. As habitações tornam-se alvo dos médicos das ciências, sendo necessário higienizar os ambientes, indivíduos e os causadores das doenças sociais, ou seja, os locais habitados pelos pobres citadinos, trabalhadores ou ociosos, por conseguinte,

A condenação dos cortiços, casebres, e demais habitações populares enquadradas como anti-higiênicas, a remodelação de logradouros, a adoção de um perfil xenófilo de paisagem, faziam-se acompanhar da condenação dos seus habitantes. Os hábitos das camadas populares, sua maneira de portar-se nas ruas, seus divertimentos e lazeres, eram elementos tidos por incivilizados, antimodernos.¹⁹

A afirmação acima nos remete ao Rio de Janeiro onde a faxina urbana começou no centro da cidade destruindo os cortiços e casebres sem que houvesse uma política pública habitacional para absorver essa massa, empurrando-os para os morros, ou seja, transferindo o problema da pobreza, dos doentes sociais, dos trabalhadores informais, das religiões indesejadas, das jogatinas, do samba e da capoeira, fato comum nas urbanizações realizadas no país. Alargaram as avenidas da orla, delimitaram os espaços de sociabilidade, vacinaram a população, construíram bairros para a elite, institucionalizaram a cidade.

¹⁸ MORG, Antônio Emílio. *Nos subúrbios do Desejo: masculinidade e sociabilidade em Nossa Senhora do Desterro no século XIX*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, p. 89.

¹⁹ LOPES, Gustavo Acioli. *A Cruzada Modernizante e os infiéis no Recife, 1922-1926 Higiênismo, vadiagem e repressão policial*. Dissertação apresentada a Universidade Federal do Pernambuco, 2003.p.46.

A Capital Federal brilhava a olhos vistos, e seguiam seus passos capitais de pequeno porte,

[...], a delimitação e construção de espaços públicos destinados à sociedade cuiabana, como foi a gradual transformação dos assim antigos largos em jardins e praças, com direito à urbanização que uma capital merecia, ainda que, a princípio, tímida.²⁰

Mesmo em uma capital fincada no cerrado brasileiro como Cuiabá, as modernizações do período fizeram-se presente. Não só reestruturaram-se pelos tijolos e telhas, tampouco pela criação de instituições públicas, mas sobretudo segregaram e excluíram os indesejáveis do cenário urbano.

Na região litorânea a cidade do Recife, capital que desde a administração de Maurício de Nassau se adiantava em receber o que havia de mais moderno, não limitou seus projetos de reurbanização visto que,

As picaretas começaram a agir e os edifícios a vir a baixo. Os descrentes calavam-se...Todo o mundo ficava pasmado da ousadia dos empreendimentos. Não demorou e o Conselho Municipal votou uma lei determinando que o lixo dos domicílios somente poderia ser posto nas calçadas, à espera das carroças, em vasilhames com tampa. Enquanto isso o Prefeito empunha à população hábitos de higiene compatíveis à nova face da cidade, o que fez explodirem as queixas acusando-o de despotismo e violência.²¹

Em outra esfera territorial está Belém do Pará, que sob a batuta de Antônio Lemos, então gestor, regeu e viabilizou as mudanças urbanísticas e sociais.

[...] Lemos foi o responsável pelas grandes obras públicas que urbanizarão e higienizaram a cidade, emprestando-lhe, por força das intervenções realizadas, a fisionomia da cidade civilizada que a cultura urbana da *belle époque* da Paris haussmanniana disseminara. Belém, como Manaus – e também o Rio de Janeiro – na virada do século XIX para o XX, projetaram-se como centros urbanos que reescreveram e redesenharam, no Brasil tropical, as legendas civilizadas e civilizacionais que a sociedade hegemônica do capitalismo industrial proclamara na condição de conquistas e de realizações universais do progresso e da cultura [...].²²

Na cidade de Manaus esta repaginação da urbe vem desestruturar toda uma rede de hábitos e costumes. É sob essa alocação imposta aos cidadãos e que ganha reforço através dos discursos médicos sanitaristas que iremos, num primeiro momento, abordar através das leis, decretos, mensagens dos governadores, relatórios

²⁰ PINHO, Rachel Tegon. Cidade e Loucura. Cuiabá: EduUFMT,2007,p.42.

²¹ SETTE, Mário. Arruar – história pitoresca do Recife antigo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1948.p.11.

²² COELHO, Geraldo Mártires. No coração do povo: o Monumento à República em Belém (1891-1897). Belém: Paka-Tatu, 2002.p.27.

das secretarias, códigos sanitários e de posturas que são estabelecidos, fixados e fazem-se cumprir a todo instante, além das referências bibliográficas que privilegiam a discussão em relação a nova organização social, dos meios de exclusão favorecidos através da dedetização do espaço público.

Sabemos que os discursos levantados em benefício de todos, atingiu diretamente os indesejáveis, e ao que tange esta pesquisa – os loucos - que, dentro do aspecto de revitalização urbanística são excluídos em instituições como os hospícios construídos em bairros afastados. Cunha destaca que “[...], o espaço do internamento produz o medo constante da contaminação da cidade, e tenderá a ser deslocado para longe das vistas temerosas, [...]”²³ As contradições existentes nessas alocações de reestruturações realizadas sob o ímpeto de modernização mostrando-nos que as políticas sociais deste período dão legitimidade à exclusão.

Dentro dessa perspectiva é que a construção da Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro está pautada, e é sobre o recorte temporal que se estende desde o momento de sua efetiva homologação, em 1894, até o final da Primeira República, em 1930, que discutiremos aqui a construção e as observações acerca de uma cidade harmoniosa, saudável, ordeira e limpa, e que atendessem acima de tudo, as exigências burguesas e os projetos de revitalizações do poder público.

Pesavento nos afirma que,

Ora, legitimidade de tais intervenções não se dão apenas em torno de exigências científicas, mas também de uma lógica econômica e financeira do capitalismo triunfante. Demolir, construir, desenvolver as comunicações e otimizar a prestação de serviços públicos configuram-se como oportunidades lucrativas para o investimento dos capitais. Portanto, a idéia do lucro se conjuga e reforça os imperativos da estética, da higiene e da técnica.²⁴

A afirmação de Pesavento reflete claramente o aspecto de reorganização urbanística na qual a política de exclusão vem fragmentada em instituições como penitenciárias, asilos, colônias, hospitais, creches, orfanatos, enfermarias, escolas de ofício, enfim, aparatos públicos que atendessem as necessidades instaladas em manter a imagem da cidade isenta de perturbações.

Ao que tange as reflexões aqui discutidas, vemos em Foucault que,

²³ CUNHA, Maria Clementina Pereira. O Espelho do mundo: Juquery, a história de um Asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.p.78.

²⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.p.93

[...], a loucura é vizinha de todas as formas do desatino, que a envolvem e definem sua verdade mais geral, e no entanto ela é isolada, tratada de modo singular, manifestada naquilo que ela pode ter de único, como se pertencendo ao desatino, ela atravessasse incessantemente num movimento que lhe seria próprio, levando a si mesma, com suas próprias forças, a seu mais paradoxal extremo.²⁵

Em se tratando dos vesânicos em Manaus, a primeira tentativa de criação de um hospício ocorreu em 1889. Os loucos foram “hospedados” na Chácara do Dr. João Hosannah de Oliveira, lugar que também funcionava uma olaria e que foi chamado de Hospício Barão de Manáos²⁶, sendo desativado por não ter estrutura e condições de tratamento e acomodações.

Portanto a construção de uma Colônia de Alienados era necessária para que os loucos fossem internados dentro das convenções sanitaristas e urbanísticas daquele momento, uma vez que os loucos e seus amigos de fama transgrediam a ordem e desfiguravam a urbe. Confirmamos a necessidade da construção de um hospício na fala do então governador Eduardo Ribeiro, “[...], deveis providenciar sobre a Construção de um Hospital para alienados, que se torna presentemente de grande necessidade neste Estado, [...]”²⁷

Em 1894, Eduardo Ribeiro, manda que acomodem os alienados em um espaço físico específico,

Tendo necessidade urgente de remover grande número de alienados que actualmente ocupam alguns compartimentos do Hospital de Misericórdia e da cadeia publica, e não havendo um hospital para esse fim apropriado, resolvi mandar preparar o prédio do Estado situado a oeste da cidade, à margem direita do Rio Negro, para provisoriamente servir de hospital, até que seja construído o edifício proprio. Para o serviço interno da Provedoria da Casa de Misericórdia mandei contractar cinco irmãs da ordem de Sta. Anna. É preciso ser consignado o credito para as respectivas despesas.²⁸

Esta ordenação de construção do espaço para internação dos alienados se faz sob a lei nº 65 de 03 de outubro de 1894 e, como vimos acima, sua administração ficou a cargo da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia, funcionando neste local até 18 de fevereiro de 1899 quando foram transferidos pelos motivos abaixo mencionados,

Como os doidos que se achavam recolhidos na casa de propriedade do Estado, à margem esquerda do Rio Negro e foz do Igarapé da Cachoeira

²⁵ FOUCAULT, 2012.p.158.

²⁶ Relatório com que o exm. sr. dr. Joaquim de Oliveira Machado, Presidente da Provincia do Amazonas, installou a sessão extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial no dia 2 de junho de 1889.

²⁷ Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro Presidente deste Estado. Lida perante o Congresso Amazonense, em 1º de junho de 1892.

²⁸ Mensagem lida pelo SNR. Governador Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro ao Congresso do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1894.

Grande, estavam sendo victimados de beri-beri que entre elles se desenvolvera em larga escala, e como parte do prédio ameaçasse cair, foram elles transportados pela urgente necessidade da ocasião, para a casa sita à Rua Ramos Ferreira, de propriedade do Snr. Miranda Leão, onde ainda se acham mal alojados, pois o predio não se presta para tal fim.²⁹

Na gestão do Dr. Fileto Pires Ferreira³⁰, houve certa indignação ao apresentarem a forma como os alienados estavam sendo tratados. Haja vista,

[...], a assistencia de alienados nesta cidade ainda não existe, o serviço que ora é feito atesta somente um insignificante esforço, humanitário do meu antecessor.” E continua, [...], Nas condições em que esta o Hospicio, nenhum serviço humanitario pode prestar vantajosamente, é um depositario de loucos, nada mais, [...].³¹

A sequência de sua fala mostra-nos que,

[...], cumpre ao Estado fundar um serviço de assitencia com todas as exigencias da sciencia psychiatrica, embora tenha que despender de grande somma de dinheiro. Assim ,só assim, os infelizes ali recolhidos, sujeitos a um tratamento serio e rigoroso, poderão melhorar ou mesmo recuperar as suas faculdades mentaes.³²

Dois anos depois das mensagens lidas pelo então Governador, os loucos encontravam-se alojados em uma casa que foi condenada e que, segundo o relatório do período nos indica a preocupação com a construção de um espaço físico adequado, para que, “[...], os loucos, os desgraçados que perderam a razão, ou temporariamente, ou para sempre, encontrem, uns o restabelecimento das suas faculdades sob um tratamento confiado a clínicos-psiquiatras especialistas, [...]”³³

Em 1905, o Exmo Sr. Dr. Governador Antônio Constantino Nery esboça, em sua mensagem lida perante o Congresso, a seguinte alternativa em relação a um espaço físico adequado para a construção em definitivo do hospício,

Não apresentando a casa onde funciona o Asylo de Alienados as proporções que este instituto exige, resolvi aproveitar o edificio de propriedade do Estado, sito «Pensador»³⁴, para transferi-lo. Nesse sentido, mandei organizar planos e orçamentos para os acrescimos que se têm de fazer, afim de apropria-lo ao hospício. As obras estão em andamento com muita

²⁹ Relatório de Instrução Pública 1898/1899.

³⁰ Dr. Fileto Pires Ferreira, governou o Amazonas, entre os anos de 1896 a 1898.

³¹ Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes, pela abertura da 3ª Sessão ordinária da 2ª Legislatura, em 04 de março de 1897, pelo então Governador Dr. Fileto Pires Ferreira.

³² Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes, pela abertura da 3ª Sessão ordinária da 2ª Legislatura, em 04 de março de 1897, pelo então Governador Dr. Fileto Pires Ferreira.

³³ Códigos de Posturas, Leis e demais Resoluções do Conselho Municipal de Manaós, 1904.

³⁴ A Chácara O Pensador, era de propriedade do ex-Governador Eduardo Ribeiro. Falecido em 14 de outubro de 1900, seus bens passam a sua mãe, e logo, ao Estado.

morosidade, devido a distancia, dificuldade de transporte e aquisição de pessoal. Entretanto, penso inaugurar a primeira ala sul até o fim deste ano.³⁵

Em contrapartida, a autora Edineia Mascarenhas Dias, em sua obra *A Ilusão do Fausto*, faz a seguinte observação em relação a construção do Asylo de Alienados em Manaus,

Para a construção do Asilo dos Alienados, foi escolhido um lugar tão afastado do centro da cidade, que a demora na conclusão da obra era justificada pela distância e dificuldade de transporte do material de construção e de pessoal. A ação da polícia sanitária, visando neutralizar o perigo que representava a circulação dos loucos pelo espaço urbano não só impõem uma polícia de recolhimento no espaço fechado do hospício, como também isola o mais que pode o hospital do centro da cidade.³⁶

A assistência provisória desse período mostra-nos as formas nas quais os diversos governantes levaram a cabo a construção do Asylo de Alienados, e a importância dada ao assunto. A demora na construção estava ligada à distância do local. Tal distância era necessária, pois havia no jogo de interesses intrínsecos nos discursos de bondade (com promessas de um local onde, através do tratamento adequado, fosse possível e até provável a cura).

Por outro lado a intenção de retirá-los das ruas, ruelas e becos, dos quatinhos nos fundos das residências, dando espaço aos discursos modernizadores, normatizadoras e médico alienistas estavam mais apurados que o da bondade e solidariedade caracterizadas nas falas dos governantes.

No ano seguinte, a mensagem do então Governador do Estado Sr. Dr. Antônio Constantino Nery, que havia prometido inaugurar a ala sul do novo espaço físico do Asilo de Alienados no ano anterior, se faz da seguinte forma,

Attentas as novas condições financeiras, estão paralisadas as seguintes obras: o edificio da nova Chefatura de Segurança, cujas bases se erguem à praça da Republica;**o Asylo de Alienados no bairro de Flores**, e a avenida Constantino Nery, na atual ligação da estrada de Flores com esta cidade, por onde ja se opera consideravel movimento de vehiculos.(Grifo nosso)³⁷

É notável os esvaziamentos dos cofres públicos. O *boom* da borracha e o processo de modernização através das grandes obras públicas começam a perder força. Mesmo assim, as promessas de conclusão das obras do Asylo de Alienados seguem.

³⁵ Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes por ocasião da abertura da 2ª Sessão ordinária da 5ª legislatura em 10 de julho de 1905, pelo Exmo Sr. Dr. Governador Antônio Constantino Nery. Acompanhada dos relatórios dos Chefes de Repartições.

³⁶ DIAS. Edineia Mascarenhas. *A ilusão do Fausto*. Manaus: Ed. Valer, 1999,p.122.

³⁷ Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas por ocasião da abertura da 3ª Sessão ordinaria da 5ª Legislatura em 10 de julho de 1906, pelo Governador do Estado Dr. Antônio Constantino Nery.

Tanto que no ano de 1907, a mensagem do Governador Dr. Antônio Constantino Nery confirma nossa fala,

Devo ainda mencionar o Hospício de Alienados, cujas obras, devido à grande distancia, a que se acham, do centro da cidade, não têm tido o aceleramento de outras de inicio mais recente; mas apesar das dificuldades de transporte do material, pretende velas brevemente concluídas.³⁸

Os relatórios apresentados pelos sucessivos governadores limitam-se a dizer que o estado das finanças continuam angustiosos e dentro disso foi dispensado a quantia de 1:500\$000 com o Hospício Eduardo Ribeiro³⁹ cujo assoalho havia abatido, ou seja, o hospício ainda estava no mesmo local alugado, prova real de que a economia gomífera entrava em colapso, atingindo diretamente as obras públicas de construção ou restauros. São sucessivas as cobranças feitas pelo proprietário da então chácara que abriga o hospício. Vejamos o que nos apresenta as notas de Despacho do Jornal Correio do Norte, em 1909,

Manoel Miranda Leão, pedindo pagamento da importância de 6:000\$000, provenientes dos alugueis da Chacara “Cruzeiro”, de sua propriedade ocupada pelo Hospício Eduardo Ribeiro, correspondente aos mezes de Janeiro a Junho do corrente anno - Ao Thesouro pagar em termos.⁴⁰

Cronologicamente, nas mensagens dos governadores e relatórios anuais de prestação de serviço, as reformas do futuro prédio não são relatadas entre os anos de 1909 a 1914. Porém, neste período, vemos nos jornais diversas cobranças e pagamentos destinados ao Sr. Miranda Leão, pelo aluguel da Chácara Cruzeiro - moradia provisória dos loucos.

Sob a direção do Dr. Turiano Meira, o hospital de alienados continuou funcionando no mesmo prédio citado acima, em 1914. O problema de um espaço físico que acomodasse os doentes da loucura ainda não havia sido sanado, conforme veremos abaixo,

É deveras para lamentar que o Estado não houvesse cogitado da construção de um predio proprio na qual se houvesse obedecido às prescrições da sciencia e atendido as necessidades dum instituto tão importante, montando-o ainda com aparelhos necessarios ao tratamento eficaz dos infelizes ali internados, quando essas uteis despesas estavam dentro de sua capacidade orçamentaria.

³⁸ Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas, na abertura da 1ª Sessão ordinária da 6ª legislatura pelo Governador do Estado Dr. Antônio Constantino Nery, em 10 de julho de 1907.

³⁹ Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da 2ª Sessão ordinária, 6ª legislatura pelo Governador do Estado Raymundo Affonso de Carvalho (presidente do Congresso Legislativo no exercício d Governo do Estado) em 10 de julho de 1908.

⁴⁰ Jornal Correio do Norte, 14 de agosto de 1909. Seção Despachos.

Hoje é absolutamente impossível providenciar que seja erguido o edifício pelas condições em que se encontra, o Tesouro do Estado, com as rendas reduzidas a menos da metade das que foram arrecadadas outr'ora, mesmo nos anos menos prosperos, [...]. (Grifo nosso)

E continua,

Tambem não convem fazer despesas com a reforma do vetusto prédio em que se encontra instalado o Asylo, ha longos anos para adapta-lo, mais ou menos a esse fim, não são só porque é predio particular de aluguel, muito acima do que pode suportar o Tesouro, além de taes obras se ressentirem sempre dos defeitos inherentes às adaptações. Se fosse possivel também, devei-ase retirar o Asylo donde se acha para outro local que oferecesse melhores condições de salubridade.⁴¹

Três pontos são cruciais nesta fala: o primeiro é que o descaso em relação ao internamento dos alienados em espaço apropriado não era questão de suma importância dentro do contexto da saúde pública, e muito menos foi quando o Tesouro esbanjava dinheiro reurbanizando Manaus. Discurso montado e mascarado em defesa do acolhimento e bem estar do louco, este espaço, tal como deveria ser, nunca foi realmente programado, o que acarretou no depósito de doidos da Chácara Cruzeiro. O segundo ponto é que, se o Tesouro do Estado tem suas rendas reduzidas, é reflexo da exportação do látex que, desde 1910, vem perdendo mercado para a produção realizada no Oriente que entrou no mercado com força total, produzindo em larga escala e a baixo custo na Malásia, no Ceilão e na Indonésia. Além desse fator, a inércia e o descaso das elites amazônicas e a falta de investimento do governo brasileiro contribuíram para que o látex explorado aqui perdesse mercado e valor, afetando diretamente a economia do Amazonas. O terceiro ponto é que, um abrigo que acomodasse de forma deveras os loucos, tornou-se jogo de empurra, pois não haviam estruturas físicas, médicas e tampouco interesse real em estruturar o local onde os vesânicos já estavam alocados (Chácara Cruzeiro), e nem em finalizar as obras do local definitivo que abrigaria os alienados (Chácara O Pensador).

No ano de 1915, o Asilo de Alienados continua sob a direção do Dr. Turiano Chaves Meira. Em seu relatório anual⁴² apresentado ao então Governador do Estado Jonathas Freitas Pedrosa, ele pondera sobre as seguintes considerações já anteriormente feitas: a impropriedade do prédio em que foi instalado o estabelecimento, o estado de

⁴¹ Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 8ª Legislatura, pelo Exmo. SN. Dr. Jonathas Pedrosa, Governador do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1914.

⁴² Idem, 1914.

*Não consta nesta fonte documental, dados pessoais, a única informação é que eram todos indigentes

ruínas a que chegou; a insalubridade do local onde o impaludismo impera endêmico. Reitera ainda o pedido de mudança do local para uma das alas do prédio de propriedade do Estado, no Pensador, onde estava instalado o Asilo de Mendicidade.

Ainda sobre o relatório em questão, Dr. Turiano cita que, com pequenos gastos poderão ser feitas adaptações necessárias, o que, em compensação será sanado pela economia gerada pelo prédio alugado à Rua Ramos Ferreira. Neste relatório, Dr. Turiano é insistente na mudança do local, onde ele esclarece que nenhum inconveniente advirá ao Asilo de Mendicidade, dada a mudança do hospício para este prédio, do qual ocupa apenas uma daquelas alas, estando a outra completamente devoluta pelo abandono obrigatório em que se encontra. E encerra suas observações descrevendo as despesas com a manutenção do estabelecimento que, afora o aluguel, montou a 33:892\$720 (trinta e três mil oitocentos e noventa e dois contos, setecentos e vinte réis) menor do que dos anos anteriores. Nos anexos deste relatório estava o quadro de internamentos no período de maio de 1914 a abril de 1915. Vejamos:

Movimento Anual do Hospital de Alienados (1914-1915)*	
Existiram	38
Entraram	54
Sahiram Curados	38
Falleceram	10

Tabela 1: Fonte Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 8ª Legislatura, pelo Exmo. SN. Dr. Jonathas Pedrosa, Governador do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1914.

Percebemos na documentação analisada que sob a batuta do Dr. Turiano Chaves Meira, o Asylo de Alienados passa a ter balanços detalhados de sua situação e reivindicações em relação ao espaço físico e condições de vida dos internos.

O então diretor observa as propostas adotadas em São Paulo e, circunstanciado pelo exemplo paulista sugere que em Manaus, para melhor atendimento, tratamento e possível cura da loucura, o Asilo de Alienados, transforme-se em Colônia de Alienados, pelos motivos citados em sua fala,

Assim como no avançado Estado de São Paulo, onde os hospitais, não são somente locais de ociosidade e nem oficinas de trabalho obrigatório mas, colônias nas quais o Estado explora o labor daqueles que gozam minimamente de saúde física e mental, na intenção de ocuparem o tempo nas plantações que, em seguida serviriam para manter os próprios internos, sua

proposta é que em Manaus, assim como em São Paulo, o Asylo de Alienados se torne Colônia de Alienados.⁴³

No findar da década de 1920, os pedidos de conclusão do prédio do Asylo de Alienados Eduardo Ribeiro, é uma constante nas prestações de contas, uma vez que as referidas obras de finalização já ultrapassavam a cifra de 76:395\$000 (setenta e seis, trezentos e noventa e cinco contos de réis).⁴⁴

Intercalam-se os pedidos de providências com períodos de silêncio. Percebemos na documentação analisada que entre os anos de 1924 a 1927. Nada foi realizado senão menções em relação ao descaso na conclusão da obra para transferência dos loucos.

Por fim, sob o Governo do Senhor Antônio Monteiro de Souza, em 1927, é possível a transferência dos loucos para o edifício situado na Chácara O Pensador. A mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Exmo Snr. Antônio Monteiro de Souza, em 1927, dá o parecer final em relação à conclusão e transferência dos loucos,

Dependencia da Santa Casa, vinha funcionando em predio particular acanhado e improprio, à Rua Ramos Ferreira, o Hospício de Alienados Eduardo Ribeiro, unico estabellecimento do genero, existente no Estado. Vivendo ahi, em condições precarias de hygiene e sem os indispensaveis recursos de hospitalização, esses infelizes, em numero aproximado de 80, de ambos os sexos, precisavam inadiavelmente ser installados em predio melhor e mais amplo, de geito a lhes poder ser prestado a assistência compativel com nosso graó de adeantamento e cultura.

E continua,

Reconstruíram-se completamente os pavilhões da direita e do centro, substituindo-se todo material estragado e completaram-se as obras interrompidas no da esquerda; fizeram-se todos os demais reparos e concertos na varanda, cozinha, quartos, banheiros, copa além da pintura geral, com o que se imprimiu uma feição nova, de asseio e beleza. A instalação elétrica e a canalização de aguas foram inteiramente reformadas, empregando-se materiaes da melhor qualidade. Completando o edificio fiz construir necrotério, capella, pharmacia, dois amplos recreios, jardins, etc., de feição a poder o estabelecimento satisfazer rigorosamente os fins que lhe foi destinado.

E encerra sua fala concluindo que,

A actual colônia de alienados apresenta-se com um aspecto agradável, sendo hoje o seu edificio um dos mais elegantes da Capital, a fazer honra ao nosso povo adeantado e humanitario. A Mesa Administrativa da Santa Casa confiou a direcção desse estabelecimento às carinhosas e beneméritas Irmãs

⁴³ Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa do Amazonas na abertura da 3ª Sessão ordinária da 11ª legislatura, pelo Exmo. SNR. Dr. Turiano Chaves Meira, Governador do Estado do Amazonas, em 14 de julho de 1924.

⁴⁴ Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa do Amazonas na abertura da 2ª Sessão ordinária da 10ª legislatura, pelo Exmo. SNR. Dr. Pedro de Alcantara Barcellar, Governador do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1920.

de Sant' Anna que ali ocupam o pavilhão central, onde se acham installados o consultório medico, a pharmacia, a portaria e a capella.⁴⁵”

Ao dispormos e analisarmos a documentação primária para esta reflexão em relação aos discursos estabelecidos através das mensagens dos governadores, na construção de um local apropriado, e que não fosse mais considerado como um depósito para guardar doidos, ao término do ano de 1930, data final de nosso recorte, temos a fala do então Presidente Dorval Pires Porto, que prescreve o seguinte,

Dependencia da Santa Casa de Misericordia a “Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro”, encontra-se installada em amplo edificio, com pavilhões especiaes para ambos os sexos. Embora, exija ainda grandes reparações, é excelente asua situação isolada em meio a vasta chácara.⁴⁶

Ao apagar da Primeira República Manaus havia sentido seus cofres abarrotarem e esvaziarem. A economia gomífera que fez ressurgir na selva uma capital, que por alguns anos foi considerada a Paris dos Trópicos, não escapou das preleções de reurbanização, modernização, do poder normatizador e médicos-alienistas, que contribuíram para os gastos estrondosos na construção de prédios suntuosos, no embelezamento da cidade e profilaxia urbana e rural.

Em toda a documentação explicitada nesta análise, percebemos que os discursos se cruzam e entrecruzam. Mesmo arrastada por anos a fio, a transferência dos loucos do antigo depósito da Rua Ramos Ferreira para a Chácara O Pensador se concretiza através da demora na realização da institucionalização da loucura e da faxina urbana que continuou sendo realizada, mesmo com a falta de verba.

As imagens abaixo mostram-nos a fachada da Chácara O Pensador em três momentos:

⁴⁵ Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa pelo Exmo Snr Antônio Monteiro de Souza, presidente da Assembleia em exercício do Presidente do Estado, por ocasião da abertura da 2ª reunião na 13ª legislatura em 14 de julho de 1927.

⁴⁶ Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Amazonas, pelo Presidente Dorval Pires porto, ao instalar-se a 2ª Sessão da 14ª Legislatura, 1930.



Imagem 1: Foto da fachada da Chácara O Pensador quando era moradia de Eduardo Ribeiro
Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas



Imagem 2: Foto da Chácara O Pensador antes da instalação do Asilo de Alienados
Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas



Imagem 3: Foto da fachada da Chácara O Pensador, ano de 1930.

Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas

As modificações na fachada aparecem somente na limpeza do terreno. As demais modificações e adaptações internas relatadas por tantas vezes nos relatórios e mensagens dos governantes não aparecem em imagens fotográficas tampouco em relatos ou prestações de conta que foram analisadas.

Desta forma podemos concluir que sua distância em relação ao centro urbano no final da linha do bonde, somando-se a escassa mão-de-obra e à demora na entrega dos materiais para reforma, que são afirmadas nas falas de Cunha e Dias, só atrasaram o processo de reforma da nova sede do Asilo de Alienados.

1.3 Delimitação do Espaço Público

As diversas formas de normatizações e regulamentações, as políticas higienistas e de prescrição de hábitos são aspectos de um período da modernização brasileira ou, no mínimo, tentativa de modernização.

Na Manaus de 1894, os discursos oriundos da sociedade organizada e de grupos com interesses comuns que exigiam do Estado intervenções na higienização deste espaço público, tornaram-se latentes através dos códigos municipais de postura, decretos e leis que determinavam a ordem e o comportamento moral dessa sociedade num momento em que a medicina definia a população brasileira como um coletivo de indivíduos mestiços e desequilibrados, de agir impulsivo, instintivo e irracional, incapazes de se submeterem a uma organização mais evoluída.

Neste contexto, surgem no século XIX, os Códigos de Posturas Municipais a partir da necessidade de um novo delineamento jurídico que reestruturasse as relações sociais, as relações de produção e a convivência nas cidades. Dentro das perspectivas da criação dos Códigos, esta a precisão que o Estado interpreta em relação ao espaço público, ou seja, causador de problemas humanos, proliferador de doenças sociais como o alcoolismo, a prostituição, o vício, o ócio, que impulsiona os indivíduos à marginalidade e a viver em lugares insalubres. É nesse espaço público que legisladores, médicos sanitaristas e urbanistas terão como fortalecimento a ideia de disciplinarização dos corpos e mentes do ambiente social.

Os Códigos de Posturas Municipais assumem uma relação normativa, pois estabelecem regras de convívio e comportamento, sendo eles priorizados através da ordem pública e nas esferas jurídicas, médicas e sociais.

A medicina social, como higienização do corpo, do tratamento das doenças e da prevenção destas, surge paralela aos Códigos. É difundida e implantada de maneira a punir todos aqueles que fugissem das perspectivas então adotadas.

Vemos em Machado que,

A cidade configura-se então como objeto privilegiado ou mesmo exclusivo de intervenção médica por reunir em sua desordem as causas de doença da população. A importância crescente da cidade, como centro de comércio e de produção econômica e como sede do dispositivo central de poder político que intervém em todos os níveis da vida social, implica a construção de um funcionamento ordenado dos núcleos urbanos, condição de possibilidade da

transformação dos próprios indivíduos e materialização da exigência normalizadora da nova ordem social.⁴⁷

Para além das ruas a ordem era organizar o espaço público, promovendo a profilaxia do comportamento de forma a alimentar entre os indivíduos um convívio pacífico. Esta proposta inclui contundentemente os loucos. Vejamos o que nos diz o Código de Postura de 1904 em seu Artigo nº 179: “o louco que for encontrado nas ruas da cidade será entregue à pessoa encarregada da sua guarda e, na falta desta, será recolhida ao hospital de alienados.”⁴⁸ E no Código de Postura de 1920, alterado somente o número do artigo para 171, a escrita em relação aos loucos que perambulavam pelas ruas são as mesmas.

Em suma, os miseráveis de toda ordem, eram internados em hospitais, asilos e colônias. Alguns eram alojados na cadeia pública, longe dos olhares das pessoas de moral e virtudes, dos turistas, dos imigrantes e migrantes e dos investidores que depositavam financiamentos nesta urbe que florescia. Era a nova ordem urbanística, policial e sanitária, pensada e implantada para o novo conceito de civilidade que assolaria não só Manaus, mas todo o cenário brasileiro.

Percebe-se uma ampla criação de hospícios, asilos e colônias por todo território nacional, o que condiz com a reurbanização e a influência europeia vivida no Brasil do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

São contemporâneos à criação da Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro em Manaus (1894), o: Asilo de Alienados do Hospital Santa Ana (1890) em João Pessoa, Paraíba; o Asilo de Santa Leopoldina em Maceió, Alagoas (1891); Hospício de Barbacena, em 1903, Barbacena, Minas Gerais. Em Curitiba, no Paraná é fundado o Hospício Nossa Senhora da Luz (1903), e em São Luís do Maranhão, o Hospício dos Alienados (1905).

A criação desses hospícios vinham regulamentadas nas leis e decretos que normatizavam sobre as internações, assim citadas,

Art. 1º O indivíduo que, por molestia mental, congenita ou adquirida, comprometer a ordem publica ou a segurança das pessoas, será recolhido a um estabelecimento de alienados.

§ 1º A reclusão, porém, só se tornará efectiva em estabelecimento dessa especie, quer publico, quer particular, depois de provada a alienação.

§ 2º Si a ordem publica exigir a internação de um alienado, será provisoria sua admissão em asylo publico ou particular, devendo o director

⁴⁷ MACHADO, Roberto et alli. Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.145.

⁴⁸ Códigos de Posturas, Leis e demais Resoluções do Conselho Municipal de Manaós, 1920.

do estabelecimento, dentro em 24 horas, comunicar ao juiz competente a admissão do enfermo e relatar-lhe todo o ocorrido a respeito, instruindo o relatório com a observação médica que houver sido feita.⁴⁹

Vimos no decreto acima que a admissão de um enfermo deveria ser feita através da reclamação familiar ou por autoridades competentes e que a internação só era realizada quando provada a alienação, o que poderia ser provado e comprovado pelas atitudes que o indivíduo tomasse ou pela forma como levava sua vida, atos transgressores, histeria, bebedeira, vadiagem, prostituição, enfim, uma teia de má conduta que poderia levar homens e mulheres realmente a loucura.

Analisando as disposições deste decreto percebemos que a sua intenção é de refugiar os alienados em um só ambiente salvaguardando-os, pois o Artigo nº 10 do mesmo decreto citado acima estabelece que “é proibido manter alienados em cadeias públicas ou entre criminosos.” Somente poderiam os criminosos alienados serem internados em asilos ou hospícios nos locais que não houvessem asilo. Deveriam ser recolhidos na prisão em pavilhões separados.

Considerando que a grande maioria das pessoas eram analfabetas não era difícil ao juiz, delegado ou aos familiares conseguirem a autorização para a internação de quem quer que fosse,

[...], vemos que na Inglaterra do século XVII, é o juiz de paz que toma a decisão de decretar o internamento seja por ter sido solicitado pelo círculo da pessoa, seja porque ele mesmo considera a medida necessária para a boa ordem do distrito.⁵⁰

Os alienados, transgressores e indesejáveis passam a ser dispositivos da classe dominante, que com a prerrogativa de ordenação e moralização estabelecem, tanto na esfera social quanto econômica, maneiras de segregar os doentes sociais, fazendo com que eles passem a orbitar nos subúrbios, contribuindo, juntamente com o discurso médico- alienista, ao êxito nesta empreitada.

Segundo Schmachtenberg,

[...], estes regulamentos criaram as condições para o ordenamento e controle das populações, e com isso normalizar as condições de vida da sociedade. Os códigos serviram como um mecanismo regulamentador atuante, compreendendo uma forma de racionalizar e higienizar o espaço urbano e ao

⁴⁹ Decreto nº 1.132 de 22 de dezembro de 1903, assinado pelo então Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Francisco de Paula Rodrigues Alves.

⁵⁰ FOUCAULT, idem, 2012.p.127.

mesmo tempo prevenir a ocorrência de moléstias epidêmicas controlando, vigiando e punindo os indivíduos.⁵¹

Analisando os Códigos Municipais de Postura, é evidente que a sua elaboração foi discutida e escrita com mecanismos de exclusão social, para todos os indesejáveis que habitavam as ruas e proliferavam doenças, desvios de moral e apresentavam alienação, seja ela alienação dócil ou criminoso. Os regulamentos, normas, decretos, leis e códigos, tiveram como característica única restrição a liberdade individual, disciplinarizando, punindo e excluindo do espaço público estes indivíduos.

1.4 Lugar de louco é no Hospício

A loucura está presente na humanidade desde os tempos remotos. Na Grécia Antiga, os loucos eram indivíduos com manifestações dos deuses, portanto, não eram reclusos ou indesejáveis; na Idade Média, marcada pela forte manipulação da Igreja Católica sobre a vida humana, a loucura era vista como força da natureza, espíritos maus, os quais eram interpelados pela Inquisição, condenados ou mortos. Na Renascença a entrada dos loucos nas cidades era proibida. Perambulavam de um canto a outro até serem colocados em navios, mais conhecidos como a Nau dos Loucos, e ficavam vagando em alto mar.

A cronologia e as disposições em relação ao louco e sua presença, nos espaços públicos e privados diferem-se ao longo do tempo e da localidade. No Brasil, a loucura é registrada desde os primeiros anos de colonização, constando referências aos loucos nos Tribunais de Santo Ofício de Lisboa em Portugal que, no final do século XVI, por aqui instaurou-se a fim de punir os hereges. Nestes julgamentos muitos se declaravam loucos. Para se ter a confirmação investigavam entre os familiares e vizinhos as posturas e condutas do julgado, tendo a certeza de que não eram hereges.⁵² A Inquisição costumava mandá-los para casa ou para o Hospital de Todos os Santos em Lisboa no qual, desde o final do século XVI, havia, em separado, enfermarias para o tratamento de doenças perigosas como a loucura.

Encarcerados pela própria família, com criados discretos e dedicados, os loucos dos casarões senhoriais não figuravam entre os que perambulavam pelas ruas em

⁵¹ SCHMACHTENBERG, Ricardo. Código de Posturas e Regulamentos: Vigiando, Controlar e Punir. Artigo apresentado no I Vestígios do Passado, a história e suas fontes. IX. Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História. Seção Rio Grande do Sul. 2008.p.08.

⁵² Essas referências encontram-se na Revista de História, Ano I, nº 2, Agosto/2005.

convivência com a vizinhança ou entregues à própria sorte, como nos coloca a historiadora Magali Gouveia Engel,

Os loucos que pertenciam “às famílias abastadas” geralmente viviam de forma mais discreta possível, isolados “em quartos fechados, vigiados, alimentados e tratados” (Sigaud 1835:6). Nesses casos, a família detinha a responsabilidade pela sobrevivência, pelo tratamento e pelo controle do seu louco, embora nos períodos de crise mais violentas, pudessem transferir essa responsabilidade, internando-o na Santa Casa de Misericórdia.⁵³

Nessa premissa, os loucos das classes infames, pobres ou órfãos eram recolhidos pelas Santas Casas de Misericórdia espalhadas por todo Brasil, que os abrigavam em pavilhões separados dos outros doentes. Muitos eram levados pelas mãos da polícia e internados como indigentes.

Com o passar do tempo e as novas concepções de cidade limpa e organizada, os loucos passaram a ser vistos como ameaça a ordem e a moralidade pública. Necessitavam, segundo os alienistas da época, de um espaço exclusivo, para que pudessem receber tratamentos adequados e até serem curados. Ou como nos coloca Foucault,

[...], não é a luta entre filantropia e barbárie, das tradições contra o novo humanismo. É o tatear desajeitado na direção de uma definição da loucura que toda uma sociedade procura novamente exorcizar, na época em que seus velhos companheiros – pobreza, libertinagem, doença – recaíram no domínio privado. Num espaço social inteiramente reestruturado, a loucura deve encontrar um lugar.⁵⁴

Era necessário isolar o louco dos espaços públicos ou privados, confinando-os a uma vida de reclusão, e, sobretudo, utilizando seus corpos e mentes em experimentos através das novidades medicinais que surgem e ganham amparo com o andamento da medicina social e o esquadrihamento das grandes instalações públicas como as Santas Casas de Misericórdia, onde a proposta imediata de reorganização do espaço interno dispõe que “[...], os alienados, colocados no hospital geral, podiam contaminar os demais com seu comportamento inadequado, causar acidentes pela sua fúria e, assim, mais que os demais “doentes”, precisavam ser separados, [...]”⁵⁵ Dessa forma, a proposta corrente era que os loucos e seus conluiados estivessem salvaguardados longe dos demais doentes.

⁵³ ENGEL. Magali Gouveia. Os delírios da razão: Médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.p.184.

⁵⁴FOUCAULT, idem,p.p..424-425.

⁵⁵ WADI. Yonissa Marmit. Palácio para Guardar doidos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRG,2002.p.98.

Portanto, os asilos de alienados são parte integrante dessa medicina que se estabelece através das novas maneiras de tratamentos para doentes mentais: banhos de água gelada, distração, trabalho e tratamento moral. Mas, para que isso ocorresse, era de suma importância que todos os alienados fossem alojados em um só lugar: o hospício.

Para Engel,

[...], psiquiatras brasileiros na busca obsessiva de conquistarem para si o monopólio da única verdade possível sobre a loucura e, portanto, controlar todos aqueles que pudessem ser capturados pela malha cada vez mais extensas e emaranhadas da doença mental. Evidenciando o comportamento da psiquiatria com as políticas de controle social propostas pelas primeiras administrações republicanas, o universo temático privilegiado pelos especialistas brasileiros na construção da loucura como doença mental deixa entrever as principais áreas de intervenção e estratégias normatizadoras: os comportamentos sociais, as relações de trabalho, a segurança pública, as condutas individuais e as manifestações coletivas de caráter religioso social, político, etc.⁵⁶

As intenções da psiquiatria nacional em obter o monopólio da conceitualização e do diagnóstico real da doença mental contribuiu de forma ampla para que as internações aleatórias, por qualquer sintoma que aparentasse loucura, fosse realizada depositando em hospícios todos aqueles que se comportassem de maneira diferente das condutas morais do período.

Segundo Foucault,

O asilo deve figurar agora a grande continuidade da moral social. Os valores da família e do trabalho, todas as virtudes reconhecidas, imperam no asilo. Mas com um duplo âmago da própria loucura; sob as violências e a desordem da alienação, a natureza sólida das virtudes essenciais não se rompe.⁵⁷

Muitos desses hospícios eram antigos hospitais ou enfermarias que cuidavam de leprosos, tuberculosos, pessoas com hanseníase, varíola e, no caso específico de Manaus, da beribéri. Havia também casarões abandonados que estavam ocupados por indigentes.

Suas edificações, afastadas das cidades e de difícil acesso, tinham como características as mesmas representações dos leprosos em outros tempos ou dos doentes venéreos. Deviam ser afastados dos olhos elitizados. Mal vistos, mal cheirosos, mal interpretados, eram relegados ao aprisionamento dos hospícios. Machado explica-nos que “[...], o funcionamento disciplinar da cidade, exige que os hospitais sejam retirados

⁵⁶ ENGEL, Magal Gouveia. *Psiquiatria e feminilidade*. In: Mary Del Priore (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p.323.

⁵⁷ FOUCAULT, idem, 2012, p.235.

do centro, procurando-se, com esta medida, neutralizar os efeitos de contágio, de propagação do mal que eles contêm, [...].”⁵⁸

Contudo, a formação, adequação e constituição destas instituições partem principalmente da concepção de readaptar o espaço urbano para esta modernidade advinda das novas práticas de hierarquização social, sobretudo ao que refere-se a estes personagens – os loucos. Os olhares se entrecruzam nos diversos saberes que, neste período, empenham-se à construir uma cidade ordeira e revitalizada.

Assim sendo, lugar de louco é no hospício e o hospício inicialmente tinha como função “[...] assegurar sua segurança pessoal e de sua família; libertá-los das influências pessoais; submetê-los à força a um regime médico; impor-lhes novos hábitos intelectuais e morais, [...].”⁵⁹

Os discursos médicos alienistas que se formam em torno da loucura formatam-se nesse primeiro momento em especulações advindas somente do ato de isolar este sujeito da vida pública, familiar e social. Sobre as internações, Foucault, nos esclarece que,

É evidente que o internamento, em suas formas primitivas, funcionou como um mecanismo social, e que esse mecanismo atuou sobre uma área bem ampla, dado que se estendeu dos regulamentos mercantis elementares ao grande sonho burguês de uma cidade onde imperaria a síntese autoritária da natureza e da virtude. Daí a supor que o sentido do internamento se esgota numa obscura finalidade social que permite ao grupo eliminar os elementos que lhe são heterogêneos ou nocivos, há apenas um passo.⁶⁰

Moralizar o espaço público era a ordem do momento, pois Manaus renasce com uma elite fascinada pela modernidade, sendo claro o repúdio pelos indesejáveis. Nesse sentido, a formação das instituições para internamento dos loucos, que floresce no Brasil através dos ares vindos da Europa, de medicalização, urbanização e reestruturação da vida urbana - já que os Asilos para Alienados se estruturavam em território nacional, uma vez que a necessidade de internação parte do princípio de tratamento e socialização destas pessoas está intrínseco na reurbanização social conforme Dias nos destaca, sendo que, para a reorganização da urbe o papel da polícia foi de suma importância,

Aos guardas rondantes da cidade, cabia levar à presença da autoridade, para conhecimento do fato de todos os elementos que fossem encontrados em estado de embriaguez ou de alienação mental, assim como os que estivessem dormindo nas ruas, praças, adros das igrejas e lugares semelhantes.⁶¹

⁵⁸ FOUCAULT, idem, 1978.p.284.

⁵⁹ FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.p.27.

⁶⁰ FOUCAULT, idem 2012.p.79.

⁶¹ Idem, 1999.p.131.

Percebemos o poder da polícia em fazer cumprir a lei através das análises realizadas em relatórios do período. Vejamos o relatório assinado pelo Sr. Major Francisco Boaventura Bitencourt⁶² em 1909, onde foram enviados à Santa Casa de Misericórdia 195 indivíduos tidos como indigentes e 14 destes, internados no hospício.

Surge interrogações partindo da premissa sobre qual seria o critério utilizado para identificar um louco, pois, nesse momento a polícia, como organizadora do espaço público, prende e solta, delega quem vai direto para Santa Casa de Misericórdia, quem vai para o hospício e quem fica preso. Não existia um laudo específico.

Em 1912, o Sr. Dr. Emiliano Stanisláu Afonso⁶³, juiz municipal distrital de Manaus, envia o movimento da delegacia ao então governador Cel. Antônio Clementino Ribeiro Bittencourt, de que havia levado ao hospício trinta e três loucos e, neste mesmo relatório, constam somente dois exames de sanidade. A loucura que banaliza a condição social do ser humano, também banaliza a vida. Verificamos, em documentação de movimento de doentes que deram entrada no Hospício de Alienados Eduardo Ribeiro entre os anos de 1898 e 1899, um total de falecimentos relativamente alto.

Vejamos:

Movimento entre os anos	1898	1899
Saíram	55	52
Curados	8	17
Melhorados	8	3
Por diversos motivos	6	7
Falecidos	24	24
Ficaram em tratamento	9	10

Tabela 2 – Fonte: Mensagem lida perante o Congresso em 10 de julho de 1912 para o Governador Coronel Antônio Clementino Bittencourt, acompanhado dos relatórios dos chefes de repartições.

As estatísticas acima não nos apresentam se os indivíduos internos eram homens, mulheres ou crianças, nacionais ou estrangeiros, fato que ocorre também em 1900, não existindo a discriminação de sexo, cor, idade, ou nacionalidade, somente o total de registros. Porém, uma das hipóteses levantadas nas observações e reflexões dos quadros de movimentos do asilo de alienados seria a de que essas mulheres que foram

⁶² Relatório da Santa Casa de Misericórdia apresentado à Assembleia Geral Administrativa, 1909.

⁶³ Mensagem lida perante o Congresso em 10 de julho de 1912 para o Governador Coronel Antônio Clementino Bittencourt, acompanhado dos relatórios dos chefes de repartições.

internadas poderiam ser prostitutas, causadoras das doenças sociais. Serviam suas internações como lição às outras que tentassem de alguma forma burlar a legislação, e os códigos de conduta. Retirá-las das ruas e interná-las em alguma instituição significava diminuir a obscenidade e a degeneração dos senhores que andavam pelas ruelas e becos da profanação. Aprofundaremos esta análise no terceiro capítulo, onde nossas reflexões se pautaram na esteira que move a loucura.

Observemos as internações,

Movimento entre os anos	1900	1908
Entraram	28	28
Saíram a pedidos	3	—
Mulheres	—	4
Homens	—	24
Curados	2	—
Por mudança de ares	1	—
Falecidos (as)	15	27
Ficaram em tratamento	38	1

Tabela 3 – Fonte: GALVÃO, Manoel Dias. História da Medicina em Manaus. Manaus: Valer, 2003.p.175.

Somente nos primeiros anos do século XX, é que os quadros estatísticos passam a especificar quem eram esses alienados: por que eram internados sob quais prescrições legais ou médicas, com diagnósticos assinados por alienistas, se eram criminosos, se a doença mental era de nascença, hereditária ou adquirida, dentre outras especificidades. Tais alterações aparecem da necessidade de saber exatamente quando, quantos e quem eram os sujeitos internados com alienação.

A saber,

Movimento entre os anos	1921	1929
Entraram		
Homens Brasileiros	3	—
Mulheres Brasileiras	6	—
Indigentes	5	—
Mulheres Estrangeiras	1	—
Estrangeiros	—	—
Melhorados	—	—
Falecidos	1	13

Tabela 4 – Fonte: GALVÃO, Manoel Dias. História da Medicina em Manaus. Manaus: Valer, 2003.p.175.

O que nos chama à atenção é a quantidade de falecidos, sugerindo que o Hospício funcionava como um local de extermínio⁶⁴. Em relação ao quadro de pessoal à época da institucionalização do Hospício Eduardo Ribeiro, somente o hábil clínico Dr. Clementino Antônio da Silva havia sido nomeado. Os demais eram contratados, sendo eles 1 criado, 1 lavadeira, 1 cozinheiro, 2 criadas, 5 enfermeiras e 5 irmãs de caridade.

Percebe-se então que a criação do Hospício realizado a toque de caixa contava com um quadro de funcionários pequeno em relação ao diagnóstico da loucura e da especificidade dos profissionais que zelavam pelo bem-estar, medicalização e higienização dos mesmos.

Apesar do discurso estabelecido nas vias da medicina e da urbanização, as internações realizadas em alguns casos foram de extrema violência ao direito de ir e vir. Se a ordem era a faxina urbana, ela se realizou muitas vezes de forma brutal, pois segundo Foucault “[...], cala-se a liberdade sempre arriscada do diálogo; dela resta apenas a tranquila certeza de que é preciso reduzir a loucura ao silêncio, [...]”⁶⁵.

Ao analisarmos a Manaus de 1894, devemos considerar que no centro da cidade existiam algumas casas de palha, pouquíssimas construções públicas e uma Igreja, alguns elitizados e burgueses, imigrantes e migrantes que segundo Lage “[...], seduzidas pela borracha, milhares de pessoas migraram para o Amazonas em busca de uma vida

⁶⁴ GALVÃO, Manoel Dias. História da Medicina em Manaus. Manaus: Valer, 2003.p.175

⁶⁵ FOUCAULT, idem, 2012.p.167.

melhor [...].”⁶⁶ Vieram iludidos com o trabalho nos seringais e, com a desilusão do sonho de enriquecer, engrossam o caldo de indesejáveis nas ruas da cidade.

O discurso de urbanização e revitalização instaurado em todo território brasileiro também está presente nestes rincões, nas diversas concepções de modernização que o período expelia de todos os segmentos sociais, médicos e urbanísticos, ampliando os conceitos de higienização, revitalização da urbe e sociabilização dos costumes.

Sobre este aspecto, Bárbara Rebecka Gomes de Lira acrescenta-nos que,

O crescimento da cidade era acompanhado pelo aumento da miséria e da desigualdade social. Nos jornais eram publicadas as notas de desagrado quanto à permanência de indigentes nas ruas, nas praças e jardins, que se dizia infectar, com suas moléstias, o ar e o olhar elitizado.⁶⁷

Para além da massa pobre que se formava, era necessário que os mecanismos de poder, dominação e exclusão se fizessem presente na segregação dos indesejáveis, incluídos nessa massa os loucos.

O processo de urbanização que ocorreu em Manaus foi realizado de forma suntuosa e isso ocorreu graças à economia gomífera que jogava dentro dos cofres públicos dinheiro suficiente para que a urbanização da então cidade de palha se transformasse em uma capital moderna, mas que acabou por abrigar nacionais e estrangeiros de todas as camadas sociais e de todos os níveis morais.

Os hospícios não fugiram à regra do novo conceito de cidade. Em sua essência, foram criados para isolar, extirpar e aprisionar a massa humana que não mais combinava com a nova ordem social. Medicalizavam os comportamentos, os corpos, as mentes, a cidade.

As conceitualizações em relação ao hospício, sua estrutura física, que era gerida através do isolamento, das grades, do mau funcionamento, do desumano, do abandono familiar e do Estado, dos estudos médicos que se apropriavam do corpo do louco para analisá-lo das piores formas teste com remédios, eletrochoques, banhos de água gelada, falta de alimentação - acarretaram nas péssimas condições de vida na qual o louco era submetido.

⁶⁶ LAGE, Mônica Maria Lopes. Mulher e Seringal: um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas. (1880-1920). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Manaus, AM. 2010.p.27.

⁶⁷ LIRA, Bárbara Rebecka, op.cit; p.30.

Em Foucault lemos que “[...], a loucura só existe em cada homem, porque é o homem que a constitui no apego que ele demonstra por si mesmo e através das ilusões com que se alimenta, [...]”.⁶⁸

Nos projetos normatizadores, a loucura das institucionalizações das coisas e das pessoas, esse apego às ilusões com que o homem se alimenta cresce na composição do poder do discurso médico, sanitário, higienista e alienista.

Podemos considerar então que a higienização do espaço público no que tange à cidade de Manaus foi concebida nos discursos estabelecidos na época. Sanar a urbe, modernizá-la, validando o aprisionamento dos delinquentes, o isolamento dos loucos, o internamento dos enfermos, enfim, vem faxinando os indesejáveis da cidade.

Ao analisarmos a Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro e a distância da instalação de seu prédio em relação ao centro urbano, percebemos as características determinadas para a noção das doenças sociais pois, em se tratando de limpeza da urbe, os companheiros de fama dos dementes entraram no balaio das internações e isolamentos. Eles ajudavam na formação da sujeira humana que existia na cidade. Deformavam a vida moral e, sobretudo, colocavam Manaus como um lugar de gente que proliferava a desordem, as doenças sociais e os maus hábitos.

Os significados dos costumes, valores, criação de instituições sociais e religiosas, dos discursos de poder, da medicina, da engenharia, da urbanização e da revitalização das representações acerca da institucionalização do Hospício Eduardo Ribeiro e a historização das informações são capazes de nos remeter ao passado de forma a ampliar a construção histórica em Manaus.

Nas pesquisas realizadas para a construção deste trabalho, dentro do recorte temporal escolhido, percebemos uma lacuna nas fontes documentais. Existem relatórios, códigos de posturas, leis e decretos que citam subjetivamente a construção da Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro, mas que não se aprofundam nas verdadeiras intenções da criação deste. Percebemos amplamente que a tramitação para a fundação vem cercar as necessidades existentes em limpar a cidade dos loucos.

Isaias Pessotti nos afirma que,

O século XIX bem merece o título de “século dos manicômios”. Em nenhum outro século o número de hospitais destinados a alienados foi tão grande; em nenhum outro a terapêutica da loucura foi tão vinculada à internação; em

⁶⁸ FOUCAULT, idem, 2012.p.24.

nenhum outro século o número de internações atingiu proporções tão grandes das populações. Mais ainda, em nenhum outro século a variedade de diagnósticos de loucura, para justificar a internação, foi tão ampla.⁶⁹

Desta forma, a construção da Colônia teve como característica fundamental a mesma proposta realizada em todo território nacional através do discurso da medicina social que regulamentava os grandes estabelecimentos institucionais, tais como: os cemitérios, hospitais, prisões e hospícios, que deveriam ser realocados em lugares mais afastados da cidade, pois a presença deles no âmbito urbano infectaria o seu interior e os cidadãos que o cercava.

As ações do governo republicano em construir hospícios e aprovar leis que garantissem aos médicos psiquiatras da época o monopólio sobre o conhecimento e a intervenção da loucura foram peça chave no desenrolar das internações. E, sobretudo, na constituição destas internações.

Simbolicamente, os hospícios vieram para servir de territórios de testes de medicalização, de formas terapêuticas, de instrumentalização do saber médico - psiquiátrico. Muito embora Hegel, em 1830, já descrevia que “[...], a alienação não é a perda abstrata da razão nem do lado da inteligência, nem do lado do querer e da sua capacidade de deliberar [...] ⁷⁰”, a loucura traz consigo o ser não ser da desrazão. Motivo que intrigava médicos alienistas e fomentava em seus âmagos a necessidade do enclausuramento como forma de tratamento, servindo como campo de estudo oficializado. Prática comum num período em que a medicina buscava respostas para todas as mazelas humanas.

1.5 A encenação na construção da ala feminina

As investigações médicas direcionadas ao estudo da loucura tiveram no Brasil grande empenho dos alienistas da República Velha. Seus artigos esmiuçavam detalhadamente os sintomas e tratamentos realizados, sob o prisma da loucura. Por todos os cantos do país espalhavam-se métodos terapêuticos, práticas laborais para cura, pesquisas direcionadas às causas e consequências da loucura. Tentavam preencher as lacunas existentes no contexto patológico da doença.

⁶⁹ PESSOTTI, Isaias. O Século dos Manicômios. São Paulo: Ed.34,1996,p.09.

⁷⁰ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Enciclopedia delle scienze filosofiche. 1830.

Segundo Vieira,

A relação que se estabeleceu entre a psicologia feminina e sua genitalidade específica a construção que se fez do feminino, enquanto características de seres à beira da loucura ao menor desvio, nos quais a potencialidade da demência e da alienação possuía alicerces orgânicos incontestáveis, virtualidade da loucura.⁷¹

O fator orgânico e fisiológico das mulheres contribuíram de forma concisa para a expropriação do corpo e da mente pelos médicos alienistas. Buscavam respostas sobre o comportamento feminino e todas as condições que as mulheres carregavam, da menstruação ao poder de gerar uma vida, amparados pela questão de gênero. Construiu-se então, sancionado como verdade pela incontestabilidade da ciência,⁷² variáveis afirmativas na problematização da loucura.

Muito embora a loucura esteja presente em todos os ambientes e classes sociais, é na zona urbana que ela está constantemente presente. Nos primeiros anos do século XX os estudos avançam e contrapõem-se com o que era realizado até então. E nossa afirmação se constrói na leitura do relatório escrito por Juliano Moreira e que foi apresentado no 4º Congresso Médico Latino Americano,

Toda cidade de mais de 50.000 habitantes tem o dever de manter seu hospital urbano (com o numero proporcional de leitos) para os seus casos agudos de alienação mental. E quando não o possa, fará ao menos aquilo a que são obrigadas as cidades menores, isto é, montar no hospital geral uma enfermaria convenientemente arranjada para o tratamento dos casos em questão. Note-se bem que me refiro á enfermaria e não ás antigas casas fortes existentes em alguns hospitaes geraes. O hospital urbano quando tenha de comportar mais de 30 doentes deve ser em pavilhões separados como os bons hospitais geraes modernos. Deve possuir, pois, sala ou, melhor, pavilhão de observação para os doentes recém-admittidos, sala ou, melhor, pavilhão para os casos agudos com vigilancia continua aos agitados, aos propensos ao suicídio.⁷³

Em Manaus já havia, no período em questão, a proposta para que todas as acomodações fossem realizadas de forma separada. O projeto para o Asilo de Alienados era bem definido e estava em consoante com às propostas dos alienistas do período que buscavam nas incansáveis análises dos métodos utilizados na Europa e nas diversas tentativas asilares, como o hospital-casa de detenção, formas e tratamentos violentos. A

⁷¹ VIEIRA, 2004.p.71

⁷² VIEIRA, op.cit.p.71

⁷³ Relatório intitulado Quaes os melhores meios de assistência aos alienados. Apresentado pelo Drº Juliano Moreira no 4º Congresso Médico Latino Americano, 1909.

proposta era *open-door*⁷⁴, com pavilhões específicos e estruturados e terapias menos agressivas e mais afetivas.

Ainda sob a égide dos alienistas nacionais, a proposta inovadora contava com a separação dos alienados que seriam assim distribuídas,

1º - Doentes atingidos de psychoses agudas curáveis, ou presumíveis taes, sao os hospitalizados nos pavilhões de tratamento e vigilancia continua. Esses pavilhões representam, por assim dizer, o hospital da pequena agglomeração especial, que é uma colonia de alienados.

2º - Alienados chronicos, incuráveis, porém validos physicamente e que, com os muitos convalescentes do grupo, devem ser empregados nos trabalhos ruraes, ou nas officinas do manicomio, fruindo o máximo de liberdade possivel.

3º - Os alienados enfermos, inválidos, entravados, os senis o os idiotas profundos, os quaes não podem trabalhar. Para elles é quo o hospital-colonia, moderno, reserva o quarteirão que merece o nome de hospício. Aliás a assistência familiar vae dia a dia também tomando conta de grande parte de taes doentes, recolhendo ao hospício sómente aquelles que necessitam de cuidados contínuos.⁷⁵

Nessa perspectiva, o projeto do Asilo - Colônia Eduardo Ribeiro em Manaus, estava conforme a conjuntura indicada para a época,

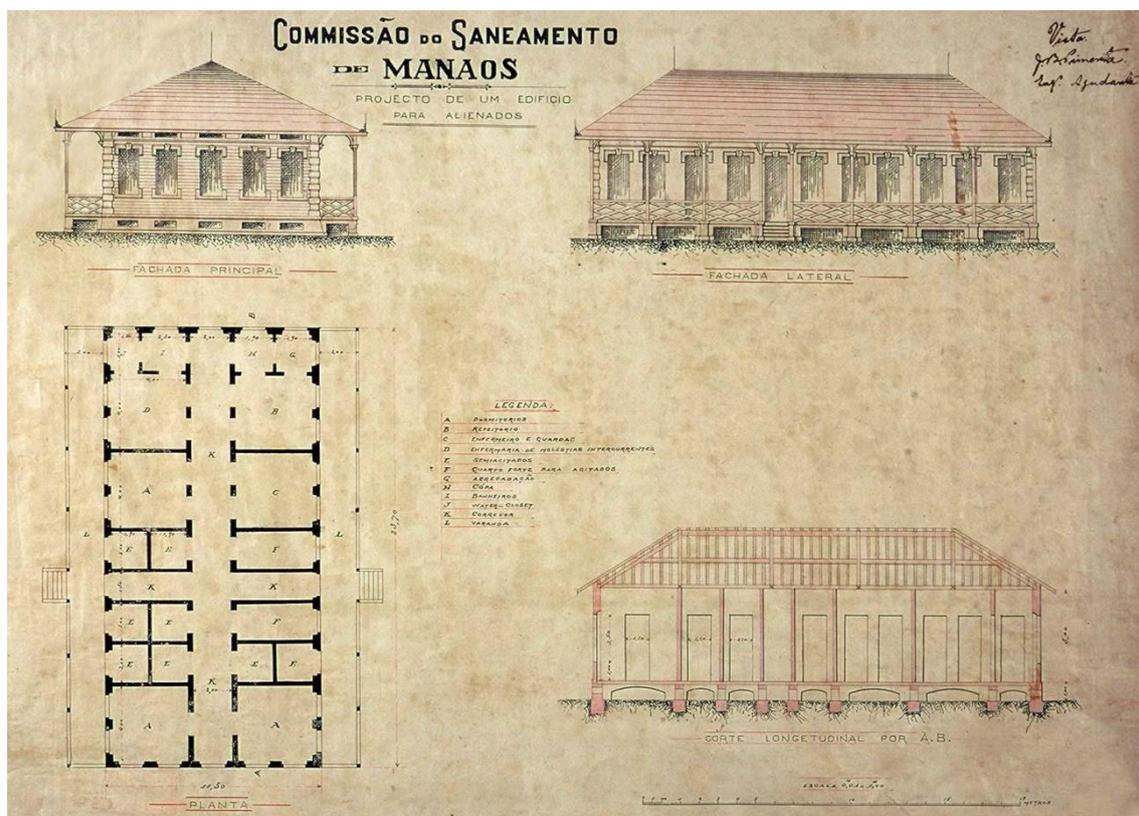


Imagem 4: Projeto parcial do edifício para alienados. Comissão do Saneamento de Manaus.*
Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia.

⁷⁴ *Open-door*, palavra em inglês que significa portas abertas, expressão utilizada para consagrar um método mais humano, menos prisional.

⁷⁵ RELATÓRIO, idem,p.25.

Ao observarmos a planta acima, percebemos que sua elaboração vem de encontro às necessidades da loucura: fachada principal e lateral com amplas janelas para melhor circulação do ar, corredores que dão acesso ao espaço interno e distribuição dos cômodos, como se vê na legenda: dormitório, refeitório, enfermeiro e guardas, enfermaria de moléstia intercorrência, semiagitados, quarto forte para agitados, arrecadação, copa, banheiros, water-closet, corredor e varanda.

A estrutura que fora proposta acima, nos habilita afirmar que cada indivíduo ocuparia objetivamente seu espaço, do louco ao corpo de enfermeiros e guardas, o que podemos analisar com mais nitidez na planta mais detalhada abaixo.

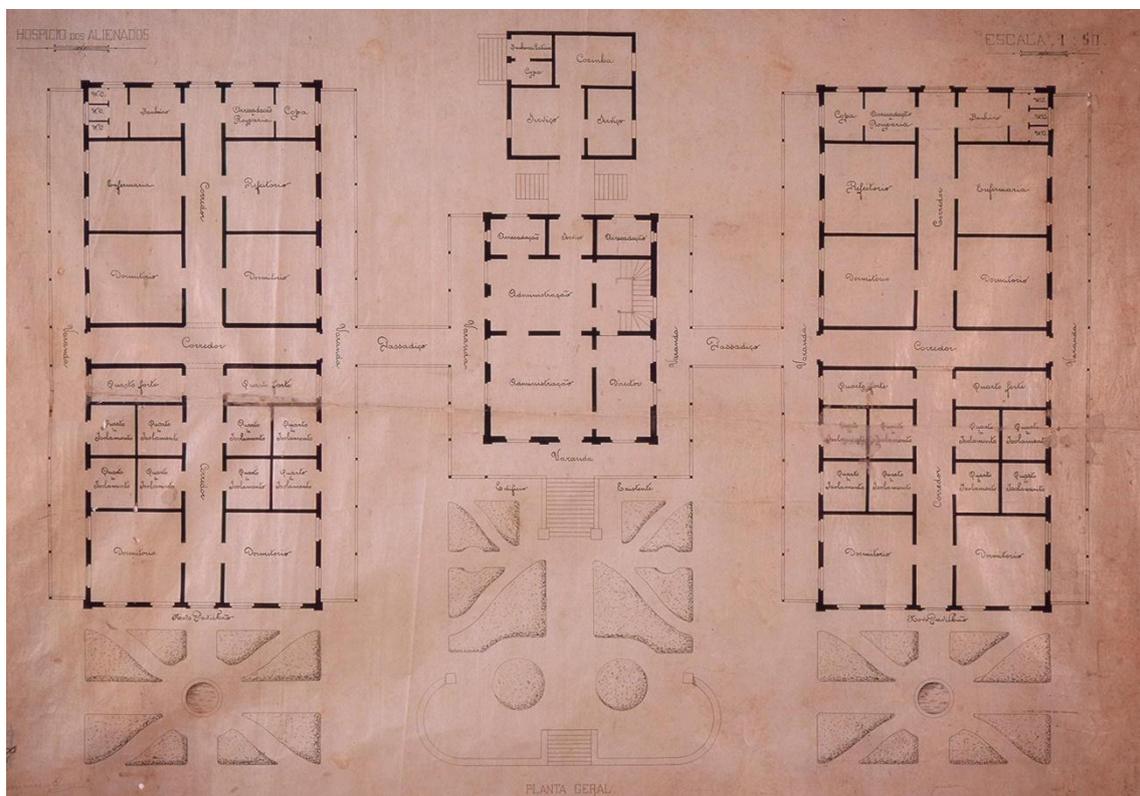


Imagem 5: Planta geral do projeto do Asilo de Alienados. Comissão do Saneamento de Manaós. Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia.

A planta geral nos traz em detalhes o espaço físico que abrigariam os loucos tanto aqueles já estavam internados na fadada área destinadas a eles na Santa Casa de Misericórdia, quanto aqueles que perambulavam pelas ruas, além daqueles que habitavam as edículas das famílias abastadas. A análise iconográfica desta imagem nos revela que a parte central onde iria se localizar a administração, a diretoria, o serviço e arrecadação, é supostamente a planta da casa existente na Chácara Cruzeiro. As

construções citadas como pavilhões que se encontram do lado direito e esquerdo, bem como os espaços ao ar livre e os jardins seriam construídos.

As duas plantas analisadas datam da última década do século XIX correspondendo às propostas de modernizações para Manaus onde muitas, como a construção do Asilo de Alienados, nunca se concretizou.

Em artigo publicado no Jornal do Commercio de 09 de março de 1908, lemos a preocupação em fazer do então hospício um local que realmente seria destinado a esse fim, a indignação de que se trata o artigo compara o Hospício Eduardo Ribeiro desde seu espaço físico ao tratamento dos doentes ao Asilo de Alienados do Rio de Janeiro, dirigido pelo Dr. Juliano Moreira, que usava métodos de tratamento menos agressivos, onde os loucos mais pacíficos caminhavam na Avenida Beira Mar, cultivavam horta e passeavam nos jardins, além de irem a encontros religiosos.

Um hospício para alienados, de acordo com as regras da sciencia moderna, já não precisa de grades, nem de camisolas de força, mas tão somente segundo os conselhos dos profissionaes, - de largos salões, francamente varridos pela luz do dia, jardins que lhe disfarçam o aspecto gélido de cárcere, aparelhos de chuveiro e de duchas, e até mesmo officinas e pistas, onde os detentos se distraíam, trabalhando ou propriamente divertindo. [...] Infelizmente , nada disso possuímos em Manaós, onde os pobres loucos são victimados em pouco, ou pela doença dos infelizes ou por outros males que elles adquirem após uma longa internação. [...] Nós não temos, por ora, um hospital de alienados, mas, sim, uma casa para sua detenção temporária, demasiado transitória, aliás quer para os que embarcam em demanda da salvação n'outros climas, quer para os que ficam morrem em pouco tempo.⁷⁶

De fato, a proposta de um hospício com espaços físicos que seguiam as diretrizes de higienização, salas para tratamentos, observações, internações, área de lazer, e de terapia não passou, em Manaus, de letra morta. O tratamento desumano e a falta de zelo com o corpo dos loucos é noticiada em 22 de junho de 1914,

As famílias residentes nas proximidades do Hospício Eduardo Ribeiro solicitam ao diretor do mesmo estabelecimento uma medida afim de acabar com a maneira como permitem aos doentes tomar banhos, exibindo aos olhos de todos sua nudez.

A denúncia que lemos no Jornal do Commercio, afirma todas as perspectivas em relação à maquiagem realizada nos relatórios oficiais quando estabelecem que o hospício necessita de alguns pequenos reparos,

Alli ninguem se entende. A promiscuidade é um facto, a falta de asseio é uma realidade, à noite não ha luz e os furiosos atiram-se uns aos outros numa lucha encarniçada, sem que os empregados com isso se encommodem, pelo

⁷⁶ Jornal do Commercio, 1908.

receio de que saíam perdendo a vida naquela escuridão. Dormem dez, doze, quatorze, em aposentos onde por muita condescendência, só poderiam repousar tres. Os enfermos defecam no mesmo sítio onde fazem as refeições. Ha logares, onde, em dias de chuva, a agua cae, como se fosse em plena rua. Os buracos no assoalho são inúmeros a casa enfim esta prestes a cair.⁷⁷

O Jornal O Paiz de 1926, faz uma crítica às condições sanitárias do Hospital Eduardo Ribeiro. Segundo o coevo jornalista imoralidade, promiscuidade e quartos lotados representam uma constante ameaça aos internos.

São ainda más as condições de tratamento dos alienados. O Hospício Eduardo Ribeiro que, para bem preencher os seus fins, deveria ocupar um predio com instalações modernas, funciona em uma casa particular, sem as necessarias adaptações e sem as commodidades e conforto indispensavel à saude e ao socego dos infelizes doentes – pagando-se pelo aluguel desse proprio a importancia de 300\$ mensaes. As condições do edificio não causam boa impressão. Os loucos vivem encerrados em cubículos ou cellulas não arejadas e em verdadeira promiscuidade que se pôde comprometer a hygiene e trazer perturbações à ordem do estabelecimento, acontecendo que ha aposentos que contêm mais de nove alienados.⁷⁸

De forma esporádica, as notícias de maus tratos e de péssimas acomodações para os alienados nos dão a clareza que em Manaus os homens da ciência não conseguiam sequer acomodações apropriadas para os loucos. Piorou tratamentos que procurassem seguir os modelos implantados no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco. A notícia acima derruba todas as especulações e perspectivas da construção de um asilo colônia tal como a proposta da Comissão de Saneamento. Pois, ao contrário das disposições do Hospital Nacional de Alienados no Rio de Janeiro onde as instalações femininas eram divididas em duas grandes seções principais: a Morel, para pensionistas e a Esquirol, para mulheres mantidas com recursos do Distrito Federal, nessas seções era possível encontrar mulheres cujos sinais e sintomas assinalados pelos médicos incluíam comportamentos “desobedientes”, “irritáveis”, de “sexualidade e desejos excessivos”, que não queriam cuidar dos filhos ou dos serviços domésticos, que desejavam trabalhar fora de casa, liam romances ou estudavam em demasia, recusavam a se casar, etc. Em Manaus, as internações de nacionais ou estrangeiras levadas a cabo pela polícia, eram induzidas para internação sob os argumentos de arruaças, indigências, prostituição, alcoolismo e crime são as causas que levavam a internações por moléstias mentais, alienação, delírio e histeria.

⁷⁷ Jornal do Commercio, 1916.

⁷⁸ Jornal O Paiz, 1926.

Muito embora os prontuários médicos com todas as anotações dessas pacientes e das suas internações existissem, as fontes documentais que sobreviveram aos maus tratos do tempo e às condições de armazenamento e guarda, as informações que encontramos sobre a encenação, as plantas propostas pela Comissão de Saneamento para a construção de um asilo de alienados, bem como as notícias nos jornais nos sugere que haviam alas específicas para mulheres pensionistas, ou seja, as demais estavam sujeitas à sujeira, promiscuidade e agouros do salão misto de tratamento.

CAPÍTULO II

Cenas Cotidianas: as representações da loucura nos periódicos manauara

2.1 Práticas de leitura: o florescer da imprensa em Manaós

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época...
Capelato.

Transformada em Província do Amazonas no ano de 1850⁷⁹, cercado por um vasto e denso território com uma vegetação específica de floresta, caracterizado por hábitos e costumes indígenas onde a cultura Ocidental se restringiu a poucas vilas, favorecida pela confluência de dois grandes rios - o Negro e o Solimões - formando o rio Amazonas, Manaus tem sua expansão territorial beneficiada pelos caminhos fluviais. Devido ao difícil acesso, os investimentos estatais demoravam a chegar ao extremo norte, inviabilizando uma nova estruturação que apagasse os traços coloniais, de forma que, assim como a lentidão das águas do rio Amazonas, a vagarosidade na qual as transformações econômicas, sociais e culturais chegavam nessa região contribuíram para a demora das mutações em todos os segmentos sociais.

Vemos no relatório do Presidente da Província Angelo Thomaz do Amaral que,

Uma das causas que retardam o desenvolvimento da província, é sem duvida a descentralização de sua população, a qual vive a maxima parte separada por grandes distancias, e n'esse isolamento que inabilita o homem de preencher o seu fim como ente social.⁸⁰

A fala do Presidente mostra-nos que o difícil acesso da população influenciava diretamente no desenvolvimento da região, além disso, as peculiaridades da cultura amazônica caracterizadas pela oralidade dos povos indígenas e pelos conflitos entre a

⁷⁹ A instalação da Província do Amazonas foi a 05 de setembro de 1852.

⁸⁰ Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1.º de outubro de 1857 pelo presidente da provincia, Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1858.p.56.

língua nativa e a língua portuguesa contribuíram para que somente alguns poucos brancos detivessem o poder da leitura e da escrita, porém de forma rudimentar. Em relação aos poucos habitantes alfabetizados a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro destaca-nos que, apenas 20% da população frequentavam os bancos escolares, e que a somatória que os governadores exibiam em seus relatórios num total de 8.497 alunos matriculados referem-se aos registros realizados em um período de dezessete anos.⁸¹

Este fator é resultado da efetiva comunicação dos nativos, uma vez que, durante séculos o *nheengatu* foi utilizado como língua de comunicação interna deixando a língua do colonizador somente para assuntos burocráticos e administrativos. Dessa forma, a prática da escrita e da leitura, juntamente com as adversidades locais e a distância dos grandes centros associados à promiscuidade de comportamentos e aos ambientes de moradias que formam todo o conjunto estrutural e a dinâmica que retardaram as práticas do letramento em Manaus. Pinheiro faz a seguinte observação em relação à formação cultural que envolve o Amazonas. Para a autora,

Quanto mais afastado de Belém em direção ao sertão amazônico, mais restrito tende a ser o espaço de inserção da cultura letrada. Um inequívoco exemplo da pouca presença de leitores no Amazonas aparece materializado nas falas dos diversos Presidentes da Província, nos momentos em que estes buscaram dar conta dos avanços da instrução pública, quase que exclusivamente associada, naquele período, ao ensino das “primeiras letras.”⁸²

Os anos provinciais foram de penúria econômica, afetando o desenvolvimento do Amazonas e, no que tange esta reflexão, a educação formal ficou a mercê dos poucos recursos vindos dos cofres públicos. Nos relatórios vemos que os seminários religiosos e as salas de aula direcionadas as primeiras letras viviam do pouco que recebiam do governo provincial e dos pagamentos de alunos particulares, havendo a necessidade de o relator justificar o recebimento do mesmo. Em consonância com a afirmação de Pinheiro o relatório de 1865 destaca que:

Os progressos deste pio estabelecimento fazem-se cada dia mais sensíveis. Uma direção zelosa e esclarecida vai preenchendo as vistas do virtuoso Prelado, e tornando profícuos os sacrifícios do Thesouro Provincial. A entrada de alguns pensionistas particulares, e de alumnos externos da aula de primeiras letras, ali ultimamente creada, justifica o expediente a verba de 3;000\$ para o suprimento de alumnos, neste e nos Seminarios da Europa.⁸³

⁸¹ PINHEIRO, idem, p.p.45-46.

⁸² PINHEIRO, idem, p.41.

⁸³ Relatório com que o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de A. Lacerda entregou a administração da provincia do Amazonas ao illm. e exm. sr. tenente coronel Innocencio Eustaquio Ferreira de Araujo. Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1865.p.09.

Nesse mesmo relatório está disposto que a instrução pública na província sofre com a falta de professores, móveis e de escolas que não podem estabelecer regras especiais à direção e aos modos de ensino devido à falta de recursos internos.

Nas décadas seguintes os relatórios apresentam dados estatísticos minuciosos sobre a situação da instrução pública. Nesses quadros podemos observar que os esforços para o letramento, de pelo menos uma parcela da população, estavam sendo realizados. Em 1868, no relatório lido pelo Presidente da Província João Willkens de Mattos, vemos que, mesmo com todo o empenho do poder público, a demanda superava as vagas oferecidas. Ainda neste documento o relator destaca que:

Sabeis que não é pequeno o sacrifício que faz a província com a instrução publica, som que até agora se possa considerar satisfactoria o resultado obtido. Não importa. A instrução é por si só objeto de profundo estudo e desenvolvimento bastante longo, mesmo muito demorado nas provincias que começa; - é trabalho de todos os dias e jamais terá um termo, desde que o progresso é indefinido.⁸⁴

Na fala do então presidente é notória a preocupação com a educação formal no Amazonas e, sobretudo, em alfabetizar os habitantes em prol do progresso. Mesmo com os poucos investimentos na área, a instrução pública suspira os respingos didáticos.

Nesse contexto, o aumento da população letrada em Manaus aumenta a ponto da sinalização de um ambiente para leitura, ou seja, um prospecto para uma futura biblioteca é promulgado, sob a Lei nº 205 de 17 de maio de 1870, com um acervo inicial de 1200 livros. Por não alcançar o público e o sucesso esperado, a pequena sala é fechada.

Uma década depois da tentativa de um ambiente de leitura é fundada, com apoio de uma comissão de senhores que angariaram donativos e com despesas de funcionamento a cargo do governo, fundou-se a Biblioteca Pública Provincial, com o intuito de ser um local de recreação. A biblioteca também tinha interesse em fomentar a leitura como forma de desenvolvimento intelectual,

A lei do orçamento provincial para o anno financeiro de 1882-1883, no § 11 do art.º 5 consigna a verba de 6:000\$000 para serem gastos com pessoal, expediente e compra de utensílios de uma biblioteca provincial. Votando-a, acudistes ao impulso generoso de concorrer por esse meio para o **derramamento da instrução, e os fatos posteriores se encarregaram de provar que com esse acto satisfazeste a uma necessidade urgente, e**

⁸⁴ Relatório com que o exm.o sr. presidente da provincia do Amazonas, tenente coronel João Wilkens de Mattos, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de abril de 1869. Manáos, Typ. do Amazonas do Antonio Cunha Mendes, 1868.p.17

traduzistes os verdadeiros sentimentos de quantos se interessam pelo desenvolvimento intellectual da província. (Grifo nosso)⁸⁵

Fomentar o hábito da leitura era uma das premissas que envolveram a consolidação da fundação da Biblioteca Pública Provincial. Para além desse espaço intelectual e de recreação houve, nesta reflexão, a importância em sinalizar as práticas da leitura em Manaus e as primeiras tipografias que configuram-se no cenário de ambiguidades regionais, pois a imprensa nasce da ansiedade da população em interagir com as notícias de forma integral e como meio de comunicação em massa.

A imprensa transformou profundamente as sociedades modernas, através das mudanças tecnológicas, culturais, sociais e econômicas. Nesse primeiro momento a imprensa escrita significava para as populações longínquas acesso às informações e aos acontecimentos que não chegavam em tempo real, mas de forma global.

Os aspectos citados acima se entrecruzam com a demora na implantação da imprensa tipográfica em Manaus. Tal demora na fundação dos primeiros jornais transcendem a estratificação de classes sociais impostas pelo analfabetismo e pela oralidade, como nos afirma a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro:

As práticas da leitura coletiva, ocorridas nos espaços privados das casas ou nos espaços públicos dos cafés, quiosques, praças e esquinas, arregimentavam para a Imprensa um público cada vez mais amplo, ansioso não só por informação, mas também por participação.⁸⁶

Em relação à implantação da imprensa no Amazonas, vemos em Pinheiro que:

A trajetória da Imprensa no Amazonas está ligada à própria constituição do aparelho de estado no Extremo Norte, já que é somente com a decretação da Província do Amazonas, em 1851, que se monta a primeira prensa em Manaus. Contudo, uma característica eminentemente *oficialesca*, presente nos primeiros anos, vai pouco a pouco dando lugar a diversificações não só estilísticas, mas também programáticas, fruto de sua inequívoca penetração nos mais diversos segmentos sociais.⁸⁷

Desta forma, a primeira tipografia instalada em Manaus, no ano de 1851, foi comprada no Pará. Sua prensa rudimentar foi instalada em uma rua de chão batido, próximo ao extinto Igarapé do Espírito Santo que era de propriedade do tenente Manoel Silva Ramos, tipógrafo paraense que foi convidado por Tenreiro Aranha.

⁸⁵ Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da décima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá. Manaus, Typ. do Amazonas, 1883.p.33.

⁸⁶ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Imprensa e Cultura Letrada no Amazonas. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.p.09

⁸⁷ PINHEIRO, op.cit.09.

O primeiro jornal começou a circular com o nome de Cinco de Setembro.⁸⁸ No mesmo ano mudou de dono passando às mãos do português Antonio da Cunha Mendes e foi rebatizado passando a se chamar Estrela do Amazonas⁸⁹. Posteriormente, nascia o Jornal O Amazonas.⁹⁰ Esse teve vida longa, persistindo até a primeira década do século seguinte.

As informações desses jornais se materializavam, sobretudo a partir das documentações governamentais que informavam principalmente sobre a conjuntura política da capital imperial, deixando pouca margem para os anúncios e para o noticiário local. Não fugindo à regra dos jornais que circulavam em outras capitais do Brasil, os primeiros jornais manauaras tiveram em seu cunho central os noticiários políticos, as façanhas dos governantes e a vida administrativa da Província.

Essa fase incipiente dos jornais manauaras perpassou a própria dinâmica da cidade, pois o difícil acesso, que encarecia os equipamentos, dificultava a vinda da mão-de-obra e cerceava novas tipografias.

Porém, o crescimento econômico apresentado com as grandes exportações de látex a partir da década de 1880 altera profundamente esse cenário. Senhores endinheirados equipam as novas tipografias com o que há de mais moderno, incluindo aí a xilografia.

Através da Lei de número 1 de 31 de agosto de 1892, criou-se a Imprensa do Estado, subordinada ao Governo do Estado. Suas publicações eram em conformidade com os regulamentos públicos. Nascia assim o Diário Oficial do Estado do Amazonas, com um crédito inicial de 80:000\$000 (oitenta mil contos de réis) para a compra de materiais indispensáveis para sua fundação, trazendo em seu artigo 1º a seguinte publicação:

Fica criada a Imprensa do Estado, como órgão de publicidade oficial, destinado à publicação dos atos oficiais, debates do Congresso Amazonense, expediente da Secretaria de Estado e outras repartições, crônica do foro com os despachos e sentenças dos juízes e tribunais, o movimento detalhado do comércio e navegação, indústria, arte e ciência, operando no Estado, as declarações, anúncios, bem como as leis, decretos, regulamentos e mais atos que forem determinados no seu regulamento.

O historiador Leno José Barata de Souza nos mostra que:

⁸⁸ Circulava as quartas-feiras, a partir de 03 de maio de 1851, em um só caderno com 04 páginas e 02 colunas. Circulou com esse nome por oito meses.

⁸⁹ O Jornal Estrela do Amazonas foi publicado até 1866.

⁹⁰ Passando mais tarde a se chamar Amazonas.

Entre as últimas décadas do século XIX e primeira do XX, o número de jornais que a cada dia invadiam os recantos da capital amazonense sofreu um aumento até então jamais registrado. Se no início de 1880 circulavam pela capital pouco mais de 20 impressos, no final desta década o número tinha mais do que triplicado, chegando a 71 periódicos mantendo-se estável até a virada do século com 77 jornais para, finalmente, quase duplicar ao término da primeira década do século XX.⁹¹

O *boom* da borracha também foi o *boom* da imprensa amazonense. Período de importância ímpar para a economia local e para a formação crítica dos cidadãos. Os periódicos, que antes publicavam notícias da conjuntura política, passaram a questionar a política, a economia e os investimentos realizados pelo governo; abriram espaço para os ensaios jornalísticos, que passam a apregoar em suas páginas informações, notícias, anúncios, greves, nascimentos, homicídios, suicídios, casamentos, crimes, propagandas, fofocas, casos de amor, de desilusão, literatura, crônicas, cenas do cotidiano, incluindo as petições de internações e prisões de mendigos, prostitutas, loucos, alcóoltras e órfãos, alertando a população dos doentes sociais, além de sugestões e reclamações. Através das representações realizadas nas linhas dos periódicos, as opiniões da tentativa de uma sociedade ordeira se formam. Críticas e elogios se constroem.

Oficialmente, no ano de 1895, os jornais que circulavam em Manaus eram assim dispostos: o Amazonas; Diário Oficial e A Republica. Sob o olhar de Genesino Braga, no ano de 1899, os principais jornais eram: Comercio do Amazonas, o Diário de Noticias, o Amazonas Comercial, a Federação, o Diário Oficial e o Amazonas. Não podemos deixar de lembrar que as grandes e melhores tipografias do período estavam nas mãos das famílias mais abastadas.

Leno nos coloca que:

A “grande imprensa” no Amazonas desenvolveu-se à medida que o *boom* econômico da borracha avançava e conviveu século XX adentro com pasquins mexeriqueiros, panfletos operários de cunhos anarquistas e socialistas, jornais estudantis como os do Liceu D. Pedro II, folhas femininas dedicadas as “grandes senhoras” da sociedade ou as “gentilíssimas leitoras” do Jornal do Comércio, “Politeamas” dedicados aos ilustres da cidade. Todos vingavam tão instantaneamente como desapareciam do cenário local.⁹²

Nossa intenção neste capítulo não é a de levantarmos cronologicamente todos os jornais que circularam em Manaus e sim, entendermos a necessidade de citar a base da imprensa manauara e como ela se apresenta, em detrimento às “cousas cotidianas”, dos

⁹¹ SOUZA, Leno José Barata. Cultura impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário Tempos Históricos. Volume 14. 2º semestre de 2010. p.111.

⁹² SOUZA, op.cit.p.112

fazer do Estado, da propagação dos discursos de ordem em perseguição à vida mundana, e assim entender, na sequência das reflexões, que veremos aqui as representações acerca do louco, da desrazão e da loucura.

Neste contexto, e tratando-se de um período no qual as cidades brasileiras passam por transformações advindas da efervescência da Primeira República que contagiam a Capital Federal, refletindo na floresta, na poeira das demolições à poeira das novas construções, da atmosfera afrancesada às intervenções médico-sanitaristas-higienistas e alienistas, que deixam para trás o aspecto da monarquia imperial e validam de vez a República sob a égide dos governantes e da elite local à ordem do período. As modernizações em todos os aspectos ganham forma e se estruturam tanto nos centros urbanos como nos rincões brasileiros. Dentro disso, a imprensa acompanha passo a passo os diagramas modernizadores implantados em Manaus. É através de suas linhas que apontam, criticam e/ou defendem tais projetos.

Através das abordagens realizadas nos jornais, das experiências do saber médico constituído, das intervenções públicas nos espaços privados contundentes às representações acerca da loucura; de que forma os vesânicos eram apresentados nas páginas dos periódicos; as internações, fugas, altas, óbitos, medicalizações, terapias, alienistas charlatões, prognósticos e diagnósticos, ou seja, toda a teia acrescida à figura do louco.

Considerando, desta forma, os registros jornalísticos que, ajustados aos padrões ditados pela civilização, contrapunham-se a uma paisagem social distanciada daquela almejada pela elite, era necessário sanar esse espaço público e arejar os espaços privados da presença desagradável do louco. É nessa concepção que os letrados opinam, recriminam e contribuem para a intervenção social do médico alienista.

2.2 Medicina e imprensa

A primeira escola de medicina do Brasil foi autorizada por Dom João IV, em 1808, por meio de Carta Régia assinada em 18 de fevereiro do mesmo ano. Criou a Escola Cirúrgica, com espaço físico no edifício do antigo prédio do Colégio dos Jesuítas, sede do Hospital Militar. Logo, no Rio de Janeiro, em 02 de abril do ano da chegada da família real, criou-se a Escola Cirúrgica do Rio de Janeiro, com instalações semelhantes a da escola baiana.

Não se tratava de nenhuma escola de excelência, porém, foi um passo para a formação de clínicos gerais no país, pois até 1800 a medicina era vedada aos brasileiros. Somente em 1º de maio desse ano que o édito real determinou que quatro estudantes designados pelo município do Rio de Janeiro poderiam estudar em Coimbra, dispostos nas seguintes áreas: dois em matemática, um em medicina e outro em cirurgia.

A situação de penúria fazia com que as pessoas morressem de qualquer espirro. Lima no coloca que, mesmo nos centros mais importantes da costa, era impossível encontrar um médico que tivesse feito um curso regular.⁹³ Desse modo, desenvolveram-se práticos da cura. Os barbeiros, as parteiras, os boticários, curandeiros, dentistas e sangradores faziam às vezes de clínicos gerais, mesmo sem entender direito das patologias existentes. Estes indivíduos prescreviam e tratavam a população.

Remetermo-nos às criações das escolas cirúrgicas no país é requisito básico para entendermos a contextualização da implantação de uma imprensa médica, pois é a partir da instalação das primeiras escolas de medicina e cirurgia, e das reestruturações advindas, que a imprensa médica nasce. Através das problematizações, observações, embates, precariedades das estruturas físicas e de material didático, assim como corpo docente insuficiente, que questionamentos sobre as práticas médicas começam a ser levantadas. Assim, as reflexões que cerceiam as faculdades brasileiras são colocadas por Schwarcz da seguinte maneira:

Os primeiros quarenta anos das faculdades de medicina brasileira foram caracterizados por um esforço de institucionalização em detrimento de um projeto científico original. Vigorava a benevolência nos exames, a pouca capacitação dos mestres, a constante reclamação quanto à falta de verbas e dotações, as queixas em relação ao desrespeito por parte dos alunos.⁹⁴

⁹³ LIMA, Manuel de Oliveira. Dom João VI no Brasil (1808). 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks,1996.p.47.

⁹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão social no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras,1993, p.259.

A afirmação de Schwarcz⁹⁵ está em consonância com os cronistas que datam a década de 1870 como marco para as reestruturações médicas que, através de publicações científicas, começam a surgir. A dinâmica que transforma o país devido ao inchaço das cidades fazendo com que aumentasse a criminalidade e os casos de alienação e embriaguez, junto às recentes epidemias de febre amarela, cólera, varíola, beribéri, fez com que os médicos do período se voltassem às missões higienistas.

Neste contexto, a criação de revistas de medicina que divulguem para o meio científico as descobertas, observações, tratamento e cura de todos os campos médicos e terapêuticos faz-se necessário. Anteriormente à fundação das mais afamadas revistas de medicina da Primeira República, podemos assinalar que o primeiro periódico médico do Brasil vem do Maranhão. Fundado em 11 de março de 1822, com o nome de Folha Medicinal do Maranhão, com 14 edições publicadas, sendo a última datada em 10 de junho de 1822.

Logo, no ano de 1827 no Rio de Janeiro, fundado por José Francisco Xavier Sigaud⁹⁶ o jornal ostentava o extenso título de O Propagador das Sciencias Medicas ou Anaes de Medicina, Cirurgia e Pharmacia para o Império do Brasil e Nações Estrangeiras, seguidos de um boletim especialmente consagrado às Sciencias Naturaies, Zoologia, Botânica etc.⁹⁷ Circulou até o ano de 1828. Em 1831, Sigaud, criou um novo jornal, O Semanário de Saúde Pública, a pedido da então formada Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Entre os anos de 1831 a 1833, com um total de 155 publicações, este periódico publicava artigos de interesse da província do Rio de Janeiro.

Vários foram os jornais de assuntos voltados para a área da saúde, principalmente no Rio de Janeiro. A Revista Médica Fluminense (1835/1841) era o jornal oficial da Academia Imperial de Medicina. Com algumas publicações este jornal reaparece, reformulado e com outro nome no ano de 1941, sendo agora Revista Médica Brasileira. Essa revista torna-se o embrião dos Anais da Academia Nacional de Medicina, com circulação até os dias atuais. Além desse jornal, o Diário de Saúde ou Efemérides das Ciências Médicas e Naturais do Brasil (1835/1836), colabora na construção de uma imprensa médica. Outra revista de grande importância é A Gazeta

⁹⁵ SCHWARCZ, op.cit.260

⁹⁶ José Francisco Xavier Sigaud, (1796/1856), francês erradicado no Brasil e médico de Dom Pedro II, foi autor de vários textos de medicina e integrante na fundação de jornais afins.

⁹⁷ FILHO, Lycurgo Santos. História da Medicina no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1947.p.262.

Médica da Bahia. De publicação mensal, teve sua primeira edição em julho de 1866 e sobrevive até os dias atuais.

Outra revista importante para a área médica brasileira, com discussões e problematizações acerca das doenças que assolavam o país, o *Brazil Médico*, surge no Rio de Janeiro em 1887. Com estreitas relações com a Sociedade de Medicina e Cirurgia daquela Província, viabiliza a discussão de prognósticos, diagnósticos, tratamentos e cura. Os artigos publicados na *Brazil Médico* tinham autoria de médicos e pesquisadores ilustres como Raimundo Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto, Juliano Moreira, Emílio Goeldi, Oswaldo Cruz, Oscar Freire e Franco da Rocha.

Em Manaus, a *Revista Amazonas Médico*, órgão oficial da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Amazonas, considerada de utilidade pública pela lei Estadual nº 797 de 24 de agosto de 1917, teve sua circulação dividida em três etapas, a primeira em 1909, não havendo publicações até o ano de 1918. Encerra novamente em 1922. De 1941 a 1944 foram publicados dois números. Nas análises destas revistas constatamos somente dois artigos que abordam a eugenia. A ciência da eugenia tinha como base a purificação da raça através do matrimônio, uma das causas que a eugenia defendia era de que a loucura era causada justamente pela miscigenação.

O primeiro artigo escrito pelo Dr. Alfredo da Mata e intitulado “A Eugenia do Amazonas: Melhoria Racial” discutiu a importância de uma raça pura, sem miscigenação, que contribuiria para uma nação forte e robusta. O autor coloca que “[...] Jamais olvidemos que no Brasil Norte está o melhor patrimonio ethnico de nossa raça. Instruil-a, melhoral-a, robustecel-a, constitue o nosso lema”.⁹⁸ Em suas ponderações, o Dr. Alfredo da Mata expõem a importância da valorização da saúde:

É nós do Amazonas, que temos quasi todos na prole sangue de jagunço, do sertanejo do nordeste e do caboclo, fatores do amazonense de hoje, adoptamos o meio termo e abençoamos os echos que em todo o Brazil produziram aquella memorável frase e não menos patrióticas apreciações, orientadoras do ressurgimento do povo sob o ponto de vista de sua **valorisação pela saúde.** (Grifo nosso).⁹⁹

Essa valorização da saúde está ligada diretamente à purificação da raça. Em seu texto, expõem sobre os problemas causados pela tuberculose, onde os “productos de tuberculosos serão sempre débeis e fracos.”¹⁰⁰ Na íntegra, Da Mata justifica a importância de defender a eugenia no Estado e as probabilidades do nascimento de

⁹⁸Revista Amazonas Medico, órgão oficial da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Amazonas, nº 8, 1919.p.199.

⁹⁹ REVISTA AMAZONAS MEDICO, idem, p. 199.

¹⁰⁰REVISTA, idem, p.197.

jovens saudáveis, fortes e inteligentes que pudessem contribuir para a construção de uma pátria una.

Na sequência da mesma revista, a Sociedade Eugénia do Amazonas publicou sua ata da 1º Sessão, aos 4 dias do mês de julho de 1919. Convocados pelo Dr. Miranda Leão, em uma das salas da repartição sanitária do Estado, os membros ali presentes decidiram pela fundação de uma associação que visasse a propagação da prática da Eugenia. Nas alíneas seguintes Miranda Leão expõem que, em todos os lugares do mundo, as nações estão em busca de uma população heterogênea, sã e inteligente, e que o Estado do Amazonas estaria atrasado em relação à prática da eugenia.

O que não resta duvida é que em não poucas nações da humanidade os homens da sciencia tem-se occupado do grande problema do aperfeiçoamento das raças humanas, preferindo uns o cruzamento entre os mais resistentes ao ambiente climatico, outros a integridade das raças para cada zona da Terra; em primeiro lugar de comum acordo, procuram, entretanto, **extinguir as doenças que se opõem à formação das boas condições eugênicas de um povo.** (Grifo nosso)¹⁰¹

Cidadãos com boa formação física, intelectual e moral: este era o discurso eugênico propagado entre uma linha de pesquisadores, médicos e saneadores das doenças; e a loucura, alvo desta purificação do sangue, da pele e da mente. A Revista Amazonas Médico perdeu fôlego e teve grandes intervalos sem publicações. O discurso de sociedade eugênica teve seu âmago na edição de número 8 e desaparece dos exemplares que tivemos acesso. Neste contexto, não temos uma reflexão final dos processos de instalação da eugenia no Amazonas, tampouco das pesquisas realizadas pelos médicos locais.

Para além das publicações médicas referentes à eugenia, epidemias, endemias, doenças agudas e crônicas, os debates acerca das doenças mentais ganham fôlego e espaço nas páginas dos jornais. O primeiro artigo redundante a respeito da loucura publicado no Brasil, intitulado *Insania Loquaz*, de 1831, foi escrito pelo então Diretor da Faculdade de Medicina, José Martins da Cruz Jobim¹⁰² e publicado no *Semanário de Saúde Pública*. Encontramos a síntese de seu artigo nas reflexões de Ana Maria Galdini Raimundo Oda. Ela aponta que:

O relato de caso de Jobim exemplifica uma prática médica que só se tornaria corrente no país bem mais tarde (no fim do século XIX), o exame do cadáver objetivando correlacionar o quadro clínico apresentado alterações anatômicas patológicas eventualmente encontradas. Ali, já no título o autor

¹⁰¹ REVISTA AMAZONAS MEDICO, idem, p202.

¹⁰² José Martins da Cruz Jobim (1802/1979), médico brasileiro formado em Paris, foi um dos fundadores da primeira associação médica do país, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1829.

se perguntava se a loucura agitada, com acentuada loquacidade, variações de humor e indícios de alucinações, seria ocasionada por uma grave afecção pulmonar, manifestada em vida e confirmada na necropsia.¹⁰³

Em 1835, escrito por José Francisco Xavier Sigaud, o artigo Diário de Reflexões acerca do trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro reflete as ambiguidades dos discursos em relação à loucura nos primeiros tempos do Império. Segundo Oda,

O artigo de Sigaud reflete, assim, a posição da Sociedade de Medicina, e visa dar publicidade à idéia de que o “tratamento dos maníacos” deveria sair da esfera da caridade e entrar para a da filantropia, entendida como ação do estado monárquico voltada para os pobres e dirigida segundo os preceitos da “higiene pública” e da “polícia médica”. Bem interessante ainda é a sua descrição de tipos de rua, loucos que circulavam pela cidade do Rio, bem como da reação da população a eles.¹⁰⁴

Temos nas reflexões de Oda as percepções das análises sobre a loucura realizada por Jobim, que descreveu a necropsia para descobrir a loucura e que, nas linhas desse mesmo artigo, continua questionando o tratamento dado aos loucos como cúmulo da barbaridade.

No florescer da Primeira República verificamos a ascensão dos periódicos voltados para a psiquiatria no Brasil. Fundado por Juliano Moreira e Afrânio Peixoto no ano de 1905, o periódico Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Medicina Legal, volta-se para medicina legal, criminologia e neurologia. No decorrer dessa década enumeramos mais dois jornais: em 1922 o Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psychiatria e, em 1929, Arquivos Brasileiro de Higiene Mental.

Sobre as revistas voltadas para a psiquiatria no Brasil, Paulo Dalgarrondo explicita que:

Nas décadas de 20 e 30, surgem em nosso país periódicos que têm até hoje mantido um fluxo regular de publicações científicas. Exemplos são, em São Paulo, a partir de 1923, as Memórias do Hospital de Juquery e, em 1934, ligada ao meio universitário, a Revista de Neurologia e Psiquiatria (hoje, Revista de Neuropsiquiatria). Da mesma forma, organiza-se em Recife, a partir de 1932, por iniciativa de Ulysses Pernambucano, o Arquivos de Psicopatias de Pernambuco. Finalmente, em 1952, surge, através do mestre José Leme Lopes, o Jornal Brasileiro de Psiquiatria, órgão do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1966, é fundada a

¹⁰³ ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. Apresentação a “Insânia loquaz” (Jobim, 1831) e a “Reflexões sobre o trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro” (Sigaud, 1835). Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. São Paulo: vol. 8, 3º ed., p 554.

¹⁰⁴ ODA, op.cit.p. 556

Associação Brasileira de Psiquiatria, que logo ao nascer cria seu órgão de divulgação científica, a Revista Brasileira de Psiquiatria.¹⁰⁵

Os estudos sobre a loucura publicados na construção da Primeira República voltados para o campo da medicina legal e da criminologia tem, em Raimundo Nina Rodrigues, grande esforço em salientar que as questões da loucura em território brasileiro deve-se à miscigenação, fator primordial para a degeneração racial. Para Nina Rodrigues criminalidade e loucura andam entrelaçadas. Seus estudos enfatizam a necessidade do estudo da craniologia para constatação de que somente pessoas com doenças mentais cometem crimes, e ainda [...] para um povo de população heterogênea como o brasileiro, a identificação craniológica das raças adquire em medicina legal uma importância máxima.¹⁰⁶

Os médicos brasileiros buscavam elucidar os problemas da saúde no Brasil. Sendo observados através dos grandes laboratórios urbanos, os doentes sociais eram estudados e disponibilizados em pesquisas e artigos. Buscavam assim, construir uma medicina que solucionasse as causas das doenças no Brasil.

A tríade medicina, loucura e imprensa estabeleciam, sob os parâmetros que a psiquiatria desenvolvia, conceitos e métodos. Além disso, as práticas sociais nesse momento estavam sendo reconfiguradas e os espaços de sociabilidades reestruturados. Assim, a loucura e suas causas eram o cerne das questões levantadas pelos homens da ciência, ou como Engel nos propõem:

Evidenciando o comprometimento da psiquiatria com as políticas de controle social propostas pelas primeiras administrações republicanas, o universo temático privilegiado pelos especialistas brasileiros na construção da loucura como doença mental deixa entrever as principais áreas de intervenção das estratégias normatizadoras: os comprometimentos sexuais, as relações de trabalho, a segurança pública, as condutas individuais e as manifestações de caráter religioso, social, político, etc.¹⁰⁷

Sob a tríade descrita acima, a imprensa médica dinamiza suas funções em busca de estruturar os aspectos das doenças no Brasil, e é sob essa mesma dinâmica que pesquisadores constroem suas experiências ambulatoriais e descrevem-nas em artigos, teses e dissertações, contribuindo, de certa forma, para os questionamentos que envolvem a loucura, os alienistas e suas percepções.

¹⁰⁵ DALGALARRONDO, Paulo. As primeiras revistas psiquiátricas no Brasil e no mundo. Revista Brasileira de Psiquiatria. vol.21,n.4.São Paulo/dez.1999.p.05

¹⁰⁶ RODRIGUES, Raimundo Nina, Gazeta Médica, 1902.

¹⁰⁷ ENGEL, op.cit.p.323.

2.4 Cenas cotidianas: representações da loucura nos periódicos manauaras

Os discursos jornalísticos no Brasil revolveram durante a Primeira República em torno de alguns aspectos que estabeleceram, grosso modo, a ordem política, econômica e social em consonância às vontades da elite do período. Em se tratando de elite, eram eles que pleiteavam as necessidades de reurbanização. Também eram deles que partiam as requisições das melhorias no social. Tais exigências iam ao encontro das perspectivas em atrair investidores, principalmente ingleses. Neste aspecto, a imagem da capital na floresta deveria ser apresentada como uma fina estampa almejada pela burguesia manauara que, influenciados pela cultura europeia, tentavam implantar nos trópicos a revitalização do espaço de sociabilidade. Para tanto, era necessário realizar as mudanças propostas pela cientificidade, pelo saber médico, higienista e alienista.

Pinheiro sinaliza que:

É importante ressaltar que essas transformações físicas traziam consigo todo um movimento de pessoas e na cidade que, ao reestruturar-se, buscava adequar em espaços diferenciados seus habitantes, amparando-se na nova hierarquia sócio econômica que foi se estabelecendo. Queremos dizer com isso que a “modernidade manauara” apresentava em seu bojo, e de forma marcante, a exclusão social.¹⁰⁸

Sabemos que o cenário que instigava essas mudanças vinha da então Capital Federal. O poder público e os “doutores”¹⁰⁹ que contribuíram para que essas mudanças ocorressem, além de se esforçarem para transformar o Rio de Janeiro em um centro urbano civilizado, instigavam as demais capitais do Brasil. Em Manaus, as ideias do novo, de deixar para trás a imagem provinciana da capital do meio do mato e instaurar na floresta uma cidade senão igual, muito parecida com as capitais europeias, se fez presente em todo o discurso da República Velha.

Lená Medeiros de Menezes, em sua obra *Os Indesejáveis*, nos sagra com a afirmação de que

Os primeiros anos do século foram marcados pela importação de produtos e homens, usos e costumes, fazeres e lazeres, crimes e contravenções, valores e visões de mundo. Romper com a tradição urbana colonial, caracterizada pela indiferenciação espacial e pela promiscuidade social nas ruas, foi um desafio que a jovem república se propôs a responder.¹¹⁰

¹⁰⁸ Pinheiro, op.cit.p.50.

¹⁰⁹ A palavra doutores aqui entre aspas utilizamos para denominar os médicos, advogados, engenheiros civis, sanitaristas e alienistas, profissões nas quais foi imprescindível colocar em prática os projetos de reurbanização do espaço público e o arejamento do espaço privado.

¹¹⁰ MENEZES, Lená Medeiros. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade, protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Ed uerj, 1996.p.31.

Desta forma as capitais, alinhadas ao progresso e à modernização, também investiram nos projetos de urbanização e medicalização dos espaços. Esquadrinharam, delimitaram e excluíram da cidade os doentes sociais que contrapunham a estética em voga.

Tão logo a Primeira República se consolida, esse processo de reurbanização toma forma e, dentro dessa perspectiva, os jornais tiveram em suas mãos as molas propulsoras para que essa exclusão ocorresse. Através de suas linhas, ajudaram a incutir na população, principalmente através da medicina legal, que os doentes sociais (bêbados, prostitutas, cafetões, viciados em jogatinas, vagabundos de toda ordem, órfãos, mendigos, pobres de toda sorte e loucos debochados, abobalhados, mal falados, fétidos, falastrões) deveriam ser mantidos longe dos olhos das famílias de bem, das praças públicas, dos logradouros. Limpar, faxinar e desintoxicar as ruas e quatinhos privados. A ordem era segregá-los, interná-los e, sendo possível, curá-los, sendo essa tríade utilizada nos discursos oficiais.

Sabemos que por trás das cortinas da reurbanização - da poeira das demolições e das construções dos grandes prédios públicos, do embelezamento das ruas, da faxina famigerada que fora instituída em Manaus na tentativa fatigada de mostrá-la atraente aos olhos dos investidores estrangeiros e invejada pelas outras capitais brasileiras - havia outro cenário, com espetáculos recheados de reclamações que foram mostrados através das páginas dos jornais. Vislumbravam o desconforto da população com a presença indesejada de pessoas que impregnavam os ares com seus maus hábitos.

Vejamos o que nos diz o *Jornal do Commercio*:

Ha muito que a cidade de Manáos vem reclamando as vistas da policia. Ha muito, que ella é diariamente invadida por gente de má vida e gente sem profissão, que por ahi vive a grande, sem ninguem saber d'onde vem o luxo. Ninguem como nós considera e respeita o sr. Desembargador chefe de segurança, mas força é reconhecer que o serviço da nossa policia civil deixa muito a desejar¹¹¹

Percebemos nesta reclamação que a população se incomodava com esta gente de má vida e sem profissão. Além disso, o trabalho da polícia civil deixava muito a desejar, pois deveria persuadir esta gente sem estirpe e enquadrá-los. É certo que a polícia civil não conseguia fazer a vigilância desses sujeitos considerados amorais, e sua ineficiência é comprovada no *Anuario Estatistico do Brasil*, publicado no final da década de 1930,

¹¹¹ *Jornal do Commercio*, 29 de janeiro de 1904.

mostrando-nos que o contingente de guardas para todo o Estado do Amazonas era de 148 efetivos e 1 comandante.

Prosseguindo nos reclames dos jornais que mostravam o cotidiano dos víveres desta Manaus, como vemos na coluna Queixas do Povo, do Jornal Quo Vadis? “ [...] Pedem-nos para chamar atenção à quem competir para o estado de immundice em que se acha a rua Dez de Julho, no trecho do largo de S. Sebastião e rua Sete Setembro.”¹¹² As ruas citadas neste reclame são do centro da cidade, ou seja, onde a reurbanização ainda era uma constante. Neste mesmo jornal encontramos, durante o período analisado, reclamações como: “[...] Moradores da rua 7 de Dezembro reclamam contra a falta de hygiene e asseio que se nota no subsolo do predio nº.134, onde moram algumas pêssoas, que já começam a sofrer as consequencias d’esse descuido”¹¹³.

Nesta nota está latente que o subsolo era habitado por várias pessoas e que o local insalubre estaria afetando a saúde dos moradores e, consecutivamente, contrariando as prescrições descritas no Código Sanitário, dentro do artigo nº 117, que estabelecia que:

Quando os predios, particulares ou collectivos, por suas más condições hygienicas, não poderem continuar a servir, sem perigo para a saude publica, a autoridade sanitária, além de impor as multas que no caso couberem, intimará logo os proprietários ou sublocadores e fechal-os dentro doprazo que fixar, e só poderão ser reabertos depois de feitos os melhoramentos julgados necessários. Não sendo cumprida a intimação, a autoridade sanitária participará, por escripto o facto à Diretoria Geral e requisitara o auxilio policial.¹¹⁴

Direta ou indiretamente os periódicos, por meio de suas colunas, davam voz aos reclames da população e ajudavam a polícia sanitária a cumprir as resoluções de higienização dos espaços privados. Comportamentos inaceitáveis eram denunciados pelos vizinhos, como vemos as Queixas do Povo, do Jornal do Commercio:

Um morador da avenida 13 de maio, pede-nos que chamemos a atenção da policia para a desenfreada jogatina que se faz todos os dias na casa n.18 da referida avenida. É raro o dia em que aquella não termina em pancadaria a velar¹¹⁵.

E no que tange aos espaços públicos lemos, no mesmo jornal citado acima, um dos inúmeros pedidos de limpeza das vias públicas: “[...] moradores da Rua Costa

¹¹² Jornal Quo Vadis? 09 de dezembro de 1902.

¹¹³ Jornal Quo Vadis? 07 de março de 1903.

¹¹⁴ Código de Posturas, Leis, Decretos e mais resoluções do Conselho Municipal do Estado do Amazonas/1904.

¹¹⁵ Jornal do Commercio, 04 de maio de 1908.

Azevedo reclamam contra uma privada, que existe na mesma rua. Pedimos ao sr. dr. Alfredo da Mata, “providencias afim de não fazer mal a saude publica aquelle mao cheiro.”¹¹⁶

Os pedidos de providências enchiam as páginas dos jornais. Alguns citavam o nome das autoridades competentes, outros solicitavam, de forma clara, que os problemas fossem sanados. Reivindicações citando o estado de abandono de terrenos com indiretas ao proprietário também eram publicadas:

Não começamos nas reclamações por mais vezes repetidas e jamais attendidas sobre o terreno baldio, consigno a essa n.15 da rua Fereira Penna. Parece que o feliz proprietário do referido terreno gosa do privilegio de zombar das posturas municipaes de afrontar a autoridade dos fiscais. Em virtude da reclamações nossa foi o desabusado proprietário intimado, como somos no expediente da secretaria da intendência, a mandar murar a frente daquelle terreno, dentro de determinado praso. A (...) atendeu o proprietário e seu terreno coberto de matagal continua a ser (...) de imundicio depositada, animaes mortos, de matérias fecaes que exalam um cheiro insuportavel. Será possível que nesta quadra, sem que a poste (...) ameça de invasão a nossa capital permaneça no centro da cidade um foco de infecção? Providencias, senhores da intendência. Providencias, sr.dr.director de hygiene publica.¹¹⁷

Situação comum na sociedade brasileira, o não cumprimento das leis e os privilégios de alguns cidadãos, são noticiados aqui pelo desleixo do proprietário e pelo abuso em descumprir a legislação vigente. Todavia, o poder público tentava fazer a sua parte. Em nota publicada no Jornal do Commercio de 19 de setembro de 1909, vemos que: “[...] O superintendente municipal ordenou ao contractante da remoção do lixo, que se faça remover as immundices que se acham nas ruas Municipais.” E chamam à atenção para que as multas sejam aplicadas: “[...] Aos fiscaes – Multem na forma do código de posturas a todas as pessoas que deitarem lixo nas ruas da cidade, depois que tiver passado o carro destinado ao serviço de limpeza publica.”¹¹⁸

Porém, alguns servidores públicos não satisfaziam em contento a população, como vemos nesta nota:

Diversas pêssoas nos tem vindo pedir, para reclamar dos fiscaes da Intendencia a repressão dos abusos que diariamente se dão de transitarem pelos passeios das ruas e praças, padeiros com sestos e carregadores de volumes diversos, dando encontrões nos transeuntes como varias vezes temos observado. Parece que o art. 23, pune o infrator em 10\$000 de multa ou um dia de prisão. Um abuso também em moda, é a colocação de cadeiras

¹¹⁶ Jornal do Commercio, 10 de março de 1904.

¹¹⁷ Jornal Quo Vadis? 02 de fevereiro de 1904.

¹¹⁸ Jornal do Commercio, 31 de março de 1911.

nos passeios públicos contra o expreso do art. 45, pois embaraça o transito dos transeuntes.¹¹⁹

E não eram somente os fiscais da Intendência que desagradavam os habitantes, como podemos analisar nesta outra nota:

Temos recebido várias reclamações contra os motoristas dos bondes que não param os seus veículos a pedido dos passageiros. Dizem os reclamantes que assim são obrigados a ultrapassar consideravelmente o ponto em que querem ficar, queixando-se outros de não poderem tomar o bonde onde queriam. Parece que o melhor meio de evitar essas reclamações era que a empresa marcasse lugares certos para a parada de bondes, como se usa no Pará.¹²⁰

Percebemos que havia, no contexto da Manaus que se reurbanizava, problemas primários como: intimação de proprietários de habitações e prédios comerciais para se adequarem às leis e códigos em vigência; recolhimento de lixos das vias públicas e de animais mortos; limpeza de terrenos baldios, bueiros, casas e hotéis que apresentavam sujeiras em demasia; internamentos e prisões de indivíduos que faziam arruaças, causavam desordem, mendigavam e proliferavam doenças. Este cenário contradiz com o que o poder público e a elite queriam implantar na cidade: uma urbe limpa, ordeira e progressista, digna de ser comparada às capitais europeias.

Esse lado social deficiente, precário, insalubre e proliferador de doenças é reforçado pelos cidadãos que perderam seus empregos com a queda vertiginosa do látex no mercado exterior. A partir de 1915, este cenário de declínio ganha maior visibilidade nas páginas dos jornais aumentando as reclamações de descaso, esquecimento e desamparo do poder público para com a população e, em contrapartida, os governantes que sucederam à administração em Manaus também utilizavam dos jornais para publicar as arrecadações de impostos, fazendo comparações com os anos do apogeu da borracha e mostrando aos habitantes que nada poderia ser feito.

Para piorar a situação, os proprietários dos comércios que subsidiavam a economia interna foram buscar em outras regiões mecanismos de sobrevivência, aumentando a massa de desempregados que passaram a viver nos bairros suburbanos. Segundo Loureiro:

(...) que pela sua população e grande comércio fora a cidade mais rica do mundo, estava tomada pela miséria e pela tristeza. Das 8.000 casas que a constituem, mais de 2.000 estão desabitadas, inclusive inúmeras nas principais ruas comerciais. As famílias menos abastadas tiveram de

¹¹⁹ Jornal Correio do Norte, 26 de abril de 1913

¹²⁰ Jornal Correio do Norte, 04 de junho de 1911.

constituir verdadeiras repúblicas, para assim, reunidas, repartindo as despesas, poderem fazer face às dificuldades.¹²¹

A situação econômica estava complicada a ponto de o governo do Estado fazer empréstimos para conseguir manter a máquina pública. A queda das exportações do látex influenciou concomitantemente à sociedade manauara. Uma das primeiras medidas foi “[...] a incursão no quadro do funcionalismo público para lhe diminuir o âmbito. A meza do orçamento não comportava os talhes que nella figuravam, pelo que o mais elementar bom senso aconselha a sua redução.”¹²²

Em 1930, o interventor do Estado assim dispôs sua análise sobre o problema econômico que assolara o Amazonas:

O interventor apesar de se defrontar com uma economia em crise, determinou um levantamento das dívidas – internas e externas – do estado a fim de se posicionar frente a uma situação financeira complicada que aniquilava o Amazonas e o tornava ingovernável. Foi aprovado um novo orçamento e a ordem de diminuição de gasto públicos estendeu-se aos municípios, onde todas as despesas deveriam ser aprovadas pelo interventor.¹²³

Esta é uma breve observação do cenário de penúria econômica vivida em Manaus: demissões, êxodo populacional, falência de comerciantes e seringueiros, fechamento de bancos e casas de câmbio, aumento da marginalização. Esta reflexão está paralelamente ligada ao louco e seus companheiros de fama, pois a famigerada institucionalização que ganhara força nas primeiras décadas republicanas não se consolidou, assim como a reforma do prédio do hospício. As observações realizadas aqui sobre os problemas econômicos vividos pós-apogeu gomífero se faz necessário para entendermos as consequências desta crise que envolveu toda a sociedade manauara.

Remetermos ao panorama no qual vivia a sociedade fragilizada de Manaus da Primeira República e a somatória das consequências trazidas pela modernização que excluía e segregava, é contrapor as vozes que não se cruzam, pois, se para os indivíduos tidos como normais, que tinham recursos para reclamar seus direitos às condições de

¹²¹ LOUREIRO, Antonio José Souto. A Grande Crise (1909-1916). Manaus: edição do autor, 1986. p.116.

¹²² MENSAGEM lida perante a Assembléia Legislativa, na abertura da Terceira Sessão Ordinária da Décima Legislatura, pelo Exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, Governador do Estado, a 10 de julho de 1921. p. 29.

¹²³ SANTOS, Eloína Monteiro dos. Uma Liderança Política Cabocla. Manaus. Ed. da Universidade do Amazonas, 1997. p.85-87.

resolução não eram das melhores, imaginemos para os loucos? Internados a força, segregados a depósitos chamados de hospícios, excluídos da vida em família, dessocializados, aparecendo nos noticiários impressos como casos de polícia, em boletins sensacionalistas e tratamentos revolucionários.

Os loucos, incapazes de responder pelos seus atos e, no período em questão, estudados com afincamento pelos alienistas nacionais que implantavam nas cidades a idealização do eugenismo, do sanitarismo, da higienização e da salubridade, eram cooptados às instituições competentes e, no caso específico de Manaus, ao Hospício Eduardo Ribeiro que, assim como o restante da população, ficou à deriva. Sua reforma, que andava a pequenos passos devido à distância, com a crise econômica passou a engatinhar.

Mesmo que na prática os projetos não atingiam todos os espaços de sociabilidade as normatizações, leis e códigos não eram seguidos à risca: os loucos estavam lá, e eram noticiados nas páginas dos jornais.

Segundo Lilia Moritz Schwarcz,

Nas grandes cidades a entrada desse ideário científico difuso se faz sentir diretamente a partir da adoção de grandes programas de higienização. Tratava-se de trazer nova racionalidade científica para os abarrotados centros urbanos, implementar projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza.¹²⁴

Para além dos pedidos de higienização do espaço público e privado, as colunas publicadas no período traziam em seu contexto os sujeitos que proliferavam as vias de sociabilização. Degradavam a moral e os bons costumes. Os impuros sociais deveriam ser recolhidos aos órgãos competentes.

Além da polícia criminal e sanitária, dos ideários científicos e dos programas de higienização e separação dos doentes sociais, esses poderes ganham reforços através das denúncias ou notícias realizadas via reclames dos jornais. A pobreza, as doenças e a maledicência eram segmentadas em espaços específicos.

Muitas vezes, juntavam-se vários fatores à loucura, à indigência, à gatunagem em um mesmo noticiário, como vemos no Jornal Comercio do Amazonas, de 04 de novembro de 1899: “[...] Ao Asylo de Alienados foi recolhida a indigente Francelina do Rego Brasileiro.” No Jornal do Comercio de 27 de abril de 1904: “[...] Por achar-se sofrendo das faculdades mentaes foi hontem recolhida ao hospício Eduardo Ribeiro a

¹²⁴ SCHWARCZ, op,cit, p.p.44-45.

indigente Francisca da Conceição.” E no Jornal Quo Vadis?, de 09 de janeiro de 1904, na mesma nota, a seguinte informação de recolhimento aos órgãos competentes:

Ao xadrez do posto policial foram hontem detidos: José Carlos de Oliveira e José Soares da Fonseca, por gatunagem; Sebastião de Araújo para averiguação o; Manoel Antonio Leite, Maria da Conceição e Antonio de Oliveira por desordens.

Indigente: Ao hospital da Santa Casa de Misericordia foi hontem recolhido para tratar-se Maria do Rozario.

As loucas não passavam despercebidas dos olhares controladores da polícia: “[...] Gertrudes Maria de Jesus, com 22 annos de idade, parahybana, foi recolhida hontem com guia da polícia ao hospício Eduardo Ribeiro por estas sofrendo de suas faculdades mentaes.”¹²⁵ “[...] Foi recolhida ao hospício Eduardo Ribeiro, com guia da polícia a mulher de nome Antônia de Castro, de 30 annos brasileira.”¹²⁶ E com guia do médico legista “[...] Ao hospício Eduardo Ribeiro foi recolhida a louca Antônia Aurélia de Araújo, com attestado do medico legista dr. A.Maia.”¹²⁷ Esta última notícia nos sugere que algumas internações passavam pelo médico legista, talvez por essas mulheres terem brigado nas ruas e terem sido levadas à polícia.

A Primeira República no Brasil foi marcada pela consolidação das forças institucionais em prol da organização social. As badernas urbanas estavam no alvo da força policial e, em Manaus, esse fator não era diferente. Lemos, nas colunas, as variantes das internações e prisões destes vesânicos que, depois dos procedimentos legais, eram encaminhados ao Hospício Eduardo Ribeiro:

Acha-se presa no xadrez da segunda delegacia, a fim de ser recolhida ao Hospício Eduardo Ribeiro, para ahi ser devidamente observada, a mulher Luzia Francisca Pereira, que parece estar sofrendo das faculdades mentaes.¹²⁸

Na coluna Coisas Policiaes do Jornal do Commercio, aparecem pessoas encaminhadas ao Hospício, vindos de outras localidades:

Por intermédio da policia forma internados ao hospício Eduardo Ribeiro, os loucos Araulpho Souza Campos, solteiro de quarenta e dois annos de idade, e Luiz Borges, de vinte e cinco annos de idade, solteiro, parahybano, os quais chegaram do Rio Juruá, pelo vapor Aymoré.¹²⁹

Os encaminhamentos continuam:

¹²⁵ Jornal do Commercio, 25 de agosto de 1905.

¹²⁶ Jornal do Commercio, 14 de julho de 1907.

¹²⁷ Jornal do Commercio, 23 de outubro de 1910.

¹²⁸ Jornal do Commercio, 24 de setembro de 1913.

¹²⁹ Jornal do Commercio, 08 de fevereiro de 1921.

Pedro Vaz de Assis, considerado louco pelos médicos legistas, foi hontem internado no hospício Eduardo Ribeiro. O infeliz chegou há dias de Humaytá.¹³⁰

[...]

Acompanhado de um officio do delegado de policia de Porto Velho, chegaram dessa cidade pelo vapor Aymoré, os loucos Cesario Gonçalves dos Santos, hespanhol, de trinta e oito annos de idade e Eugenia Lima Belfort, maranhense, de vinte e um annos de idade.

Foram apresentados à autoridade de permanência da delegacia devendo ser, hoje, recolhidos ao hospício Eduardo Ribeiro.¹³¹

[...]

Por intermédio da polícia foram internados no hospício Eduardo Ribeiro os loucos, Manoel Joaquim da Fonseca, rio-grandense do norte, com trinta e seis annos, solteiro, chegado do Antimary, e Antonio Luis do Nascimento, com dezoito annos, sapateiro, residente a rua dos Remedios, numero treze.¹³²

As internações, a cabo da polícia, são noticiadas na coluna Coisas Policiaes do Jornal do Commercio a partir do ano de 1914. Antes, as notícias de condução dos vesânicos apareciam em colunas diferenciadas deste jornal. Neste contexto, exploramos como fontes documentais as publicações que mais nos chamaram à atenção. Essa relação se estabeleceu na medida em que os loucos e loucas aparecem em seu trajeto até o hospício Eduardo Ribeiro.

Os loucos eram os indesejáveis, desordeiros, alcoólatras, indigentes, prostitutas, que foram recolhidos, internados e aprisionados, prevalecendo a manutenção e disciplinarização dos espaços públicos e privados. A afirmação da historiadora Lená Medeiros de Menezes vem de encontro às notas jornalísticas, visto que:

Entre os ideais disciplinares, projetados do alto, e a realidade cotidiana vivida pela cidade uma larga distância se evidenciava. Desde os primeiros tempos republicanos, a presença das classes perigosas destacou-se nas preocupações das autoridades constituídas, definidas como um dos mais graves problemas enfrentados [...].¹³³

Reportagens impregnadas pelo discurso higienista e civilizatório refletiam a interdição realizada sumariamente em nome da modernização atingindo, em grandes escalas, os sujeitos de baixo escalão moral, mental e econômico e, dentre eles, o objeto central desta pesquisa – os vesânicos – que partilhavam das mesmas condições.

Nesta perspectiva o louco em sua loucura incomoda o poder público bem mais que seus companheiros de fama, pois com a prostituta, além de seu comportamento profano, seu corpo era objeto de estudo. Com elas a medicina e a polícia poderiam agir

¹³⁰ Jornal do Commercio, 19 de outubro de 1907.

¹³¹ Jornal do Commercio, 21 de agosto de 1921.

¹³² Jornal do Commercio, 29 de março de 1922.

¹³³ MENEZES, op.cit.131

de diversas formas: fechar os bordéis, prender seus cafetões, prendê-las se trabalhassem nas ruas e, em hipótese remota, casá-las. Sobre essa afirmação Engel discorre que:

A prostituição é assim concebida como um perigo escondido nos “antros” e coberto por um “véu”. Um perigo desconhecido que, apesar de “repugnante”, “imundo”, “miserável” e “degradante”, deve ser estudado pelo médico. [...] é preciso que o médico faça da *ameaça* oculta, uma *ameaça* conhecida e classificada, tornando-a, assim, controlável.¹³⁴

Seguindo essa linha de pensamento, aos que cometessem qualquer tipo de crime, a justiça se encarregaria dele prendendo-o, julgando-o e condenando-o. Aos indigentes, mendigos e alcoólatras, internação para tratamento; aos órfãos, orfanato ou adoção; aos doentes de diversas mazelas, a Santa Casa de Misericórdia. Porém, todos os citados acima tem algo em comum: a razão, que, por menor que fosse, não os colocavam na categoria que os loucos ocupavam, ou seja, o ponto mais baixo da humanidade.

Contudo, a desrazão humana está presente na vida habitual e a elite manauara, gostando ou não, respirava na mesma atmosfera tropical dos loucos. E esse ar de modernidade necessitava de purificação. Dessa forma, as internações eram uma premissa, como vemos no Amazonas Commercial de 21 de fevereiro de 1900, na coluna A Lápis: Recolheu-se hontem ao asylo Eduardo Ribeiro, para ter o devido tratamento, o indigente de nome Luiz Pereira Pessoa que está sofrendo das facultades mentaes. No Jornal A Federação de 07 de novembro de 1900, uma nota anônima relata:

Chamamos a atenção da autoridade competente para um louco, que vive vagando pela praça S. Sebastião, proferindo obsconidades e alarmando as famílias com altos gritos. Será um acto de caridade recolher esse infeliz ao hospício de alienados.

Menezes pontua que “[...] desclassificados forjados pela modernidade, firmaram-se como objetos centrais da ação repressiva desencadeada pelas autoridades republicanas na virada dos novecentos e nas primeiras décadas do novo século [...]”¹³⁵.

Os mandatos de internação faziam-se cumprir através da expedição de laudos prescritos pelo médico legista que, sendo técnico cientista da medicina, desempenhava seu papel concomitante ao poder jurídico e atestava a loucura para a reclusão. Essa afirmativa vem representada nas notas esparsas dos jornais locais, como vemos:

Com atestado do medico legista foram recolhidos ao Hospicio Eduardo Ribeiro os loucos João de Aquino e Francisco de Barros Cavalcante.¹³⁶
Depois de passado o competente atestado medico, foi internado no Hospicio

¹³⁴ ENGEL, Magali Gouveia. Meretrizes e Doutores, saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989. p.66.

¹³⁵ MENEZES, op.cit. p.92.

¹³⁶ Jornal Imparcial, 24 de fevereiro de 1918.

Eduardo Ribeiro Josepha de Queiroz que se acha com as faculdades mentaes perturbadas . É natural do Ceará e tem quarenta anos.¹³⁷

Nas notas jornalísticas o louco aparece sempre sendo internado com atestados de médicos legistas e levados pela polícia ao hospício, de forma a ser amparado pela medicina e psiquiatria que, naquele período, se desdobrava nas teorias, práticas e especificidades acerca da loucura.

As competências na demarcação e instituição da loucura estão presentes na Primeira República através das junções já enunciadas aqui. Simbolicamente, cada indivíduo deve ocupar seu lugar: o bonito, o feio, o limpo, o sujo, o bom, o ruim, o doente e o são, visto que habitam esse espaço e fazem parte de todo esse sistema. Porém, existem as fraturas sociais e, dentro delas, a loucura que não se comunica com o simbolismo social estabelecido. O louco não pertence a esse mundo urbano, e talvez não se sinta pertencente ao mundo racional. Desta forma, os loucos urbanos que podemos aqui classificá-los em loucos alcoólatras, loucos profanos, loucas promiscuas, loucos criminosos, loucos de loucura e loucos sociais, rompem as barreiras do não pertencimento, passando a incomodar toda a dinâmica da movimentação da cidade e dos cidadãos.

O incômodo que o louco causa pela sua desobediência irracional, por seus atos, pelo vandalismo de sua fala faz com que as autoridades competentes vigiem e internem os loucos que transitam pelas ruas.

A loucura também figura nas classes sociais. Os loucos urbanos, que transitam pelas ruas não se esbarram com os loucos das famílias abastadas. Esse encontro não aparece nem nos jornais, tampouco nas internações. Aos abastados, alas separadas de internação em espaços separados dos demais.

Diferentemente das outras doenças sociais como a prostituição, o alcoolismo, as doenças sexualmente transmissíveis, as viroses e as bactérias, a loucura figura dentro destas, mas não se enquadra nos diagnósticos comuns. Pela invisibilidade da doença, os tratamentos que estão em testes e as características específicas colocam a loucura em um patamar incomum. Contudo, os conceitos médicos incorporavam como doença todos os desequilíbrios e desordens que moravam na cidade.

Uma verdadeira rede de internações se formava: pessoas eram enviadas para tratamento e apareciam em jornais de diversas formas. A impressão que se tem é que esses loucos viajavam do interior desacompanhados e eram remetidos ao asilo de

¹³⁷ Jornal Imparcial, 24 de julho de 1918.

alienados, o que nos sugere que existia no Amazonas vapores que faziam o papel da Nau dos Loucos, como percebemos nesta nota: “foi remetido hontem pelo prefeito de Segurança do Asylo de Alienados a louca Thereza Rosa de Lima, chegada do Rio Juruá, a bordo do vapor «Prinzeza Isabel»”¹³⁸, ou ainda, “[...] enlouqueceu a bordo do vapor Eurico, o nacional José Santiago da Silva.”¹³⁹ Em outra nota vemos:

Com guia do senhor subprefeito Marcello Benevides, deu hontem entrada no hospício Eduardo Ribeiro, a fim de receber o necessário tratamento, Maria Luciana de Jesus, que tomara passagem no vapor nacional «Perseverança», no rio Yaco, a qual se acha sofrendo das faculdades mentaes.¹⁴⁰

Um caso publicado no Jornal A Capital, em 30 de dezembro de 1917, nos chama à atenção - **De bordo do “Parahyba” um louco se atira ao rio** - São baldados todos os esforços para salvá-lo:

Em sua viagem de descida do Acre, navegava o vapor Parahyba, do comando do piloto Cardoso de Farias, pela altura do porto de Iracema, no Rio Púrus, quando, sem que se pudesse evitar, atirou-se ao rio o passageiro de terceira classe Manoel Zeferino, que se achava soffrendo das faculdades mentaes. Arriada e guarnecida a montaria de bordo, foi em busca do tresloucado, que alcançando o barranco do rio, internou-se na mata. Infrutíferos foram todos os esforços para descobrir o fugitivo, pelo que o comandante do Parahyba resolveu recommendar em uma barraca proxima prestassem socorros, caso aparecesse o louco. Prosseguindo sua viagem, registrou ocorrência no diário da navegação. Como lhe competia, o comandante arrecadou o espolio do infeliz, que será entregue a quem de direito.

Os loucos noticiados nas páginas dos jornais manauaras são parte integrante desta sociedade e estão intrinsecamente ligados às cenas cotidianas. Conforme a cidade se amplia, se movimenta e se urbaniza, os vesânicos ganham visibilidade e tornam-se instrumentos de pesquisas médicas, da institucionalização e administração da loucura nos primeiros anos republicanos concernentes ao tempo histórico que o país vivia.

A loucura transita em todas as classes sociais e profissionais, como é o caso a seguir:

[...] pelo secretario do governo do Estado foi declarado ao comandante da Força Policial que, de ordem do coronel governador, o 2º tenente Álvaro Valentim Gomes, d’aquelas força, recolhido ao Hospício Eduardo Ribeiro, deve ficar, por enquanto em observação medica.¹⁴¹

¹³⁸ Jornal Commercio do Amazonas, 03 de março de 1899.

¹³⁹ Jornal do Commercio, 14 de novembro de 1911.

¹⁴⁰ Jornal Quo Vadis, 17 de maio de 1903.

¹⁴¹ Jornal do Commercio, 26 de novembro de 1911.

Este 2º tenente pode ter sido internado para observação por vários motivos: má conduta, desertor, brigas, alcoolismo, castigo. Não podemos afirmar o motivo real, o certo é que o Hospício Eduardo Ribeiro recebia loucos de ordem.

As notícias em relação aos tratamentos para a loucura também eram publicadas. Lemos, no Jornal do Commercio de 09 de março de 1908:

[...] Presentemente, a electricidade faz recua a morte, e a cadeira electrocutores é a última palavra das suas applicações às moléstias sensitivas ou nervosas. D'Arsonval, o seu inventor, dis que as ondas luminosas produzem effuvios electricos formigáveis, não perceptíveis pelos homens, e inofensivos, quando as oscilações são levadas à alta frequência, e que também poddem matar-o somente com duzentas alternativas por segundo. Esses effuvios, applicados therapeuticamente curam o arthritismo, esse estado constitucional que é a base de todos os desarranjos do systema nervoso.

E continua:

Ahi fica a lembrança, pois é tempo de cuidarmos de remodelar o velho hospício Eduardo Ribeiro, sob os últimos planos scientificos a bem dos créditos desta terra, onde alias os maníacos não são de todo raros « a fonte nas estrellas e o pé do túmulo».

A sugestão de D'Arsonval era instalar no hospício Eduardo Ribeiro a tal afamada cadeira de eletrochoques para o tratamento convencional dos loucos. Hoje sabemos que o uso destas cadeiras era desumano, no entanto, estamos analisando uma época em que as invenções tecnológicas, juntamente com a medicina, fizeram uso de todos os mecanismos disponíveis para o tratamento da loucura.

Raras, mas não poucas, foram as notas de falecimento de pacientes, como podemos perceber nas notas abaixo.

Falleceu hontem no hospício Eduardo Ribeiro e será sepultado hoje no cemitério São João, o infeliz Raymundo Victor José de Souza, cearense, casado e que ahi exercia a profissão de agricultor.¹⁴²

[...]Manoel Joaquim, filiação ignorada com 38 annos, febre palustre continua fallecido às 7 horas da manhã de hontem e despachado às 10, attestado do hospício Eduardo Ribeiro.¹⁴³

[...]Eduardo Rodrigues da Silva, filiação ignorada, com 30 annos, beri-beri atrophico, fallecido às 11:horas da manhã de ontem-hontem e despachado às 9 ½ da manhã de hontem, indigente do hospício Eduardo Ribeiro.¹⁴⁴

[...] Falleceu no hospício Eduardo Ribeiro a alienada Francisca da Conceição, brasileira de 28 annos de idade.¹⁴⁵

Citamos aqui alguns dos falecimentos ocorridos no hospício Eduardo Ribeiro. As causas dos óbitos nem sempre eram divulgadas. O que sabemos, também através das

¹⁴² Jornal do Commercio, 07 de abril de 1904.

¹⁴³ Jornal do Commercio, 28 de abril de 1907.

¹⁴⁴ Jornal do Commercio, 06 de maio de 1908.

¹⁴⁵ Jornal do Commercio, 06 de maio de 1915.

páginas dos jornais, é que o Hospício Eduardo Ribeiro não ficou de fora das doenças que assolavam a população:

Outra denuncia grave chegou ao nosso conhecimento. No dia quatorze do corrente, surgiram dous casos de varíola no Hospicio Eduardo Ribeiro, tendo o diretor desse estabelecimentos de alienados, de comum accôrdo com os drs. da Sta Casa de Misericórdia e diretor do Serviço Sanitário do Estado, removidos para o Hospital do Umirisal, onde se acham em tratamento.¹⁴⁶

No mesmo ano, os loucos epiléticos receberam soro anticrotálico, vindo de São Paulo 22 tubos. A matéria de meia página chama-nos à atenção pela data da publicação: 25 dezembro de 1914. Nela, uma entrevista com o então diretor do asilo de alienados Dr. Tuariano Meira, onde este explica que o soro tem surtido efeito de cura em epiléticos no Asylo de Alienados de Pernambuco. Além disso, o médico ressalta que a aplicação não é dolorosa. Em uma breve vistoria pelo prédio do Asylo, ele explicita que, tanto a estrutura física quanto os doentes encontravam-se em ótimas condições, levantando-nos a suspeita de que talvez esta seja uma matéria paga, uma vez que nos relatórios, mensagens e periódicos locais a situação do hospício Eduardo Ribeiro não era bem assim. Seguimos a ler o que nos relata o coevo jornalista:

Em seguida foi que o Dr. Turiano Meira praticou as operações injetando o sôro anti-crotálico nôs allyenados epilleticos, Francisco Ximones e Angelo Ramiro, adultos, e nos menores de doze e oito respectivamente annos Phylomena Pires e Raymundo Maria de Jesus.

Apesar dos relatórios do Hospício de Alienados Eduardo Ribeiro terem se perdido com o tempo, as esparsas publicações dos jornais em relação aos tratamentos realizados naquela instituição, tanto da varíola que assolara o Estado quanto da epilepsia ou da beribéri, tão comum naquele período, não podemos afirmar quais foram os métodos adotados, tampouco problematizarmos sobre tal assunto. Ficam nas dúvidas, tão relativas ao trabalho do historiador.

Após vasculharmos a imprensa cotidiana e explanarmos a visibilidade do louco e da loucura nos espaços de sociabilidade, temos a latente resposta de que a imprensa brasileira operou diante das grandes transformações que ocorreram no país. E essas mudanças atingiram todas as classes, todos os segmentos profissionais e todos os doentes sociais, que foram alvo das políticas de reurbanização e dos projetos intervencionistas.

Os jornais, folhetins e impressos de toda a ordem se manifestavam, ou contra ou a favor, com matérias gratuitas ou pagas. Opinavam em questões como os processos

¹⁴⁶ Jornal do Commercio, 29 de junho de 1914.

institucionais, econômicos, sociais e dos progressos e conflitos da ciência, onde esclareciam e questionavam a ebulição vivida pelo corpo médico brasileiro sobre as doenças convencionais que atingiam a população e as não-convencionais, como a loucura.

CAPÍTULO III

Na esteira da loucura

Lugar de ambiguidades e espaço por excelência da loucura, o corpo e a sexualidade femininos inspiram grande temor aos médicos e aos alienistas, constituindo-se em alvo prioritário das intervenções normalizadoras da medicina e da psiquiatria. Engel.

3.1 Sob o sol da loucura

Os discursos médicos do final do século XIX e início do século XX apontam a higiene, a psiquiatria e a medicina legal como fontes disciplinadoras para o comportamento feminino. A ciência médica como prática surge na consolidação da formação da sociedade capitalista, na qual constituiu-se da intervenção e investigação da medicalização dos corpos e mentes.

Vieira pontua que,

A crença na missão civilizadora dos médicos levou-os a formular um projeto de reorganização da sociedade, visando a produzir indivíduos saudáveis no corpo e no espírito, capazes de efetuar transformações não apenas em suas vidas particulares, mas no destino do país. Para cumprir esta missão elaboraram um discurso reformista sobre as principais instituições que, segundo sua interpretação, eram responsáveis por graves erros e vícios na formação do povo brasileiro, a começar pela família, alcançando as escolas, hospitais, quartéis, prisões, mercados, cemitérios, enfim, milhares de espaços públicos e privados que deviam seguir as normas da reforma higienista.¹⁴⁷

Nesse escopo da reforma higienista, o fascínio médico em desvendar a fisiologia feminina ganhou força na primeira metade do século XIX, tornando os exames médicos cada vez mais detalhados esmiuçavam os corpos e os esquadrihavam em observações, métodos, estatísticas e fórmulas de tratamentos e cura para todos os males que habitavam esse corpo. Dentre essas doenças estava a loucura.

De forma geral, os médicos brasileiros deram atenção especial ao corpo feminino, devido as funções da maternidade e da família. Buscaram representar na anatomia e na fisiologia da mulher o papel da reprodução, o que implica diretamente nas bases sociais desse país que se estruturava sob a luz da Primeira República.

¹⁴⁷ VIEIRA, Elisabeth Meloni. A medicalização do Corpo Feminino. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002. p.p.217-218.

Nesse âmbito, os homens da ciência acumulavam vários papéis: de educador e guardião da moral a planejador urbano e especialista em mulheres. Os médicos formularam uma definição de ser social e suas intervenções médicas criaram conceitos relativos à natureza da mulher.

As propostas médicas variavam de acordo com as condições sociais que se iniciavam na profilaxia coletiva e individual e nas prevenções da saúde higiênica, onde os discursos baseavam-se em,

Primeiro lugar, situar-se no debate mais amplo sobre a questão da mulher em curso nos centros europeus e norte-americanos e, em segundo lugar, formular uma síntese sobre o tema, procurando adequar as duas principais correntes sobre a questão: aquela que mesmo reconhecendo a inferioridade física e mental das mulheres acreditava no poder transformador da evolução.

¹⁴⁸

Intrínseco nesse discurso de educação evolutiva da mulher estava a pirâmide social que diferenciava, de forma clara, a mulher rica da pobre, pois esse período é determinado pelo sentimento de formação de uma nação unificada e o papel da mulher como mãe, educadora e provedora dos costumes valorais e saudáveis passaram a ser fundamentais. Dessa maneira, gerenciar esse corpo através de seus comportamentos tornou-se a tônica dos discursos médicos, das normatizações e das prevenções contra fatores de degeneração moral.

As constituições históricas do corpo feminino como objeto da medicina e das suas contravenções configuram-se na dimensão social, orgânica e de gênero estruturadas no processo da naturalização desse corpo. Diferenciá-lo do corpo masculino tornou-se a tônica naquele momento, e essa divisão se à medida que a mulher se deixava examinar com mais regularidade e as construções de gênero se concretizam.

Elisabeth Meloni Vieira nos propõem que,

Entende-se por gênero a construção social dos sujeitos femininos ou masculinos, sendo, portanto, histórica. A medicalização do corpo feminino particulariza-se nas implicações específicas da reprodução humana, baseada principalmente em sua biologia, e através dela a sua condição feminina será naturalizada.¹⁴⁹

Tal construção do corpo feminino e de suas condições biológicas ocorreram impulsionadas pela questão sexual. De fato, estabelecer as verdades sobre a sexualidade nos ides do século XIX não fora tarefa fácil. Métodos comparativos de tamanho, forma,

¹⁴⁸ MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.p.222.

¹⁴⁹ VIEIRA, Op.cit. p.19.

peso e volume dos órgãos masculinos e femininos eram examinados e pulverizados nas revistas científicas do final do século. Jean Pierre Peter afirma que,

A mulher era, para a medicina, como um território a conquistar. Além de conhecer, descobrir. Universo espantoso, desconcertante, cheio de armadilhas e surpresas. Frente às questões a respeito da natureza humana que a medicina devia colocar e esclarecer como o que é o homem, se acrescenta e se substitui por outra mais polêmica: O que é a mulher?¹⁵⁰

O que era então a mulher dentro dos conceitos médicos alienistas, higienistas e regulamentadores senão seres consideradas inferiores física e mentalmente? Até então estas eram as considerações pautadas na cientificidade exercida pelo corpo médico brasileiro e que cai por terra à medida que a fisiologia feminina concede o direito à análise profunda que desvenda as entranhas desse corpo.

Para o corpo médico da jovem República, higienizar o país era o lema que sustentava os projetos de modernizações efetuadas neste período pois, “[...]educar seu povo é assim que se corrige a natureza e se aperfeiçoa o homem.”¹⁵¹ Portanto, se o projeto era modernizar o país, os processos de higienização e controle da população através de normas, leis e decretos, do ensino das letras, de condutas de valores morais e sociais, do controle e purificação dos corpos e mentes geraram pesquisas e análises científicas que envolveram não somente os corpos masculinos, mas, sobretudo, o corpo feminino, corpo este que carregou por muito tempo a culpa de todos os males,

Ora a mulher é fogo, devastadora das rotinas familiares e da ordem burguesa, devoradora, consumindo as energias viris, mulher das febres e das paixões românticas, que a psicanálise, guardiã da paz e das famílias, colocará na categoria das neuróticas; filha do diabo, mulher louca, histérica herdeira das feiticeiras de outrora. A ruiva heroína dos romances de folhetim, essa mulher cujo calor do sangue ilumina pele e cabelos, e através da qual chega a desgraça, é a encarnação popular da mulher ígnea que deixa apenas cinza e fumaça.¹⁵²

Simbolicamente, às mulheres destinavam-se as contravenções do mundo cinza e da fumaça. Imagens construídas através de perspectivas religiosas e enraizadas nas famílias que levavam a ferro e fogo os preceitos valorais, cercando as mulheres por meio da subordinação aos homens, de maneira tal que por muito anos o corpo humano era tido como sexo único, limitando a medicina a estudá-la superficialmente.

¹⁵⁰ PETER, Jean Paul. Les Médecins et les femmes. In : ARON, J. P (Org.) Misérable et Glorieuse: la femme du XIX siècle. Paris: Fayard,1981, p.80.

¹⁵¹ SCHAWRCZ, op.cit. p.219.

¹⁵² PERROT. Michele. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.p 187-188

Ao longo do século XIX, o véu que cobria o corpo feminino e sua estereotização se desfaz através dos estudos realizados pelos obstetras, ginecologistas e médicos legistas que usaram os resultados de suas experiências anatomofisiológicas para fundamentar suas teorias em relação ao corpo feminino. No entanto, os escólios que foram utilizados continuavam a se contrapor aos sistemas corpóreos e cerebrais que diferenciavam mulheres e homens.

Segundo Martins,

Os médicos estabeleceram que na mulher este sistema era instável, marcado pelo desequilíbrio e que, portanto, qualquer excitação periférica – sempre de origem sexual – poderia perturbar o frágil equilíbrio do sistema e causar problemas psíquicos que variavam de uma simples dor de cabeça chegando a estados melancólicos, manifestações histéricas e delírios que podiam levar as mulheres a cometerem atos contrários à sua vontade, como o infanticídio e o suicídio.¹⁵³

Individualizadas na questão de gênero e na medicina social, as mulheres eram investigadas, esmiuçadas e normatizadas através de dispositivos que corroboravam para o processo de medicalização desse corpo. Além disso, todos os comportamentos desviantes da figura feminina tinham características próprias,

A prostituição, o homossexualismo, o alcoolismo, a histeria, etc. são classificados como comportamentos desviantes e inscritos no âmbito da loucura. Concebida como expressão do instinto não controlado, a loucura é vista como um estado primitivo ou selvagem, caracterizado pela fragilidade da formação espiritual e intelectual do indivíduo.¹⁵⁴

A mulher tem, em seu estereótipo, todas as dúvidas que os investigadores da fisiologia feminina queriam extrair. Respostas que, por um longo período não, foram solucionadas. O corpo feminino era para os médicos, o que nos coloca Engel, no organismo da mulher, na sua fisiologia estariam inscritas as predisposições à doença mental.¹⁵⁵

Nesse contexto, o continente quase desconhecido que a loucura ocupava as pequenas ilhas que se formavam e que giravam em torno das diversas perspectivas que causavam a doença e, sobretudo, sob o monopólio dos alienistas, na sedimentação e na repressão do corpo feminino, onde os diagnósticos precoces e especulações que julgavam e definiam as mulheres que sofriam das faculdades mentais eram caracterizadas pela puberdade, menstruação, maternidade, órgãos genitais, masturbação, sexo - excessivo ou não -, histeria, menopausa, rejeição, vapores femininos, neurastenia,

¹⁵³ MARTINS, op.cit.p.76.

¹⁵⁴ ENGEL, op.cit. p.81.

¹⁵⁵ ENGEL, op.cit.p.333

sobrecarga de emoções, útero errante, descaso, bobices, calores e calafrios, casamentos, solteirice, enfim, todas as portabilidades que influenciavam a entrada da doença no corpo feminino.

Sob o sol da loucura, as mulheres tornam-se alvo fácil dos homens da ciência que cismam em descobrir as causas que influenciavam os desequilíbrios mentais que as infligiam. Ou como nos afirma Foucault “[...] que a ameaça da loucura retoma seu lugar entre as urgências do século.”¹⁵⁶

Essa urgência dos séculos que Foucault propõe está determinada na cronologia histórica. O espaço urbano em transformação traz impactos em toda a sociedade, daí nasce a necessidade das internações para observações, que num primeiro momento são subjetivas perante os mecanismos de tratamento e, com os crescentes estudos da *psique*, tornam os loucos objetos de estudos mais profundos.

O medo da loucura se emoldura numa reta temporal, social e histórica. É nesse período que o corpo feminino aufere espaço na pesquisa científica desvendar a loucura e os devaneios das mulheres é tema intrigante para a sociedade alienista.

A loucura em tempos modernos figura no feminino todos os desencadeamentos possíveis. A mulher, dona do útero fértil e do cérebro frágil, vagou pelos tempos entrecruzando seu caminho pelos instintos e não pela razão. Delegada à vida particular, segregada à família, seu comportamento estava diretamente ligado à síndrome da insanidade mental, ou seja, ao menor sinal de contravenção, desvio de conduta, excessiva carência ou desmedida afabilidade, questionamentos racionais ou imposições de igualdade de gêneros, sua sanidade era arguida pela família e assinada pelos homens da ciência, que buscavam investigar todos os comportamentos tidos como insanos e que poderiam levar à loucura real.

Neste contexto, interessa-nos neste capítulo investigar os discursos produzidos em relação às causas da loucura nas mulheres através do olhar dos médicos alienistas que exerciam esta ciência no país e, neste caso, específico, em Manaus. Em meio à diversidade de diagnósticos médicos e da segregação, à internação e os tratamentos, a louca ocupava o mesmo espaço de sociabilização reclamado pela elite, sendo excluídas à Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro.

O corpo feminino passa a se configurar pelos diferentes discursos e argumentos científicos contemplando os interesses da época de forma tal que havia vários corpos femininos divididos nas diversas classes sociais a serem analisados sobre o mesmo

¹⁵⁶ FOUCAULT, op.cit.p.360.

estigma – o da loucura - e que estavam profundamente enviesadas nos projetos de ordenamento urbano da sociedade manauara.

3.2 Discursos alienistas: a construção da loucura na *Terra Brasilis*

Em sua essência, a loucura poderia ser vista perambulando pelas ruas até os anos de 1830. A partir de então, a prática do recolhimento dos loucos aos asilos passou a fazer parte dos dispositivos de circulação nos logradouros do Rio de Janeiro. Esse processo acarretava na submissão dos loucos a tratamentos específicos, intensifica-se com a implantação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Para tanto, o discurso utilizado pelos médicos para a institucionalização da demência deste período era que “*aos loucos o hospício*”.¹⁵⁷

Desde então, a medicalização e internação do louco, e o reconhecimento da loucura como doença para tratamento e a transformação do hospício em instituição médica, define um novo estatuto jurídico, social e civil para o alienado ou, como nos propõem Vera Portocarrero, o estado de menoridade social.¹⁵⁸

Desta maneira, a construção científica da loucura embasada no viés da internação, medicalização e tratamento justapondo-se aos anseios da faxina urbana que ocorreu nesse período vem de encontro com os discursos médicos que buscavam definir a doença através das observações realizadas nos hospícios, esmiuçando os comportamentos, analisando os movimentos dos internos e cruzando informações com métodos e práticas utilizadas em outros lugares.

Os médicos alienistas que clinicavam no Brasil tinham como referências pesquisas realizadas na Europa baseadas num primeiro momento, na psiquiatria francesa de Jean Etienne Dominique Esquirol e seus discípulos Auguste Morel e Édouard Séguin que elevava os alienados à condição de seres humanos. Ao penetrar na mente humana com o intuito de compreender os transtornos do humor e da melancolia como importantes agentes que conduzem à perda do juízo, Esquirol reformou os asilos e hospícios franceses, fundou o primeiro curso para tratamento das enfermidades mentais e lutou pela aprovação da Primeira Lei de Alienados da França.

¹⁵⁷ MACHADO, idem, 1879.p.376.

¹⁵⁸ PORTOCARRERO, Vera. Arquivos da Loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.p.96.

Por sua vez, na Alemanha, a corrente organicista tem como precursor Wilhelm Griesinger, sendo seu discípulo Emil Kraepelin. Suas pesquisas descritivas sobre os sintomas clínicos e a análise anatomopatológicas serviram de referências a muitas gerações de especialistas em doenças mentais, ele buscou oferecer aos pacientes um ambiente semelhante ao doméstico. Seus estudos influenciaram diretamente a formulação da Primeira Legislação Brasileira de Assistência aos Alienados.

Sigismund Schlomo Freud problematizou em suas pesquisas o diálogo do paciente e do clínico através das análises dos sonhos que revelam os caminhos tortuosos do inconsciente agindo nos comportamentos que se apresentam como sintomas, a exemplo: fobia, medo, neurose de pensamento obsessivo, paranóia e melancolia.

Esquirol, Kraepeli, Freud, são alguns dos médicos alienistas que influenciaram sob medida os pensamentos e pesquisas dos médicos brasileiros, da legislação as internações. Os alienistas daqui buscavam respostas nos conceitos, prognósticos e diagnósticos do Velho Mundo.

No que tange ao recorte cronológico proposto, temos no Brasil precursores da cientificidade alienista através de José Carlos Teixeira Brandão, que nos primeiros anos da República propôs a criação de colônias agrícolas onde o tratamento terapêutico visava à ocupação laboral do doente e o contato com a natureza. Tal integração diminuiria os danos causados pela loucura. É de Brandão a Primeira Legislação de Alienados no Brasil.

Contemporâneos a Brandão estavam Raimundo Nina Rodrigues, Júlio Afrânio Peixoto, Ulysses Pernambucano, Luiz Cerqueira, Arthur Ramos de Araújo Pereira e Juliano Moreira. Estes médicos desenvolveram teorias, conceitos e pesquisas impulsionando os tratamentos sobre a loucura. Cercados pelas ambiguidades, discutiam suas posições através de artigos científicos, livros, participações em palestras e a criação da sociedade de medicina e psiquiatria.

Cristalizados em seus discursos, os homens da ciência da *Terra Brasilis* revelavam-se distintos quando o assunto era a loucura. Sucintamente analisaremos nesta reflexão dois dos alienistas mais conceituados do período, que discutiam em artigos suas análises acerca da loucura, muito embora em linhas de pesquisas diferentes.

Elencamos em primeiro plano o médico alienista Raimundo Nina Rodrigues, defensor pragmático da degeneração da raça brasileira, pois a miscigenação das três raças fundamentais (negros, índios e brancos) transmitiriam aos produtos de seus

cruzamentos caracteres patológicos diferenciais de valor,¹⁵⁹ e que a correta diferenciação das raças seria muito importante para a prática médica, tanto nas doenças físicas como nas doenças mentais.

Para ele, a inferioridade racial dos negros e indígenas em relação ao branco era indiscutível. Assim sendo, a miscigenação entre raças em diferentes patamares evolutivos resultaria, fatalmente, em indivíduos desequilibrados, degenerados, híbridos do ponto de vista físico, intelectual e nas suas manifestações comportamentais. A seu ver, um leve verniz de civilização poderia recobrir as populações mestiças, como os sertanejos, mas certas condições sociais fariam eclodir o lado bárbaro e selvagem destes, mal refreado por regras que não eram as suas, incompatíveis com o seu suposto nível mental.

Para além das considerações da degeneração racial, Nina Rodrigues, discutiu em sua obra “O Alienado no Direito Civil Brasileiro: apontamentos médicos-legaes ao projecto do Codigo Civil” toda a relação de sociabilização e cidadania do alienado, em quatro capítulos. Ele estabeleceu assuntos como os estados de insanidade transitória ou permanente; afasia, surdez, mudez, embriaguez; as capacidades civis dos loucos em casar-se e testemunhar; sugestão criminosa, interdição dos alienados e curadoria; proteção, interdição, perícia e tratamento.

Nina Rodrigues, em suas pautas, defendia que a degeneração da raça brasileira através da miscigenação e influência dos trópicos no comportamento dos habitantes servia diretamente à geração de indivíduos que desenvolveriam doenças como a loucura, a embriaguez e as doenças sexuais.

Compartilhando das ideias de eugenismo em Manaus estava o Dr. Miranda Leão, que fundou a Sociedade de Eugenia do Amazonas no ano de 1919. Na ata de fundação ele aloca que,

O que não resta duvida é que em não poucas nações do mundo os homens de sciencia teem-se ocupado do grande problema do aperfeiçoamento das raças humanas, preferindo uns o cruzamento entre os mais resistentes ao ambiente climatico, outros a integridade das raças para cada zona da Terra; em primeiro lugar, de comum acordo, procuraram, entretanto, extinguir as doenças que se opõem á formação das boas condições eugenicis de um povo.¹⁶⁰

¹⁵⁹ RODRIGUES, Raimundo Nina. Os mestiços brasileiros. In: As coletividades anormais. Organização, prefácio e notas de Artur Ramos, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.p.203.

¹⁶⁰ Revista Amazonas Medico, órgão oficial da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Amazonas. Sociedade Eugenia do Amazonas. Anno II.v.II.nº8. Manaus, 1919.p.202.

Assim como Nina Rodrigues, o Dr. Alfredo da Mata divulgava as ideias de eugenismo no Amazonas como se fosse possível a regeneração física e moral de uma raça. Para tanto, seria necessário os fatores disgênicos que envolviam a cidade. Os vícios, a libertinagem, o desregramento moral e as más condições higiênicas estavam intrínsecas nos discursos de policiamento eugênico. Da Mata propõe em artigo que em todo o país a luta contra a degeneração das raças é perpetuada e que no Amazonas não pode ser diferente devido ao cruzamento sanguíneo do sertanejo, do jagunço, do nordestino e do caboclo,

Vemos todas ellas se destinarem ao combate às verminoses, aos males venereos e syphiliticos, a conseguir habitações hygienicas para o operariado, a prophylaxia rural. Visam sempre a eugenização do homem, por conseguinte, **a melhoria racial.** ¹⁶¹(Grifo nosso)

A ideologia científica dos médicos amazonenses encontram suas justificativas nos conceitos de raça e da degeneração de Nina Rodrigues, que embarga todos os projetos que construíram a ideia de raça pura no combate às doenças sociais, físicas e mentais.

Na outra ponta dessas discussões estava Juliano Moreira, introdutor da psiquiatria no Brasil. Responsável por incinerar as camisas de forças, abrindo espaço para diálogos com os pacientes, preconizava que se houvesse enfermeiros capacitados seria possível reduzir o número de pacientes crônicos. Outro projeto de sua autoria foi a criação das alas e sessões infantil, masculina e feminina.

Moreira estava em igualdade nas discussões intelectuais com seus interlocutores nacionais e estrangeiros suas críticas giravam em torno à negativa de haver doenças mentais próprias dos climas tropicais. Não defendia a condição racial de um indivíduo, não o imunizava e nem favorecia a determinadas doenças e recusava a tese de inferioridade racial.

Os higienistas e psiquiatras que compartilhavam das ideias de Moreira também concordavam que era necessário lutar contra as chamadas degenerescências nervosas e mentais que os inimigos a combater eram o alcoolismo, a sífilis, as verminoses, as condições sanitárias e educacionais adversas. Juliano Moreira produzia, pelas vias contraditórias, descartando a qualificação pela natureza das raças e, ao mesmo tempo, se valia da especificidade da mulher e sua fisiologia sexual. Mesmo utilizando das

¹⁶¹ REVISTA AMAZONAS MEDICO, op.cit.p197.

contraposições citadas, Moreira tentou projetar uma sociedade brasileira organizada na igualdade racial e na diferença sexual.

Com a morte precoce de Nina Rodrigues, os embates científicos e ideológicos foram interrompidos. Porém, as visões nas quais eles se apoiavam propunha, grosso modo, a proposição de universalidade e inclusão da sociedade brasileira no conjunto das nações mais desenvolvidas.

3.3 Representações femininas

A prática medicinal nunca esteve dissociada do contexto histórico e social, até porque a medicina é uma ciência intervencionista, e a utilização desta prática de ingerência abre mão das produções discursivas. As teses médicas relacionadas aos prognósticos da loucura como doença de fato que foram defendidas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX no Brasil são trabalhos voltados para considerações, ponderações e menções de estudos até então realizados. Lemos esse contexto nas revistas e periódicos do Rio de Janeiro e da Bahia, onde as academias de medicina proliferavam doutores com discursos de higienização, sanitização e organização do espaço público.

No que tange à loucura, as construções em volta da doença se estruturavam através das classificações que os alienistas usavam para apontar quem eram os doentes mentais: crianças invertidas, homossexuais, mulheres - emancipadas ou prostitutas - que apresentassem algum tipo de transtorno comportamental inadequado para o período, pervertidos, ociosos, praticantes dos jogos de azar, vagabundos de toda ordem eram enquadrados na classificação de vesânicos, e tinham alta potencialidade para internação, pois,

Até o final do século XIX, os grandes esforços da normalização médica não se dirigiam diretamente aos pobres, muito menos aos escravos. Mas o hospital, este sim, foi objeto das intervenções desde o início, porque veio a se tornar o lugar áureo da obtenção de um saber de garantia do poder médico, local de apropriação do corpo doente e do corpo morto, peças imprescindíveis aos estudos científicos.¹⁶²

Em Foucault lemos que,

O internamento não representou apenas um papel negativo de exclusão, mais também um papel positivo de organização. Suas práticas e suas regras

¹⁶² LOBO, Lilia Ferreira. Os infames da História: Pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.p.p.307-308.

constituíram um domínio de experiência que teve sua unidade, sua coerência e sua função. Ele aproximou, num campo unitário, personagens e valores entre os quais as culturas anteriores não tinham percebido nenhuma semelhança. Imperceptivelmente, estabeleceu uma gradação entre eles na direção da loucura, preparando uma experiência – a nossa – onde se farão notar como já integrados ao domínio pertencentes a alienação mental.¹⁶³

Nos primeiros anos republicanos, internar mulheres que apresentassem comportamentos ligados à loucura significava intervir no âmbito social. As reestruturações que eram voltadas para a limpeza física da urbe alcançavam também as fulanas que perambulavam pelas ruas. Os doentes sociais necessitavam de tratamentos e a medicina, através da institucionalização dos comportamentos embasados nas causas orgânicas das enfermidades da loucura, buscavam esclarecer as causas das doenças mentais e no que dedilha esta reflexão as causas da loucura feminina apontadas pelos alienistas da época possuíam aspectos específicos: puberdade, menstruação, gravidez, parto, menopausa, sexualidade, paixões, abstinência sexual, histeria e transtornos comportamentais.

Nesse contexto, a fisiologia feminina e os distúrbios mentais são associados à noção de instabilidade constante, visto que,

São anormais todos os exageros sexuais da mulher que, por vezes, os patenteia da maneira mais exibicionista e até atentatória da dignidade da situação social que ocupa, indo de encontro aos bons costumes e as conveniências sociais, deve admitir-se que esses exageros andam ligados a sua constituição neuropática.¹⁶⁴

As concepções dos comportamentos femininos sedimentados em valores religiosos e familiares não admitiam que as mulheres pudessem ter qualquer tipo de exageros. Seu comportamento era condicionado a prescrições morais. Ora, a mulher que a sociedade republicana priorizava era a burguesa, que diante das condições favoráveis de vida teriam predcados para gerar uma prole saudável e numerosa contribuindo para o futuro do país na criação de indivíduos de bem, de valores morais e sociais, contribuindo para uma nação que nascia sob os ares republicanos e buscava o progresso com base em uma população ordeira.

Ana Maria Colling expõe que,

A autoridade bíblica com respeito à subordinação feminina foi confirmada ou substituída pela autoridade biológica. A mulher, cujo ser é afetado pela

¹⁶³ FOUCAULT, op.cit. p.83.

¹⁶⁴ MONIZ, Egas. A Vida Sexual – Fisiologia e Patologia. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1916. p. 332.

sexualidade no discurso médico, logo passa a ser vista como um ser doentio, com crises frequentes, afetada pelas paixões e romances.¹⁶⁵

Para tanto, era necessário que as mulheres responsáveis pela gestação de indivíduos sadios, estivessem saudáveis. Corpos e mentes deveriam obedecer aos conceitos sedimentados da moral e, sobretudo, da medicina. Ser mulher na virada do século XIX para o XX era perigoso. Era ter um pé no hospício pois, quaisquer sintomas de vapores femininos, neurastenia, sobrecarga de emoções, loucura, histeria ou útero errante, teria destino certo: a internação. O enigmático corpo feminino passara a ser esmiuçado pelos médicos nacionais viesados nas concepções da psiquiatria que ganhava espaço no Brasil. A intenção era gerenciar esse corpo e o desempenho de suas funções reprodutivas e sociais.

A sexualidade poderia influenciar o comportamento levando a atacar o cérebro e o espírito que se torna cego para os próprios excessos de sua sensibilidade – aí aparece a loucura.¹⁶⁶ Nos diversos saberes médicos, no seio familiar, nas contradições religiosas, na justiça republicana, a mulher e a loucura passam a figurar, em vários tons, as ambiguidades que as cercam. Semeiam entre os especialistas da época a busca pela resposta do diagnóstico da loucura.

O gerenciamento do corpo feminino como objeto de estudo e conhecimento, envolveu uma série de prognósticos. A sexualidade contestada pelo viés da desinformação elaborou, durante um grande espaço de tempo, que os estímulos sexuais femininos tinham que estar de acordo com a subordinação prescrita pelo mundo masculino. No corpo feminino moravam todos os sintomas que poderiam enlouquecer uma mulher, a começar pelo gerador de todas as interrogações médicas: a sexualidade. Esta exigia dos médicos controle permanente uma vez que o comportamento sexual feminino, até a década de 1920, era analisada diretamente pelo cio.

Se o sexo era tabu nesse período, a sexualidade feminina era um misterioso assunto que abria para a medicina um leque de questionamentos. Através da sexualidade da mulher poderiam eles provar que as doenças absorvidas pelo corpo feminino entravam pelo mesmo oráculo. Nesta perspectiva Viera afirma que,

A relação que se estabeleceu entre a psicologia feminina e sua genitalidade específica a construção que se fez do feminino, enquanto características de seres à beira da loucura ao menor desvio, nos quais a potencialidade da

¹⁶⁵ COLLING, Ana Maria. Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história. Mato Grosso do Sul: Ed. UFGD, 2014.p.90.

¹⁶⁶ FOUCAULT, op.cit.p.294

demência e da alienação possuía alicerces orgânicos incontestáveis, virtualidades da loucura.¹⁶⁷

Essa construção médica, de que a genitália feminina e todos os seus frescores poderiam levá-las a loucura, estende-se a outros fatores, pois a sexualidade é a mãe da maternidade, dos desejos sexuais e das paixões, e estes poderiam desvirtuar um corpo que está sendo moldado para a boa reprodução e educação dos filhos. Aquelas que resolvessem trilhar os caminhos contrários estavam classificadas na degeneração moral.

O órgão responsável por gerar filhos saudáveis, legítimos ou ilegítimos, é o útero. E, desde a formação das teorias hipocráticas onde as mulheres constituem-se de humores úmidos e frios e os homens de humores secos e quentes, até o século XIX, a terminologia de útero errante sempre foi atribuída às mulheres que possuíam uma fisiologia vulnerável,

A “sufocação da matriz” ou “furor uterino”, movimentos extraordinários do útero, que tal como um animal se agita por todo lado em convulsões violentas, é a origem da histeria. A causa do ataque histérico é sempre a mesma: um vapor venenoso é produzido pela matriz e que, ao passar pelas artérias e pelos polos do corpo, lesa todo o organismo até o cérebro.¹⁶⁸

Percebemos que um diagnóstico leva a outro. O útero errante era o prognóstico que naquele momento a levava a um dos maiores causadores da loucura feminina - a histeria. Percorrendo a história da humanidade Hipócrates, o pai da medicina, ponderava que a doença, além de ser uma movimentação do útero, também era associada à abstinência sexual. Para a prevenção da doença era prescrito relações sexuais. A Idade Média, impregnada pelos dogmas católicos, autuavam as mulheres com quadros histéricos como bruxas, por comportamentos considerados demoníacos. Essas mulheres eram perseguidas pelos inquisidores e queimadas na fogueira.

A histeria foi alvo de especulações durante toda a Idade Moderna. Tratamentos fitoterápicos com banhos de ervas, banhos frios, inserção de chumaços molhados na vagina e massagens genitais eram prescritos pelos ginecologistas. A sensação de prazer alivia as tensões histéricas.

As discussões freudianas em torno da histeria estavam relacionadas a fortes lembranças que estimulavam a memória afetiva. As histéricas são subjetivadas e dessa forma, tudo que está associado ao sexo as tornam histéricas. A neurose histérica é determinada por sensações e momentos que poderiam ser tratados através da psicanálise

¹⁶⁷ VIEIRA, op.cit. p.71.

¹⁶⁸ COLLING, op.cit.p.82.

livre, ou seja, em conversas nas quais as pacientes poderiam expressar o que sentiam e pensavam, método inovador onde o indivíduo poderia expressar sua doença.

A histeria assombrou mulheres e médicos por um longo período, seus diversos sintomas eram perigosos visto que,

Os médicos estabeleceram que na mulher este sistema era instável, marcado pelo desequilíbrio e que, portanto, qualquer excitação periférica – sempre de origem sexual – poderia perturbar o frágil equilíbrio do sistema e causar problemas psíquicos que variam de uma simples dor de cabeça chegando a estados melancólicos, manifestações histéricas e delírios que podiam levar as mulheres a cometerem atos contrários à sua vontade, como o infanticídio e o suicídio.¹⁶⁹

Além dos atos criminosos que a histeria poderia causar, o corpo e a mente feminina passavam por restrições médicas de domesticação e controle destas manifestações mórbidas. Sobre as manifestações e movimentações da histeria, Foucault aponta que a histeria é indiferentemente móvel ou imóvel, fluida ou pesada, entregue a vibrações instáveis ou carregadas de humores estagnados. Não se conseguiu descobrir o estilo próprio de seus movimentos.¹⁷⁰

Nesse período, todos os diagnósticos que regiam a doença mental nas mulheres estavam diretamente ligados à sua natureza. Saturados de sexualidade esse corpo necessitava ser normatizado, pois era ele o produto cultural que codificava os discursos da época. Toda mulher deveria ter um corpo assexuado, o objetivo somente de reprodução.

Porém, não foram somente os sintomas da histeria e da doença propriamente dita que assombravam as mulheres. O medo do diagnóstico e da internação nos hospícios direcionou os olhares dos médicos alienistas para outros sintomas também considerados como neurose e causadora da loucura: a neurastenia. Essa doença remonta os ides do século XVII, com terminologias como nervosismo, neuropasmo e irritabilidade espinhal, que com o passar dos anos e os estudos realizados principalmente por médicos-alienistas ingleses e americanos, ocorre a mudança do termo para neurastenia no século XIX,

A consideração da neurastenia como uma perturbação funcional do sistema nervoso é um elemento de base para compreendê-la, sendo o ponto comum entre as obras de diversos de seus propagadores, como as dos médicos ingleses Thomas Savill (1906) e Charles Edward Beevor (1898); as dos franceses Jean Martin Charcot (1888), Paul Blocq (1891), Émile Laurent

¹⁶⁹ MARTINS, op.cit idem.p.111.,

¹⁷⁰ FOUCAULT, op.cit p..282.

(1897), Paul Levillain (1891), Léon Bouveret (1891), Adrien Proust e Gilbert Ballet (1897); e as do americano Silas Weir Mitchell (2004; 1881).¹⁷¹

Em todos os debates realizados a neurastenia consagra-se como doença sociocultural, ou seja, a modernidade, as transformações ocorridas nas últimas décadas do XIX e primeiras do século XX influenciaram em grande escala o desenvolvimento da neurastenia em mulheres e isso ocorre pelo processo de mutações consideráveis do papel das mulheres na sociedade - fim da Primeira Guerra Mundial e sua inserção em todos os segmentos sociais - e principalmente nas escolas e nas academias, na busca pelo seu próprio ser - devir.

No Brasil as primeiras discussões em relação à neurastenia ocorrem no final do século XIX vemos que, através dos comentários de Afrânio Peixoto e Juliano Moreira, as contextualizações acerca da doença eram exíguas e apareciam estatisticamente nas internações do Asilo de Alienados do Rio de Janeiro e nas clínicas particulares.

Os sintomas da neurastenia eram paralelos aos sintomas da histeria, por isso essas doenças eram correlacionadas. Nela a fadiga constante, que atinge o físico e o psicológico, a irritabilidade e a fraqueza dos músculos eram parte das principais queixas das pacientes. Os tratamentos no final do século XIX para a doença em questão são assim considerados por Zorzaneli que discorre,

O tratamento psíquico era também considerado um fator importante para o êxito do tratamento. Captar a confiança do doente, aceitar suas queixas com discrição e tato, individualizar o tratamento e manter a paciência e a perseverança eram atitudes que trariam benefícios diretos ao progresso da condição do paciente. Como afirma dom Justino (1907), o médico que esperar somente dos medicamentos a cura da doença sofrerá decepções, porque o neurastênico é um indivíduo cuja compreensão da vida falhou, que perdeu a crença na energia própria e que não tem interesse no mundo. Por isso, o eixo psíquico do tratamento ganha tanta relevância, por meio do qual o médico deve incentivar no paciente uma visão prática e sã da vida.¹⁷²

Assim, reportando-nos a Manaus republicana, e às fontes documentais nas quais investigamos os tratamentos para a histeria e neurastenia, observamos que estes eram vinculados à mesma propaganda, sugerindo que os diagnósticos das mesmas e os meios medicamentosos caminhavam lado a lado,

NEURASTHENIA, FADIGA, PROSTAÇÃO DE FORÇA – KOLA PROSPATADA (GRANULADA) – Preparada por Vicente Verneck.
Esta útil combinação corresponde a uma necessidade therapeutica, todos os dias acentuadas pelos mais preclaros clínicos. É o mais seguro tonico

¹⁷¹ZORZANELLI, Rafaela Teixeira. Neurastenia. História, Ciências, Saúde –Manguinhos, Rio de Janeiro, v.17, supl.2, dez. 2010, p.434.

¹⁷²ZORZANELLI, op.cit.p.443.

empregado contra as molestias ou excessos, que produzem esgotamento nervoso.

ANEMIA CEREBRAL, **HYSTERIA** E PROSPHATURIA.¹⁷³ (Grifo nosso)

Estas propagandas também erma feitas pelos médicos que possíam gabinetes próprios onde o tratamento era direcionado a várias doenças,

Dr. Cardaval – Gabinete Radio Electro-Therapico.

As molestias da pelle, as molestias do aparelho da intervenção, **neurastenia**, **hysteria**, dores de cabeça, nervos do coração, os aneurysmas, as paralyisias de toda especie, as molestias do estomago e intestinos, as hemorroidas, as molestias do fígado, do baço, a obesidade. Curadas por meio de applicações elétricas. As molestias das senhoras, curadas pela Kinesitherapia, massagens e gymnastica. Rua 24 de maio.nº58.¹⁷⁴ (Grifo nosso)

Remédios que vinham de pesquisas dos Estados Unidos também eram objetos das propagandas,

MODERNO ANNEL ELEECTRO BI-POLAR AMERICANO

Notável descoberta do Dr. William de Nova York.

Cura todos os males nervosos, **hysterismo**, **neurastenia**, dores de cabeça ou enxaqueca, nervosismo, câimbra, constructura dos musculos, palpitações nervosas, erysipela, disspeias nervosas, dor sciatica, impotência, etc. O ANNEL BI-POLAR DO DR. WILLIAM é indispensável a todos que são victimas das terríveis molestias nervosas, ele preserva de todos os males já mencionados e a população d'esta Cidade deverá experimentar ou possuir estes legítimos e sólidos Anneis electricos americanos. A VENDA UNICAMENTE NA CASA "PAZ DA PATRIA" – MANAÓS.¹⁷⁵ (Grifo nosso)

As propagandas citadas acima nos apontam que os médicos e farmacêuticos possíveis charlatões, criaram e recriam curas para todos os males. Utilizavam dos problemas neurastênicos, comuns na população da passagem do século, para divulgarem seus produtos milagrosos. As informações dos anúncios nos remetem às múltiplas facetas utilizadas por eles para ganharem dinheiro rápido, elucidando questões econômicas. Tais remédios caracterizam a cura pelo consumo medicamentoso.

Um fato nos chama à atenção a partir de 1909; outra fórmula aparece e esta surge depois de uma nota publicada no Jornal do Commercio de 08 de janeiro daquele ano com o título A Neurasthenia e o Vinho. Vejamos,

A Neurasthenia foi muito discutida no Congresso medico de Genebra. Disse-se, entre outras coisas, que essa enfermidade nervosa faz muitas victimas entre os bebedores de agua. É interessante saber até que ponto pode chegar o fundamento dessa asserção. A Neurastenia é caracterizada por symptomas de

¹⁷³ Jornal do Commercio, 10 de fevereiro de 1904.

¹⁷⁴ Jornal do Commercio, 11 de abril de 1904.

¹⁷⁵ Jornal do Commercio, 13 de setembro de 1906

fadiga e esgotamento, que atingem não somente as forças físicas, mas também as faculdades intelectuais. Ao mesmo tempo, os doentes experimentam perturbações muito sensíveis nas suas funções fisiológicas. Todas essas causas exercem uma influencia debilitante sobre o corpo e o espirito. Idagou-se si não seria conveniente em taes condições, empregar excitantes e determinar uma utilização mais rápida e mais completa do bolo alimentar.

E continua,

O Neurasthênico, sofrendo habitualmente de dyspepsia não deveria tomar alimentos sólidos ou líquidos capazes de irritar o estomago affectado. Parece preferível impor ao doente um regime excitante, sendo por isso desfavorável a proibição do uso do vinho às pessoas atacadas de tal enfermidade. Constatou-se já que os bebedores de agua são melancólicos e facilmente irascíveis. Ao contrario, neurasthenia não ataca senão acidentalmente os bebedores de vinho. Tal é a these nova. Convinha adapta-a com interia confiança? É o que resta decidir, sendo certo, porém, que o vinho, condenado em primeira instância espera triunfante um segundo julgamento.¹⁷⁶

A necessidade de citar na íntegra essa notícia se fez pelas indagações que a cercam. O autor deixa claro que o vinho deveras contribuiu tanto no tratamento quanto na imunidade à doença. Ora sabemos que as bebidas alcoólicas, mesmo em forma de medicamentos como é este caso, deixam as pessoas inebries, porquanto, se já sofrem de uma possível doença neurológica, o vinho não seria o tratamento mais adequado.

Mesmo assim, não tardou a aparecer vinhos milagrosos, elixires que curavam e gotas que salvavam anunciados nos jornais e com nomes sugestivos. Estavam à venda nas melhores farmácias do ramo. Nesta reflexão trouxemos os nomes dos medicametos que mais frequentaram as páginas de anúncio, sendo eles: Sharop Sirop de Follet, Vinho Kola-Bah de Orlando Rangel, Vinho de Xarope Deschiens, Elixir, Vinho e Kola Granulada Monavan, Ovo-Lecithin Billon, Vinho Nogueira, e o fabuloso Gottas Genitæes, que era um produto da flora amazônica, tendo como base o princípio ativo da Muirapuama.

As causas das doenças do cérebro que habitavam o corpo feminino não se restringiram à sexualidade, ao útero, à histeria ou à neurastenia. Sabemos que a Primeira República no Brasil fora divisor de águas. De uma sociedade colono / imperial o país se abriu para um novo ciclo e com ele, as mulheres ganharam um pouco de visibilidade. No momento em que se desataram das amarras familiares e religiosas deixaram-se investigar: alma, corpo e mente.

¹⁷⁶ Jornal do Commercio, 08 de janeiro de 1909.

Nesse contexto, outra doença, que discutidas no âmbito das academias de medicina – a sobrecarga de emoções –, vinculavam as mulheres à fragilidade, languidez e melancolia. Rompantes exagerados às rebaixavam cientificamente e estas sobrecargas de emoções apareciam nos momentos em que nos dias atuais chamamos de stress, depressão, estafa e dores musculares. Na ponte dos séculos XIX para o século XX essas emoções se transformaram em um abismo que os médicos alienistas se propuseram a desvendar, bem como as outras doenças supracitadas e que despertaram interesses científicos e leigos.

3.4 A loucura na literatura

Loucura e literatura sempre andaram juntas retratando durante séculos, em cenas reais ou fictícias, dos problemas socioeconômicos aos científicos do geográfico ao cultural. A pedagogia que vincula-se à doença do cérebro e dos nervos revela-nos, em comportamentos, mentes e corpos, a incapacidade humana de dominar-se ou das tentativas de dominar o outro pelo intelecto, social ou científico, ou ainda como gentilmente observa Lima Barreto quando diz que não é só a morte que iguala a gente: o crime, a doença e a loucura também acabam com as diferenças que a gente inventa.

Nesse contexto, médicos alienistas curvaram-se à República Velha na intensão de descobrir as reais causas da doença, tendo suas inspirações em pesquisas, apontamentos e teses de colegas brasileiros e estrangeiros ou ainda nas,

[...] artes técnicas, no campo da mecânica e da indústria, têm dado aos homens uma crença de que é possível realizá-las iguais nos outros departamentos da atividade intelectual; daí, o orgulho médico, que, não contente de se exercer no âmbito da medicina propriamente, se estende a esse vago e nebuloso céu da loucura humana.¹⁷⁷

Lima Barreto, o homem que experimentou a loucura na pele, contextualizou as facetas da internação e do tratamento médico com sua leitura das linhas que intercalam a loucura e sua tez. Através de sua literatura, sã ou ébria, podemos hoje refletir a importância da literatura na loucura. Dentre outras obras Lima Barreto escreveu Diários de um Hospício - Cemitério dos Vivos, problematizando, de forma autobiográfica, suas passagens pelo Hospício Nacional de Alienados na Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Alcoólatra, era mais um nas estimativas de doente social. Dessa forma, teria que ser

¹⁷⁷ BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Diário de um Hospício – O Cemitério dos Vivos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento geral de Documentação e Informação Cultural, 1988, p.57.

tratado como os demais. Em seus momentos de sobriedade descreve o hospício e sistematiza sobre as condições nas quais os internos eram subjugados e tratados durante o período que passavam internados.

Para além de Lima Barreto e seus contemporâneos que delinearam a literatura nacional escrevendo sobre a loucura real ou fictícia dos devaneios de amores proibidos nos quais mulheres e homens da passagem do século XIX sofriam, a literatura voltada para a loucura aparece na Era Clássica greco-romana, tendo na exclusão do louco um contexto totalmente social. Porém, não deixou de aparecer a figura do louco através do mito de Dionísio (em grego) - Baco (em romano) - em que a loucura se manifestava de duas formas: ou através do consumo exagerado de vinho por seus devotos durante rituais em sua homenagem, ou pela vingança de Hera.

Na Idade Média, destacamos El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha, de Miguel de Cervantes, em que o idoso protagonista, após leituras de romances de cavalaria, perde o juízo e acredita piamente ser um cavaleiro andante.

Erasmus de Rotterdam em 1509, escreve satiricamente *Stultitiae Laus* (Elogio da Loucura), onde ela a loucura, é a protagonista do texto. Observando a influência corrupta que a Igreja Católica Romana exercia, este ensaio foi sua glória e sua tragédia. *Stultitiae Laus* foi escrito como forma de denúncia. Contudo caiu, no gosto do Papa Leão X que pediu a tradução da obra para o francês e o alemão não atingindo a crítica denunciante que o autor propunha.

Podemos considerar que a Literatura e a Loucura nutrem-se da imaginação, real ou senil. Uma deleita-se com seus rompantes, a outra a descreve. Ora vista pelo prisma científico ora pelo prisma crítico ou fictício. Dessa forma, literatura e loucura caminham lado a lado pelos séculos ou, como nos coloca Foucault, “[...] não nos surpreendamos ao reencontrá-la tantas vezes nas ficções do romance ao teatro. Não nos surpreendamos ao vê-la andar de fato pelas ruas.”¹⁷⁸

A passagem do tempo nos leva a reencontrá-la, como dispõe Foucault, por diversos vestígios históricos. Na contemporaneidade, poetas, poetisas, literatos, cronistas e escritores, dissertam as agruras da loucura, seja ela romanceada ou verdadeira. Seu tema anda pelos continentes atenta, forjando sua existência sob bico de pena.

A loucura é a rejeição da exterioridade rumo ao mergulho no mundo da imaginação, onde reina a total liberdade, onde o ser se volta profundamente

¹⁷⁸ FOUCAULT, op.cit.469

para seu interior, num gesto de desvencilhamento de todas as convenções e posturas sociais e numa reação à normalização.¹⁷⁹

Na literatura essa existência vem, muitas vezes sob a forma de transpor as barreiras da loucura de quem a viveu, como Lima Barreto ou, da poetisa portuguesa contemporânea a ele, Florbela, que escrevia mostrando suas inquietudes e sofrimentos d'alma. Percebemos tais sobrecargas de emoções nas linhas de seu poema *Neurastenia*,

Sinto hoje a alma cheia de tristeza!
Um sino dobra em mim Ave-Maria!
Lá fora, a chuva, brancas mãos esguias,
Faz na vidraça rendas de Veneza ...
O vento desgrenhado chora e reza
Por alma dos que estão nas agonias!
E flocos de neve, aves brancas, frias,
Batem as asas pela Natureza ...
Chuva ... tenho tristeza! Mas porquê?!
Vento ... tenho saudades! Mas de quê?!
Ó neve que destino triste o nosso!
Ó chuva! Ó vento! Ó neve! Que tortura!
Gritem ao mundo inteiro esta amargura,
Digam isto que sinto que eu não posso!!¹⁸⁰

Nos versos do poema de Florbela estão intrínsecas as sobrecargas emocionais: Gritar ao mundo esta amargura e dizer ao mundo o que ela sentia; a ambiguidade de seus versos no desespero latente de compreensão de si, causas das amarguras e dos sufocamentos por ela vivido, que se traduz em seus poemas. Considerada por vezes senil, sua neurose a levou ao suicídio.

Loucura e códigos sociais são incompatíveis, já que o caráter transgressor que a loucura carrega foge totalmente das convenções do mundo moderno, sendo ela uma rejeição à exterioridade que impera em cada época. Sentindo-se incapazes de conviver em sociedade, os vesânicos entregam-se ao submundo dos sentimentos tédio, morte, excessos de imaginação, perturbações e emoções conflituosas se misturam.

Sob esses símbolos da alienação, cronistas brasileiros escrevem obras que contextualizam, em seu tempo, a loucura e o poder público. Ao que antecede o recorte proposto aqui, temos em Machado de Assis e em sua alvitre *O Alienista* críticas à ciência positivista, através do personagem Dr. Simão Bacamarte, que na linha ténue

¹⁷⁹ BARRAL, Gislene. *Vozes da loucura. Estudos de Literatura Contemporânea*, nº 12. Brasília, 2011, p.23.

¹⁸⁰ Nascida em Portugal, em 1894, optou por utilizar o nome de Florbela d'Alma da Conceição Espanca, teve uma vida conturbada, casando-se e separando por duas vezes, fato um tanto moderno para os padrões da época, tentou o suicídio na mesma quantidade de seus casamentos, porém conseguiu por fim em sua vida em 1930. *Neurastenia* foi publicado no Livro de Magóas.

entre razão e loucura pondera que “[...] nada tenho que ver com a ciência; mas são tantos homens em que supomos juízo são reclusos por dementes, quem nos afirma que o alienado não é o alienista?”¹⁸¹ Dr. Bacamarte tinha, nas entrelinhas de seu discurso, as proposições de quem seria realmente louco? Quem seria realmente são? Dessa maneira ele problematizava as questões médicas dos alienistas e dispõe sobre as internações arbitrárias que eram realizadas no período em questão. Outras obras de Machado de Assis enveredam-se pelo cunho da loucura, a exemplo *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, que refutam a imaginação delirante de seus personagens.

No caminhar literário, temos mais adiante *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, que retrata as transformações urbanísticas, higienistas e sociais que marcaram o Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. A personagem Pombinha, tomada por crises nervosas tem seu comportamento assimilado à mística fisiologia feminina.

Por conseguinte, temos José Francisco da Rocha Pombo que publica em 1905 o romance *No Hospício*, através dos simbolismos de uma loucura inspirada na iluminação espiritual e nas visões de Fileto Seixas, o protagonista da trama, Pombo permite que seu personagem caminhe pelo mundo místico e metafísico.

As perspectivas que o tema da loucura cria dentro da literatura, contrastando com o científico, e suas problematizações acerca da doença, nos parâmetros romancistas, naturalistas, fictícios ou reais, nos leva a considerar que as molduras literárias delineiam face rude da loucura. Arquitetura, pintura, literatura, música, escultura, teatro e cinema, as conhecidas Belas Artes trazem em seu contexto, em sua história, o trilhar da loucura. Nesta reflexão reservamos algumas notas para a loucura na literatura, porém, é certo que a loucura e aqueles que ela toma como companheiros têm nas artes as diversas construções de diálogos, permitindo que a figura do alienado cerceie os âmbitos restritos da sociedade e desfigure, com sua feição estranha, esse social estruturado e homogeneizado.

¹⁸¹ ASSIS, Machado de. *O Alienista*. São Paulo: Ática, 1991, p.35.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1930 a Primeira República Brasileira chega ao fim. O látex que financiou as grandes obras públicas em Manaus já não era a base da economia local, a crise da borracha no ano de 1910 atingira a todos e deixa um enorme vazio, econômico e populacional, naquela que era até então conhecida como Paris dos Trópicos. A efervescência de pessoas, navios e do alto comércio que antes faziam a cidade borbulhar, agora deu espaço ao desemprego, obras em ruínas e projetos de sanitização e medicalização inacabados.

Esse cenário de quase penúria no qual que finalizamos esta pesquisa, iniciada com o *boom* gomífero e com as estratégias de ordenação e manipulação na criação das instituições públicas, foi à premissa, a iniciativa de se construir, em 1894, o Asilo de Alienados para garantir um lugar à sombra para os loucos manauaras.

Os discursos políticos em conluio aos saberes médicos alienistas; os projetos de desodorização da cidade e a segregação dos doentes sociais que perambulavam pelas ruas de Manaus não passaram, nesse recorte temporal, de tentativas fracassadas de se construir um palácio para guardar doidos. No Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em São Paulo os grandes prédios, afastados da cidade, abrigavam os loucos e seus companheiros de fama. Era essa a intensão em Manaus, mas os fatores econômicos desfavoreceram a efetiva transferência dos loucos e o processo que se consolidou em 1928, a Chácara O Pensador, já não era um local tão afastado assim.

A potencialidade do estudo da cidade decorrente de sua população marginalizada, e os efeitos que elas causam neste momento da história brasileira em que o poder público buscou construir uma sociedade ordeira, homogeneizada e saudável foram à tônica nesta reflexão. O estado de loucura interfere no âmbito social e degenera os que estão a sua volta. Assim, lugar de louco é dentro da instituição.

Cunha, em relação à loucura afirma que,

Solidamente ancorado na concepção médica, o alienismo minimizou ou retirou da loucura, por longo tempo, seus componentes sociais e culturais: na escala dos fenômenos da natureza, a “doença” constitui um tema sobre o qual era possível falar com objetividade e distanciamento, sem a contaminação da história e do conflito.¹⁸²

¹⁸² CUNHA, op.cit. p.109.

Neste contexto, problematizar sobre as construções históricas em torno da loucura e da cidade que se movimentam, sendo que é através desta movimentação que as representações são firmadas, onde os discursos encontram-se ligados pelos meios de expressão. Não há uma reconstrução histórica, há uma visão paramentada em fontes documentais das propostas, métodos e fórmulas; das tentativas e projetos de civilidade, moralização e normatização dos espaços de sociabilidade, há uma investigação que pode ser analisada com bases nos interesses da época e que para tanto, é necessário se colocar sentando no Café dos Terríveis, anonimamente, observando esta cidade que foi, em seus tempos do látex a formosura da floresta e que, como canta na contemporaneidade na letra da música Porto de Lenhas, “[...] tu nunca será Liverpool!”¹⁸³

Foi neste anonimato da visão do passado que me embrenhei a investigar sobre Manaus: Nas prateleiras do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, nos relatórios e mensagens dos governantes; nos jornais e periódicos, nos anuários e estatísticos nacionais, na literatura regional, artigos, teses, dissertações e referências bibliográficas que foram fundamentais para esta discussão.

O diálogo que buscamos verificar entre o poder público, a sociedade, o corpo médico e as propostas de civilidade foram construídos com restrições pelo fato de haver em determinados pontos pesquisados, falta documental. Desta forma, a sensibilidade da escrita histórica muitas vezes se formula pelo olfato sugestivo.

O foco desta pesquisa foi problematizar a cidade que se movimentava, e junto com ela, a construção de uma instituição específica, o Asilo de Alienados, e, além disso, a figura dos loucos que perambulavam pelos espaços públicos e privados e as construções médicas acerca da loucura.

Para Foucault,

A experiência da loucura como doença, por mais restrita que seja não pode ser negada. Ela é paradoxalmente contemporânea de uma outra experiência na qual a loucura resulta do internamento, do castigo, da correição. É esta justaposição que constitui um problema. Sem dúvida é ela que pode ajudar a compreender qual era a condição do louco no mundo clássico e a definir o modo de percepção que dele se tinha.¹⁸⁴

Esta afirmação de Foucault é que nos instigou a pesquisar sobre a experiência da loucura na dinâmica de que ela não pode ser negada; e não negá-la é pesquisá-la em todos as esferas, as práticas sociais que segregam; e as representações aplicadas a ela;

¹⁸³ Porto de Lenha, Raízes Caboclas.

¹⁸⁴ FOUCAULT, op.cit.p.117.

aqueles que vivenciaram a experiência da loucura; os órgãos públicos, as tentativas de cura; as pesquisas dos alienistas em desvendar a loucura no corpo feminino, das ações comportamentais das prostitutas, dos alcoólatras, dos ociosos e indigentes.

A loucura instiga a investigação, pois ela anda carregada de seguidores, homens, mulheres e crianças, médicos alienistas, sanitaristas e curiosos buscavam, na virada do século XIX, desmistificar a doença. Em contraposição, as ciências humanas do tempo presente busca analisar as práticas sociais adotadas naquele período, quanto a exclusão e segregação da loucura.

Fontes Documentais

Anuários

Anuários Estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Códigos de Posturas

Códigos de Posturas, Leis e demais Resoluções do Conselho Municipal de Manaós, 1904.

Códigos de Posturas, Leis e demais Resoluções do Conselho Municipal de Manaós, 1920.

Decretos e Leis

Decreto nº 1.132 de 22 de dezembro de 1903.

Lei nº 65 de 03 de outubro de 1894.

Imagens e Tabelas

Imagem 1: Foto da fachada da Chácara O Pensador quando era moradia de Eduardo Ribeiro.

Imagem 2: Foto da Chácara O Pensador antes da instalação do Asilo de Alienados
Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas.

Imagem 3: Foto da fachada da Chácara O Pensador, ano de 1930.
Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas.

Tabela 1- Fonte: Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 8ª Legislatura, pelo Exmo. SN. Dr. Jonathas Pedrosa, Governador do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1914.

Tabela 2- Fonte: Mensagem lida perante o Congresso em 10 de julho de 1912 para o Governador Coronel Antônio Clementino Bittencourt, acompanhado dos relatórios dos chefes de repartições.

Tabela 3- Fonte: GALVÃO, Manoel Dias. História da Medicina em Manaus. Manaus: Valer, 2003.

Tabela 4 - Fonte: GALVÃO, Manoel Dias. História da Medicina em Manaus. Manaus: Valer, 2003.

Mensagens

Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1.º de outubro de 1857 pelo presidente da provincia, Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1858.

Mensagem do Exmo Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro Presidente deste Estado. Lida perante o Congresso Amazonense, em 1º de junho de 1892.

Mensagem lida pelo SNR. Governador Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro ao Congresso do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1894.

Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, lida perante o Congresso dos Representantes, pela abertura da 3ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura, em ou de março de 1897, pelo então Governador Dr. Fileto Pires Ferreira.

Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes por ocasião da abertura da 2ª Sessão ordinária da 5ª legislatura em 10 de julho de 1905, pelo Exmo Sr. Dr. Governador Antônio Constantino Nery. Acompanhada dos relatórios dos Chefes de Repartições.

Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas por ocasião da abertura da 3ª Sessão ordinaria da 5ª Lesglatura em 10 de julho de 1906, pelo Governador do Estado Dr. Antônio Constantino Nery.

Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas, na abertura da 1ª Sessão ordinaria da 6ª legislatura pelo Governador do Estado Dr. Antônio Constantino Nery, em 10 de julho de 1907.

Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da 2ª Sessão ordinaria, 6ª legislatura pelo Governador do Estado Raymundo Affonso de Carvalho (presidente do Congresso Legislativo no exercício d Governo do Estado) em 10 de julho de 1908.

Mensagem lida perante o Congresso em 10 de julho de 1912 pelo Governador Cel. Antônio Clementino Bittencourt, acompanhado dos relatórios dos chefes de repartições.

Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 8ª Legislatura, pelo Exmo. SNR. Dr. Jonathas Pedrosa, Governador do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1914.

Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa do Amazonas na abertura da 2ª Sessão ordinária da 10ª legislatura, pelo Exmo. SNR. Dr. Pedro de Alcantara Barcellar, Governador do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1920.

Mensagem lida perante a Assembléia Legislativa, na abertura da Terceira Sessão Ordinária da Décima Legislatura, pelo Exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, Governador do Estado, a 10 de julho de 1921.

Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa do Amazonas na abertura da 3ª Sessão ordinária da 11ª legislatura, pelo Exmo. SNR. Dr. Turiano Chaves Meira, Governador do Estado do Amazonas, em 14 de julho de 1924.

Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa pelo Exmo Snr Antônio Monteiro de Souza, presidente da Assembleia em exercício do Presidente do Estado, por ocasião da abertura da 2ª reunião na 13ª legislatura em 14 de julho de 1927.

Mensagem de Ephigenio Ferreira Salles, em 1928.

Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Amazonas, pelo Presidente Dorval Pires Porto, ao instalar-se a 2ª Sessão da 14ª Legislatura, 1930.

Periódicos e Revistas

Jornal Correio do Norte

Jornal do Commercio

Jornal Commercio do Amazonas

Jornal Quo Vadis?

Jornal O Paiz

Revista Amazonas Médico

Revista de História

Relatórios

Relatório com que o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de A. Lacerda entregou a administração da provincia do Amazonas ao illm. e exm. sr. tenente coronel Innocencio Eustaquio Ferreira de Araujo. Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1865.

Relatório com que o exm.o sr. presidente da provincia do Amazonas, tenente coronel João Wilkens de Mattos, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de abril de 1869. Manáos, Typ. do Amazonas do Antonio Cunha Mendes, 1868.

Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranguá. Manáos, Typ. do Amazonas, 1883.

Relatório com que o exm. sr. dr. Joaquim de Oliveira Machado, Presidente da Provincia do Amazonas, installou a sessão extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial no dia 2 de junho de 1889.

Relatório apresentado ao Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Gonçalves Ribeiro, 1893.

Relatório de instrução pública 1898/1899.

Relatório da Santa Casa de Misericórdia apresentado à Assembleia Geral Administrativa, 1909.

Relatório intitulado Quaes os melhores meios de assistência aos alienados. Apresentado pelo Drº Juliano Moreira no 4º Congresso Médico Latino Americano, 1909.

Referências Bibliográficas

AGASSIZ, Louis. AGASSIZ, Elizabeth. Viagem ao Brasil: 1865 – 1866. Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

ASSIS, Machado de. O Alienista. São Paulo: Ática, 1991.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Diário do Hospício: o cemitério dos vivos. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

BARRAL, Gislene. Vozes da loucura. Estudos de Literatura Contemporânea, nº 12. Brasília, 2011.

BLOCK, March. Apologia da História, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. Os Bestializados: o Rio de Janeiro que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Bravo Matutino (imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo). São Paulo: Alfa Omega, 1980.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. São Paulo: Difel, 1990.

COELHO, Geraldo Mártires. No coração do povo: o Monumento à República em Belém (1891-1897). Belém: Paka-Tatu, 2002.

COLLING, Ana Maria. Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história. Mato Grosso do Sul: Ed. UFGD, 2014.

COSTA, Deusa. Quando viver ameaça a ordem pública – Trabalhadores de Manaus (1890-1915). Manaus: Valer e FAPEAM, 2014.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. O Espelho do mundo: Juquery, a história de um Asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

DALGALARRONDO, Paulo. As primeiras revistas psiquiátricas no Brasil e no mundo. Revista Brasileira de Psiquiatria. vol.21,n.4.São Paulo/dez.1999.

DIAS. Edineia Mascarenhas. A ilusão do Fausto. Manaus: Ed. Valer, 1999.

ENGEL, Magali Gouveia. Psiquiatria e feminilidade. In: Mary Del Priore (org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Os Delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

_____. Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.

FILHO, Lycurgo Santos. História da Medicina no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1947.

FOUCAULT, Michel. História da Loucura: na Idade Clássica. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. Resumo dos cursos do Collège de France. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GALVÃO, Manoel Dias. História da Medicina em Manaus. Manaus: Valer, 2003.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Enciclopedia delle scienze filosofiche. 1830.

LAGE, Mônica Maria Lopes. Mulher e Seringal: um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas. (1880-1920). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Manaus, AM. 2010.

LIMA, Manuel de Oliveira. Dom João VI no Brasil (1808). Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LIRA, Bárbara Rebeka Gomes de. A Difícil Vida Fácil: O mundo da prostituição e suas representações na cidade de Manaus. (1890-1925). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Manaus, AM. 2014.

LOBO, Lilia Ferreira. Os infames da História: Pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LOPES, Gustavo Acioli. A Cruzada Modernizante e os infiéis no Recife, 1922-1926 Higienismo, vadiagem e repressão policial. Dissertação apresentada a Universidade Federal do Pernambuco, 2003.

LOUREIRO, Antônio José Souto. A Grande Crise (1909-1916). Manaus: edição do autor, 1986.

MACHADO, Roberto. et al. Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

MENEZES, Lená Medeiros. Os indesejáveis: desclassificados da modernidade, protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

MORGA, Antônio Emílio. Nos subúrbios do desejos: Masculinidade em Nossa Senhora do Desterro no século XIX. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MONIZ, Egas. A Vida Sexual – Fisiologia e Patologia. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1916.

MUZART, Zahidé Lupinacci. “Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX”. Revista Estudos Feministas. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n. 1, 2003.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. Apresentação a “Insânia loquaz” (Jobim, 1831) e a “Reflexões sobre o trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro” (Sigaud, 1835). Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. São Paulo: vol. 8, 3º ed. 2005.

PERROT. Michele. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS,1999.

_____, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PESSOTTI, Isaias. O Século dos Manicômios. São Paulo: Ed.34,1996.

PETER, Jean Paul. Les Médecins et les femmes. In : ARON, J. P (Org.) Misérable et Glorieuse: la femme du XIX siècle. Paris: Fayard,1981.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1889-1925). Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

_____. Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). Manaus: Edua,2015.

_____. Imprensa e Cultura Letrada no Amazonas. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

PINHO, Rachel Tegon. Cidade e Loucura. Cuiabá: EduUFMT,2007.

PORTOCARRERO, Vera. Arquivos da Loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

RODRIGUES, Raimundo Nina. Os mestiços brasileiros. In: As coletividades anormais. Organização, prefácio e notas de Artur Ramos, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. Uma Liderança Política Cabocla. Manaus. Ed. da Universidade do Amazonas, 1997.

SETTE, Mário. Arruar – história pitoresca do Recife antigo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1948.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. Código de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir. Artigo apresentando no I Vestígios do Passado, a história e suas fontes. IX. Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História. Seção Rio Grande do Sul. 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão social no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. A História da Imprensa no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad,1999.

SOUZA, Leno José Barata. Cultura impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário Tempos Históricos. Volume 14. 2º semestre de 2010.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. A medicalização do Corpo Feminino. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

WADI. Yonissa Marmit. Palácio para Guardar doidos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRG,2002.

WALLACE Alfred Russel. Viagens pelos rios Amazonas e Negro. Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.

ZORZANELLI, Rafaela Teixeira. Neurastenia. História, Ciências, Saúde –Manguinhos, Rio de Janeiro, v.17, supl.2, dez. 2010.